A 955,615

Digitized by Google

PROPERTY OF
The University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

EDIÇÕES GAMA

SÉRIE A — **Política**

1 — ***Ao princípio era o Verbo*** — António Sardinha, 2.ª edição, 1941 (esgotado).
2 — ***Cartas a um céptico sôbre as formas de Govêrno*** — José Maria Pemán, 1941.
3 — ***Sob o Pendão Real*** — Luís de Almeida Braga, 1942 (esgotado).
4 — ***Na Feira dos Mitos*** — António Sardinha, 2.ª edição, 1942.
5 — ***Monarquia*** — Sir Charles Petrie, 1942.

A SEGUIR:

6 — ***Glossário dos Tempos*** — António Sardinha.
7 — ***Pela Dedução à Monarquia*** — José Pequito Rebello, 2.ª edição, actualizada.

Digitized by Google

NA FEIRA DOS MITOS

Digitized by Google

OBRAS DE ANTÓNIO SARDINHA

POESIA

Tronco Reverdecido — 1906-1908 (Lisboa), esgotado.
A Epopeia da Planície — Poemas da Terra e do Sangue (Coimbra, 1915), esgotado.
Quando as nascentes despertam... — Poemas da Turbação & da Boa Estrêla (Lisboa, 1921), esgotado.
Na Côrte da Saüdade — Sonetos de Toledo (Coimbra, 1922).
Chuva da Tarde — Sonetos de Amor (Coimbra, 1923).
Era uma vez um menino... — Elegias (Lisboa, 1926), esgotado.
Roubo de Europa — Poema (Lisboa, 1931).
«Pequena Casa Lusitana» — Sonetos (Pôrto, 1937), esgotado.

A PUBLICAR: *Procissão de Cinzas & Outros Poemas.*

HISTÓRIA NACIONAL, FILOSOFIA POLÍTICA E CRÍTICA DAS IDÉIAS

O Valor da Raça — Introdução a uma Campanha Nacional (Lisboa, 1915), esgotado.
Ao Princípio era o Verbo — Ensaios & Estudos (Lisboa, 1924). 2.ª edição (Lisboa, 1940), esgotado.
Ao ritmo da Ampulheta — Crítica & Doutrina (Coimbra, 1925).
A Teoria das Côrtes Gerais — Prefácio à *História e Teoria das Côrtes Gerais* do 2.º Visconde de Santarém (Lisboa, 1925).
Na Feira dos Mitos — Idéias & Factos (Lisboa, 1926).
À sombra dos Pórticos — Novos ensaios (Lisboa, 1927).
Durante a Fogueira — Páginas da Guerra (Lisboa, 1927).
Purgatório das Idéias — Ensaios de crítica (Lisboa, 1929).
Da hera nas colunas — Novos Estudos (Coimbra, 1929).
De Vita et Moribus — Casos & Almas (Lisboa, 1931).
«A prol do comum...» — Doutrina & História (Lisboa, 1937).
Processo dum Rei — (Pôrto, 1937), esgotado.

NO PRELO: *Glossário dos Tempos.*

A PUBLICAR: *Correspondência.*

ESTUDOS PENINSULARES

A Questão Ibérica — (De colaboração) — O Território e a Raça (Lisboa, 1916), esgotado.
A Aliança Peninsular — Antecedentes & Possibilidades — Prefácio de D. Gabriel Maura Gamazo, Conde de la Mortera (Pôrto, 1924). 2.ª edição (Pôrto, 1930), esgotado.
La Alianza Peninsular — Prólogo de Ramiro de Maeztu. Traducción del Marqués de Quintanar, Conde de Santibáñez del Rio (Madrid, 1930).

A PUBLICAR: *À Lareira de Castela.*

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

António Sardinha

NA FEIRA DOS MITOS

IDÉIAS & FACTOS

2.ª EDIÇÃO

MCMXLII

Digitized by Google

AC
75
S2476
1942

Imprensa Portuguesa / Rua Formosa, 108-116 / PORTO

Digitized by Google

723791-176

« *Ce que j'appelle ici* antimoderne, *aurait pu tout aussi bien être appelé* ultramoderne. »

JACQUES MARITAIN.

Digitized by Google

Digitized by Google

HIPÓLITO RAPOSO
MEU CAMARADA
NOS ITINERARIOS
SENTIMENTAIS
DO SERIGO E DA ESPERANÇA
EM MEMÓRIA
DO TEMPO ALEGRE
QUE
NA GARLANDIA FUIMUS

Digitized by Google

Digitized by Google

EU, PECADOR, ME CONFESSO...

Digitized by Google

AC
75
S2476
1942

Imprensa Portuguesa / Rua Formosa, 108-116 / PORTO

Digitized by Google

723791-176

« *Ce que j'appelle ici* antimoderne, *aurait pu tout aussi bien être appelé* ultramoderne. »

JACQUES MARITAIN.

Digitized by Google

Digitized by Google

HIPÓLITO RAPOSO
MEU CAMARADA
NOS ITINERARIOS
SENTIMENTAIS
DO SERIGO E DA ESPERANÇA
EM MEMÓRIA
DO TEMPO ALEGRE
QUE
"IN GARLANDIA FUIMUS

Digitized by Google

Digitized by Google

EU, PECADOR, ME CONFESSO...

Digitized by Google

Digitized by Google

Eis algumas linhas de prefácio, a título de esclarecimento. Gostaria de condensar-me naquela maneira arrepanhada e enérgica com que Paul Bourget costuma preludiar os seus volumes de «esparsos». O intento do grande mestre da Contra-Revolução intelectual consiste inalteràvelmente em nos demonstrar que, através das sugestões múltiplas da vida, nunca deixou de encontrar tema para robustecer a unidade do seu espírito na unidade sóbria dos dois princípios que lho fortificam e iluminam.

Êsses princípios, já indicados por Balzac no pórtico de La Comédie Humaine, *são o Catolicismo e a Realeza. Filho de uma época nefasta que rompeu, tanto nos factos como nas almas, o elo das verdades tradicionais, aos mesmos princípios me acolhi, também, quando procurei para as angústias do meu pensamento uma decisão definitiva e tranqüilizadora. Venho duma longa geração de lavradores, que, pelo exercício da espada e do arado, conseguiram atingir as honras da pequena nobreza provinciana. Subiram, portanto, dentro da* regra — *ou sulcando de regos geométricos a herdade patrimonial, ou assentando-se, em vereação, graves e singelos, à roda da mesa antiga do Concelho. Sempre*

Digitized by Google

que perscruto as minhas raízes ancestrais, não me respondem outras vozes. Apenas um se destacou da série familiar, para correr as cavalhadas sentimentais do Romantismo.

Andou na Guerra Peninsular, foi talvez das lojas maçónicas, e, depois de aprender cirurgia com frades de S. João de Deus, meteu-se, debaixo da repulsão dos parentes, por campanhas duras, à vida duríssima dos hospitais de sangue. Tão perto de mim, nas transmissões mais directas da minha linhagem, creio bem que dêle herdaria o estigma inquieto, que me levou ainda a provar o veneno saboroso da Negação. Mas, sem dúvida, a êle pertence o golpe atirado ao coração duma idéia ou dum acontecimento que, sem fazer da minha forma intelectual um exercício de análise permanente, a caracteriza, no entanto, para a crítica, como trabalhada por um único desejo, — o de compreender *e de* relacionar.

Ao acordar assim para as batalhas largas do tradicionalismo português, se as fôrças misteriosas da hereditariedade, na lenta procissão dos meus avós rurais, me abriram as portas amplas da Religião e da Monarquia, ao romântico desordenado, que não se

Digitized by Google

vexou de trocar a banda de sêda das Ordenanças concelhias pelo bisturi inglório de cirurgião militar, eu posso e devo agradecer o «senso do diagnóstico», que parece latejar nos comentários soltos que passaremos a ler.

«Qu'est-ce donc que l'art? qu'est-ce que la beauté dans cette action brutale qu'est une opération?...» — *interroga o notável operador francês Dr. Jean-Louis Faure no seu não menos notável opúsculo* L'âme du chirurgien. «C'est la sobriété, c'est la précision dans le geste, c'est l'ordre dans le mouvement, c'est la puissance dans la continuité de l'action...». *É a sobriedade, é a precisão no gesto, é a ordem no movimento o que a mim me encanta no escritor, que sendo um dissecador de tipos, participa como tal da lição em que o quadro célebre de Rembrandt se ilumina para a posteridade.*

Apresentando com carinho o opúsculo do Dr. J.-L. Faure, como filho de cirurgião, Paul Bourget assinala jubilosamente a perfeita identidade que existe entre uma operação cirúrgica definida, porque é a «ordem no movimento», e a definição que do «estilo» nos legou, com os seus punhos de renda, o senhor de

Digitized by Google

Buffon. « Le style n'est que l'ordre et le mouvement que l'on met dans ses pensées », — *recorda Bourget, para logo acrescentar que « Flaubert, filho e irmão de médicos, amaria êsse acôrdo de linguagem entre um mestre na arte de escrever e um mestre na arte de operar ». E Bourget não se contém, sem concluir:* — « Tant il vrai qu'à travers la diversité des objets l'unité de l'intelligence demeure constante attestant ainsi, même à l'occasion des activités les plus spécialisées, semble-t-il, l'unité intime de l'Univers, l'unité de l'énergie sous toutes ses formes, qui fait, rencontre plus remarquable encore, le premier article du *Credo : Credo in unum Deum* ».

*

* *

Ora porque, depois de Deus, foram decerto os meus Mortos que me lançaram na alma a semente inextinguível da Esperança, eu não os quero olvidar, à face do presente volume, onde recolho, melhor ou pior forjadas, segundo as necessidades do combate, as minhas primeiras páginas de voluntário da Reacção. Ao confes-

Digitized by Google

sar-me coram populi *voluntário da Reacção, proclamo, dentro daquele justo desvanecimento que até a Religião abençoa como estímulo humano necessário, o mais belo título da minha inteligência de estudioso e da minha sensibilidade de comunicativo. Graças aos que me precederam na sucessão intérmina da existência, não nasci nem para descrer, nem para duvidar. Palpita dentro de mim um intento modesto, mas sólido, de* construir, *que mesmo quando contempla o espectáculo melancólico de quaisquer ruínas, encontra sempre nelas motivos vitoriosos de afirmação e de confiança. Não me será talvez dado a mim, nem aos que comigo mais de cêrca rezam e aguardam, levantar o grande edifício que já avistamos, erguido, com os olhos serenos da convicção para além da orla sangrenta em que tudo parece acabar nesta expectativa trágica de Apocalipse. Mas é com amor, é com enlevada dedicação, sem desânimo, nem arrependimento, que vamos preparando as pedras uma a uma, sem nos importarmos se a casa a refazer-se nos abrigará ainda, ou se mal veremos ressurgir, sôbre a face dolorosa da Terra, o desenho perdido dos antigos alicerces.*

Escrevo numa tarde doirada de outono, — tarde

Digitized by Google

translúcida de Advento. E precisamente, no azul profundo e acariciador, estampa-se a linha nobre dum aqueduto, como resumindo tôda a païsagem que me vai à roda. Pois nesse aqueduto dir-se-ia que se simboliza o meu esfôrço, — o esfôrço de quantos padecem a emigração na sua própria pátria para que amanhã, cedo ou tarde, o Portugal-Maior seja possível. Como o aqueduto que arranca, através do tempo, a sua caminhada secular para servir um destino que só aos outros aproveitará, assim nós, — os de agora, ao nascer, nascemos para reatar, por sôbre as nossas desilusões e os nossos sacrifícios, os anéis tradicionais criminosamente quebrados no breve instante duma só geração. E no delírio devastador em que nem a beleza do coração se salva, o nosso triunfo já não é pequeno, se considerarmos que somos os obreiros mandados por Deus ao trabalho anónimo, mas salutar, de não se permitir que morra na consciência da Raça a psique olvidada — pobre Silvaninha do rimance! — que tirita lá dentro.

«Un principe triomphe, — *dizia duma vez Berryer*, — quand on l'applique et qu'il produit le bien; il triomphe quand on applique le principe contraire

Digitized by Google

et que ce principe produit le mal ». *Eis o que soberanamente se confirma ao repassar as páginas do livro presente.*

Contemporâneas as primeiras do período mais agudo da Guerra, redigiram-se as últimas já no isolamento moral do exílio. Liga-as entre si o traço cronológico de pouco mais de dois anos. Mas que dois anos êsses, cheios de drama, de experiências angustiosas, de rugidos de catástrofe?! Todavia, a serenidade com que me persigno, ao começo, em nome da Tradição, é a serenidade com que me persigno, ao final, ouvindo expirar, nos relógios de Badajoz, sem lareira, quási às portas de casa, a data terrível de 1919. Por isso, eu cometeria a mais vil das deserções se um momento só me considerasse um vencido!

A minha vitória — a nossa vitória, é evidente nos domínios augustos do Espírito. Não é já um prémio alto de Deus ter razão numa babel confusa em que ninguém mais a tem? Levanto as mãos ao Senhor, — eu que sou feito de barro grosseiro e impuro, — por não me haver perdido nas estradas do Egito. Antes, tranqüilamente as passeei, à hora clara do sol, denunciando a mentira execrável dos seus ídolos.

Digitized by Google

Riram-se os da festa, dançando e afundando-se como aquêles bailarins do conto macabro. Mas numa quermesse de doidos é humaníssimo que aos loucos pareça loucura o falar alguém com acêrto...

*

* *

Seja como fôr, ao olhar para trás, num exame rápido do caminho andado, só encontro confôrto e incentivos para avançar cada vez mais. No total desnorteamento em que eu poderia ser um desnorteado também, volto a agradecer às minhas boas sombras tutelares a âncora que a tempo me salvou da onda crescendo, crescendo sempre. As virtudes rurais da minha estirpe me resguardaram da anarquia mental a que lògicamente me dispunha o sibaritismo literário que aos meus vinte anos, por tôda a parte, se respirava e alardeava. Pouco durou êsse parêntesis, — quem sabe se de inquietação criadora? Hoje, creio e espero. E creio e espero, não só pela herança que me vem do meu sangue, mas em plena autonomia do meu pensamento. Não foi debalde que entre os meus houve

Digitized by Google

alguém que se desgarrou dos velhos quadros familiares para ir correr seduções imprevistas, na alucinação do vento novo que soprava. Tão perto de mim o sinto que talvez do seu pecado derive a paz de que neste momento me sinto singularmente penetrado. Porque sem o «senso do diagnóstico», que a sua aventura depositou na minha hereditariedade bucólica, — eu que sou por natureza um contemplativo, é provável que me tivesse transviado, como tantos, na atracção tumultuosa da feira dos Mitos!

Elvas, Quinta do Bispo.
16 de Novembro de 1921.

Digitized by Google

Digitized by Google

ALVA DA PÁSCOA

Digitized by Google

Digitized by Google

ALVA DA PÁSCOA

NÓS já viemos depois do dilúvio! Não nos pertence nenhuma responsabilidade nesse passado de ruína e de suïcídio que lá vai sumido, do qual só conservamos a lembrança para nos servir de lição proveitosa. Os horizontes da nossa mocidade sentem-se carregados pela apreensão do dia de amanhã. Achamo-nos vítimas de erros que não cometemos. Por isso, se nesta hora amarga só existimos para o cumprimento dos nossos deveres, há um direito de que não abdicamos, — o direito supremo de acusar!

Nós não somos patriotas por sermos monárquicos. Somos antes monárquicos por sermos patriotas. Pondo a nacionalidade como razão e fim de nós próprios, concluímos na necessidade do Rei como elemento orgânico do seu prestígio e da sua existência. Assim, não condescendemos por honra nossa

Digitized by Google

com os sofismas e com as ficções que durante quási um século tornaram Portugal num seminário fecundo de incompetentes e de aventureiros.

Múltiplas, e de exame complexo, se nos apresentam as causas da decadência do nosso país. Entre tantas avulta, como agravamento de tôdas elas, a implantação do regime dito «liberal». O Constitucionalismo é criminoso de lesa-pátria! Não só anarquizou a nacionalidade com as medidas insensatas de Mousinho da Silveira, mas, filho dilecto da Maçonaria, o seu triunfo foi facilitado por verdadeiros traidores, como Cândido José Xavier e Bento Pereira do Carmo, ambos consagrados, por amor da Liberdade, — da tal que matou as «liberdades», aos interêsses de Napoleão.

É uma página negra a vida política da *Carta* que um estrangeiro nos impôs e que outro estrangeiro nos trouxe na algibeira, como um favor supremo dos deuses. Portugal deve-lhe os últimos golpes na sua resistência tradicional e não seremos nós, — os moços, que a deixaremos restabelecer. Chegamos de mais largo que das areias desonradas do Mindelo, e não estamos aqui formando quadrado para que Pacheco e Acácio sejam reconduzidos sem incómodo na carreira corrida da governança pública. Erguemos os olhos para bem longe e para bem alto! É para o Portugal Maior que êles se dirigem numa ânsia sagrada de resgate, com as pupilas cheias de visões de maravilha.

Digitized by Google

No disperso indiferentismo da nossa época um grande sonho nos irmana, — sonho em que parecem renascer as energias ancestrais da Raça. De certo modo, não somos nós, na nossa precária forma individual, quem se alinha debaixo do pelicano simbólico da Grei, contra as investidas crescentes dos inimigos de dentro e de fora. Não! À sombra duma doutrina de salvação nacional, não é neste momento a mocidade portuguesa que enfileira ùnicamente. São os nossos Mortos, — são as virtudes de sempre, as virtudes rurais e guerreiras dum povo, já imortalizado na história do mundo como um dos pioneiros mais nobres da civilização. O Sangue recupera os seus direitos esquecidos. E porque o Sangue os recupera, os fantasmas ideológicos da Revolução empalidecem na sombra e na sombra se desfazem.

Eis porque a nossa política não é uma política abstracta de princípios. É sim uma *política*, mas uma política assente em realidades, de base eminentemente histórica, sem outro destino que não seja o destino comum de todos nós. Não pensamos, num critério estreito de partido, em restaurar a Monarquia em Portugal. Pensamos antes em restaurar Portugal pela Monarquia.

Não somos *conservadores*, — palavra amolecida que nada exprime. Somos antes *renovadores*, — na definição claríssima do grande marquês de La Tour du Pin. Como *renovadores*, a nossa doutrina é uma doutrina de *violência*, realizando na *acção* o *pensa-*

Digitized by Google

mento que a inspira. Vive connosco o militante de todos os apostolados. Em apostolado da Pátria, batemo-nos pela Igreja, que é a sua única fôrça moral, e damos ao Rei o fogo desinteressado da nossa dedicação, — ao Rei, que é a melhor garantia do nosso futuro e a segurança mais firme da nossa vitalidade!

Tais são as idéias que nos unem e prendem numa identidade de sentimento e de inteligência, como outra não houve ainda em horas tão duvidosas, — nas horas que estão decorrendo! Não existia em Portugal uma aspiração que solidarizasse e nos desse finalidade. É para semelhante obra que nós viemos, — nós que já chegámos depois do dilúvio! Que a nossa verdade, — *a Verdade Portuguesa*, resplandeça para os homens de boa vontade e para as criaturas de pouca fé na claridade augustíssima com que resplandeceu outrora nas cumiadas máximas da Era de Quatrocentos! Um ódio santo nos deve ligar: o ódio contra a mentira liberalista, deformadora das qualidades rijas do carácter português. E como aquêle herói de Homero, combatamos sempre em plena luz, ainda que essa luz seja uma luz de tempestade! A Pátria viverá! Mas para que ela viva é necessário que as suas inclinações congénitas não sejam pervertidas, nem contrariado o rumo secular do seu génio. «Ninguém poderá extinguir a Revolução, — escrevia Auguste Comte, — com as mesmas teorias com que foi iniciada. O que ser-

Digitized by Google

viu então para destruir, não pode hoje servir para construir!» Fixemos a sentença do filósofo, que é da mais franca e sincera actualidade. A República não seria possível, se não tivesse sido possível o Constitucionalismo. Não o olvidemos nunca! Não o olvidem, principalmente, os moços de Portugal. É a quem pertence o encargo piedoso de descer a Pátria da cruz. De joelhos, gente nova do meu País! Chegou o instante da pranchada nobilitadora, — vai-vos ser conferida a sagrada ordem da Cavalaria!

Digitized by Google

Digitized by Google

DO VALOR DA TRADIÇÃO

Digitized by Google

Digitized by Google

DO VALOR DA TRADIÇÃO

NUM país em que o sentido das palavras e das idéias anda totalmente pervertido, bom será que precisemos o que seja o significado social e político do verdadeiro tradicionalismo.

Desde já se repele o conceito corrente de «Tradição». Para nós a «Tradição» não é sòmente o Passado. É antes a *permanência* no *desenvolvimento.* Sendo assim, — e não é outra a base filosófica das doutrinas tradicionalistas —, as instituïções dum povo não podem nunca considerar-se como um acto de exclusiva vontade pessoal ou como a imposição deliberada de um grupo maior ou menor de indivíduos. A sociedade é uma *criação*, não é uma *construção,* — não é um mecanismo. Porque é uma *criação*, a sua existência é condicionada por certas leis naturais, de cuja acção convergente um dia resultou. Ora por «Tradição» nós temos que entender necessàriamente o conjunto de hábitos e tendências que procuram manter a sociedade no equilíbrio

Digitized by Google

das fôrças que lhe deram origem e pelo respeito das quais continua durando. Porque as coisas existem pelas mesmas razões porque se geram, é que, cientìficamente, a doutrina democrática é um êrro grosseiríssimo. Socorreu-se durante quási um século duma concepção errada do darwinismo. Debaixo do prestígio das teorias evolucionistas, tomou-se a sociedade como uma transformação incessante, tentando realizar um longínquo ideal de aperfeiçoamento, — dêsse aperfeiçoamento já entrevisto, através da utopia estulta do Progresso Indefinido, pela mentalidade rudimentar dos filantropos da Revolução. Donde, a aparente superioridade intelectual de que se revestiram por largos tempos os princípios nefastos que hoje combatemos. A renovação dos estudos históricos veio ensinar-nos, porém, uma visão mais exacta dos fenómenos sociais. Um outro método derivou daí, mais experimental, mais positivo. E não tardou que o critério de «Evolução» se modificasse duma maneira fundamental. Contribuíu bastante para isso o resultado estrondoso das descobertas de René Quinton.

Estabelecendo a *lei da constância original dos seres* sôbre os dados recolhidos ao longo de uma série escrupulosa de observações, nós devemos a René Quinton uma nova compreensão biológica da Vida. Por ela se prova a extensão caprichosa e ilegítima que se atribuía às conclusões de Darwin. Não nega René Quinton a Evolução, mas restringe-lhe o alcance, concretizando-lhe as probabilidades.

Digitized by Google

« *La fixité domine l'évolution*, — escreve Lucien Corpechot, comentador da obra de René Quinton. *La fixité, est le principe; l'évolution, le corollaire* ». É que a natureza, — segundo um outro sábio, George Bohn —, tem o horror das variações. Não procura senão manter com afinco a pureza do seu *meio-vital*, — isto é, a inviolabilidade daquelas circunstâncias especiais que a geraram, e de cuja guarda e duração depende inteiramente a sua existência.

Não podemos examinar aqui as conseqüências altíssimas das descobertas de René Quinton. Contudo, desde que a Vida não procura senão reproduzir-se inalteràvelmente, dedicando todo o seu esfôrço à manutenção da sua integridade original, verifica-se ruïdosamente a falência dos socorros fornecidos pelo transformismo às falsidades sociológicas da Democracia. É escusado salientar o extraordinário socorro que a ciência nos traz a nós outros, — os tradicionalistas, com semelhante demonstração. Paul Bourget vê, com efeito, nessa lei da *constância original dos seres* um testemunho do valor objectivo das verdades proclamadas pelos grandes mestres da Contra-Revolução.

Não que as regras biológicas hajam de governar o nosso conhecimento nos domínios do pensamento político! O eminente Dr. Grasset traçou os limites da biologia e não seremos nós quem os ultrapassará, constrangendo-os à aceitação de problemas que não cabem dentro da sua órbita. Mas Paul Bourget resolve-nos a dificuldade. « *Quand M. Quinton*, —

Digitized by Google

respondera êle —, *nous démontre qu'il existe une loi de constance du milieu vital, ce n'est pas manquer aux bonnes méthodes que d'assignaler l'accord saisissant entre cette hypothèse et le vieux principe sur les gouvernements jadis proclamé par Rivarol:* res eodem modo conservatur quo generantur».

A idéia de «Tradição» reabilita-se assim com profunda e inesperada claridade! No desenvolvimento das colectividades a persistência do elemento tradicional representa a mesma acção de *constância* de que René Quinton faz a essência íntima de tôda a evolução. Já a escola cartesiana nos ensinava que «todo o ser tende a perseverar no seu ser». «*La fameuse loi de Darwin,* — depõe ainda Paul Bourget —, *dont l'ignorance des incompétents a fait un synonyme de changement, résume, au contraire, l'effort vers la durée, la permanence par l'adaptation. L'Espèce n'évolue que pour se mantenir, pour conserver la possibilité d'accomplir certaines fonctions sans lesquelles elle n'existerait plus. Ses modifications, si paradoxale qui semble cette formule, ne sont qu'une resistance*». E Bourget termina por afirmar que as raças sãs não evolucionam senão para proteger a sua conformação social, com a perda da qual viria fatalmente a desnacionalização, que o mesmo é que a desnaturação.

Compreende-se, pois, o sentido social e político do «tradicionalismo». Se, por exemplo, se fala no municipalismo português, ninguém pensa em voltar aos forais, tal como a Idade-Média os concebeu,

Digitized by Google

nem aos procuradores das vilas, recebidos em Côrtes por procuração passada em têrmos imperativos. O que se pretende é conservar êsse apreciável instinto localista que assegura de per si a realização de mais saüdáveis medidas descentralizadoras no interêsse do Estado e no aproveitamento das diversas representações regionais e provinciais. Dêste modo, a política é para nós uma *realidade*, — uma como que *experiência*, garantida e comprovada pelo decurso da história.

A história — e não as nossas predilecções doutrinárias — é que nos deve guiar na determinação do regime que mais convém aos destinos duma nacionalidade. Já Taine asseverava que não deviam existir «constituïções» escritas. O que existe é uma «constituïção» ditada pelo passado e que sendo a segunda natureza dum povo, não se aliena com ela as condições de vida do mesmo povo.

Reputo definido o verdadeiro, o rigoroso conceito da «Tradição». Antecipando-se ao seu tempo, o senhor de Bonald declarava há mais de um século que as instituïções do passado não eram boas por serem antigas, mas eram antigas por serem boas. Eis aqui o fundamento positivo do «tradicionalismo». *Non nova, sed nove.* A «Tradição» para nós não vale sentimentalmente, como as ruínas valiam para os românticos, — como uma quantidade morta, que a saüdade encheu do seu perfume estranho. Não, leitor amigo! A «Tradição» vale, sobretudo, como

Digitized by Google

a *permanência* na *continuïdade*. Corresponde àquela *idéia directriz* que já Claude Bernard assinalava como presidindo ao desenvolvimento dos seres. Quebrá-la é cortar a seqüência hereditária, romper os antecedentes morais e sociais de que somos um elo aditivo. Regressar à «Tradição» não é, portanto, regressar a um ponto interrompido, já a sumir-se além, nas nuvens da distância. É antes inserir-nos nos moldes próprios da nacionalidade, mas na altura precisa em que estaríamos hoje, se a ruptura não se tivesse produzido. Numa palavra, e conforme Paul Bourget: — o doente que delira a 40° de febre, não *recua*, se recupera a temperatura normal. Bem pelo contrário, êle *progride*. Restituir ao nosso país o seu *meio-vital* obliterado, o mesmo é que restituir o doente ao seu estado anterior de saúde. Tal é o valor da «Tradição», como nós a olhamos e a ciência o acredita. «*Sans tradition*, — observa algures Galéot —, *chaque generation en serait au même point que la première. Nous en serions toujours à l'âge de pierre*». Acentuemo-lo bem na hora que passa, para que as inteligências bem dotadas se compenetrem da actualidade da nossa aspiração e da sua plena concordância com as correntes mais notáveis do pensamento moderno. É como teremos respondido aos que nos imaginam divorciados da marcha da sociedade, passeando o nosso suposto arcaísmo sôbre uma païsagem de fôrcas e fogueiras inquisitoriais!

Digitized by Google

MONSIEUR HOMAIS EM PATHMOS

Digitized by Google

Digitized by Google

MONSIEUR HOMAIS EM PATHMOS

COM aquêle seu estilo melodramático, Guerra Junqueiro acaba de pontificar para os soldados que partem e para os portugueses que ficam. E ei-lo a evocar-nos Nun'Álvares e o infante D. Henrique, Bartolomeu Dias e S. Francisco Xavier, como se o passado glorioso da nossa raça tomasse corpo e alma, para vergonha de Portugal, no verbo hipócrita dum cristão-novo, inimigo, por formação atávica, de tudo quanto seja a essência verdadeira da Pátria.

É preciso que nos possuamos dum sentido nacionalista dos nossos escritores. Não é indiferente para isso a idéia étnica, que por si só determina uma modalidade psicológica. Guerra Junqueiro é um semita reconhecido e declarado. É um semita nos seus traços fisionómicos, é um semita nas suas linhas morais, — é um semita na ênfase profética da sua musa duvidosa. Nascido em Trás-os-Montes, êle provém da grossa massa israelita que ali ganhou

Digitized by Google

agarras fundas e seculares. Os seus mortos não são os nossos Mortos, — a sua fé não é a nossa Fé! Quando êle se alonga em interjeições patéticas ao património histórico do país que o tolera, é um intruso puro e simples, ainda que sincero, talvez que bem intencionado. O seu poema *Pátria* não é assim a indignação vibrante duma alma, mergulhada na alma portuguesa por tôdas a suas raízes. É antes a desforra implacável do *Ghetto*, que se ergue implacàvelmente da sua noite ancestral, para insultar na nossa disciplina católica e monárquica a fôrça poderosa que lhe enquadrou a ascendência em bairros murados, com uma estrêla de seis pontas, assinalando-lhe a origem hostil e execrável.

Eu sei que irritações não vão levantar as minhas palavras justiceiras! Na nossa terra a defesa dos Judeus faz parte do sentimentalismo corrente. Mas se considerarmos que a França moderna reaviva com rancores sagrados a campanha contra Israel que a domina e escraviza financeiramente, nós compreenderemos de que servidão duríssima nos livrou D. Manuel I, desembaraçando-nos dêsses conquistadores, tão dissimulados como persistentes. É êste um aspecto interessante a examinar com mais demora, pois que a ária batida das causas da nossa decadência enumera a expulsão dos Judeus como uma das mais condenáveis entre elas. De passagem, direi apenas que Georges Sorel, — o áspero e insuspeito filósofo da Violência —, tem a semelhante respeito

Digitized by Google

páginas que reabilitam, no campo geral dos princípios económicos, a política proteccionista de D. Manuel o *Venturoso*.

Depois, o Judeu é um adversário nato da nossa formação hereditária. Renan chama-lhe uma «combinação inferior da natureza humana», não hesitando em acrescentar que deve haver graves motivos para que tôdas as nações, em tôdas as idades, o odeiem e persigam. Arrematantes dos cargos do fisco, os Judeus, pelo exercício da usura, expoliaram sempre as populações rurais. Casando escrupulosamente dentro da grei, constituíam dentro do Estado um segundo Estado. Maçónicas e revolucionárias, as próprias Côrtes de Cádiz o reconheceram com notável franqueza, ao abolirem a Inquisição em Espanha.

Não é outra a composição ancestral de Guerra Junqueiro, nascido em Trás-os-Montes, precisamente na região onde os Judeus se bandearam com os franceses durante as Invasões, facilitando-lhes a ocupação. Era já o mesmo ódio instintivo de que saïram as sátiras anti-católicas e anti-monárquicas de Guerra Junqueiro. Não forço uma nota política de partido com a minha afirmação. Se a obra literária é, segundo Léon Daudet no seu livro recente *L'hérédo*, uma libertação das solicitações da nossa hereditariedáde, não podemos encarar a obra de Junqueiro debaixo de prisma diverso. De facto, a obra de Guerra Junqueiro apresenta todos os estigmas dum caso de semitismo completo.

Digitized by Google

O maçonismo e a retórica religião do Progresso não são senão o sucedâneo da antiga aspiração messianista do Judeu. Cá achamos o deísmo vago da última fase de Guerra Junqueiro: a sua crença no Universo, no aperfeiçoamento crescente da Matéria. Quanto ao seu génio, tão alardeado como discutível, não é mais que o produto natural da exaltação nervosa, peculiar dos Judeus, que fornecem, como é sabido, à patologia os mais acabados exemplares de neurastenia e de loucura. E não nos esqueçamos do juízo de Moniz Barreto sôbre Junqueiro! É bom recordá-lo neste momento, em que o homem da *Velhice do Padre Eterno* parece consagrado para a unanimidade nacional como o nosso poeta mais alto.

Ora Moniz Barreto entende e prova que Junqueiro não é um poeta, e sim um orador, — que êle é um *eloqüente*, e não um *lírico*. A sua feição predominante é o sarcasmo. E assim conclui que, sem imaginação psicológica nem imaginação épica, Junqueiro deixou na *Velhice* «o mais vivo documento de si mesmo». Tanto basta para que a figura de Junqueiro se orbite nas devidas proporções. Êle não foi mais que um contrabandista feliz de Vítor Hugo. Até nisso o semita se denuncia. O semita não *cria*, — o semita assimila. Tal é o Junqueiro dos *Simples*, misturando o seu messianismo evolucionista com as influências literárias do simbolismo. De resto, a dinâmica da sua musa é rudimentaríssima. É a dinâmica de Hugo, baseada num puro efeito de contras-

Digitized by Google

tes, opondo à alma de Nero a alma de S. Francisco de Assis, opondo à alma de Messalina a de Santa Maria Madalena.

Como Hugo, Junqueiro vive em arte duma espécie de charlatanismo profético, nutrindo-se ùnicamente de antíteses e trovejando cóleras sonoras, em que os Reis e os Bispos perpassam aos uivos, como num imenso *guignol* apocalíptico. A frase não me pertence. É de Lemaître, àcêrca de Hugo. E a Lemaître pedirei já agora o conceito definitivo. Junqueiro, ateu e revolucionário, crendo na Ciência e no Progresso, mas embrenhando-se em confusas visões futuristas, é como se Mr. Homais, sustentáculo da República e do Livre-Pensamento, em viagem de recreio pelo Mediterrâneo, tivesse desembarcado em Pathmos, para desdenhar da memória do Evangelista, e ali se sentisse, de súbito, possesso de doença sagrada...

*

* *

Tal é o homem que num jornal republicano vem falar de patriotismo aos soldados que partem e aos portugueses que ficam. Há que distinguir entre a nossa Pátria, a Pátria eterna, a Pátria de sempre, — e a pátria dêle. A pátria dêle é o *Ghetto*, é Sião. Que o vate regresse a Jerusalém, que pode muito bem ser um silêncio prudente na sua vivenda de Barca-de-Alva!

Digitized by Google

Digitized by Google

JORNADA DUMA IDÉIA

Digitized by Google

Digitized by Google

JORNADA DUMA IDÉIA

AS idéias, como os indivíduos, têm também a sua genealogia. Não se formam dum jacto, e até que adquiram o amadurecimento completo, são tenteadas e adivinhadas dolorosamente por aquêles que já lhes pressentiam de longe o prestígio dominador.

O *Integralismo Lusitano* não é assim uma atitude intelectual, decidida numa atmosfera recatada de gabinete. Nós viemos no momento em que as verdades que proclamamos encontraram a sua oportunidade histórica. Essas verdades não as achámos nós, refugiados cismadoramente na tôrre do Conceito Puro. Essas verdades são ditames positivos, deduzidos com rigor da observação rigorosa dos factos, e já antes de nós possuíam os seus definidores.

A Política é uma ciência. E porque é uma ciência, não se pratica ao sabor de predilecções caprichosas, sem se servir dum método que é, por sua condição, eminentemente experimental. Não é apli-

Digitized by Google

cando à realidade social a rigidez algébrica das nossas abstracções que se serve melhor a fortuna dos povos e os interêsses duma pátria. Taine escrevia com razão que, se um dia precisasse de se resolver por uma opinião política, não o faria sem primeiro estudar a história da França.

O mesmo escritor entendia que um país não se pode declarar sôbre a forma de govêrno que mais lhe convém. A sua forma de govêrno, — a sua constituïção pròpriamente dita, está de antemão traçada na marcha da sua história. O problema consiste, desta maneira, não em votar uma *Constituïção* mais ou menos liberal, mais ou menos conservadora, mas em verificar se, em relação ao passado, essa *Constituïção* existe.

É ainda Taine que continua: — « A natureza e a história escolheram por nós antecipadamente. É a nós que nos cabe acomodarmo-nos a elas, porque nunca elas se acomodarão a nós. A forma social e política, na qual um povo pode entrar e permanecer, não fica dependente do seu arbítrio, mas é determinada pelo seu carácter e pelos seus antecedentes ». Assim, as instituïções por que uma pátria se deve reger, não são o produto isolado duma vontade isolada. Mais que o resultado consciente duma vontade, representam a criação lenta e secular do génio colectivo duma raça.

Tais são as bases fundamentais da doutrina integralista. Diz-se *integralista* a nossa doutrina, porque

Digitized by Google

a questão portuguesa se lhe apresenta em conjunto, debaixo de todos os seus aspectos. Não é exclusivamente o aspecto político que nos preocupa. Preocupam-nos com igual interêsse o aspecto moral, o aspecto económico, o aspecto literário. Portugal é uma terra desnacionalizada nos costumes, desnacionalizada nas aspirações, que são nenhumas, desnacionalizada nos bandos que a conquistaram e a dominam como coisa de pretos. É preciso restaurar Portugal para Portugal. Por isso, o regresso da Monarquia não tem que valer ùnicamente como uma *restauração*, — mas, sobretudo, como uma *instauração*.

Somos tradicionalistas. Ser tradicionalista não é devolver-nos ao Passado — morto, inerte, nos seus moldes cristalizados. É aceitar do Passado o impulso dinâmico, a sua fôrça vivificadora. Para nós tudo o que *é* repousa naquilo que *foi*. A Tradição não é assim um ponto imóvel na distância. É a *continuïdade* no *desenvolvimento*, — é aquela *idéia directriz* que já Claude Bernard apontava como presidindo à vida dos seres. Não acatar as regras inalienáveis da nossa conformação histórica, o mesmo é que pretender substituir estultamente a nossa hereditariedade individual por qualquer outra que seja mais do nosso gôsto ou simpatia!

Os princípios que defendemos, antes de serem *princípios* foram *conclusões*. Nós não significamos aqui mais do que um voto unânime da nacionalidade pelo apêlo sagrado dos seus Mortos. A nossa polí-

Digitized by Google

tica não é uma *política de profissionais* mas uma *política de profissões.* Assentamos numa concepção orgânica da sociedade, com a *diferenciação* e a *competência* por critérios reguladores. Se nos insurgimos contra a Democracia, é porque a Democracia é a negação de todo o estímulo e de tôda a disciplina. Somos anti-liberais. Mas somos anti-liberais, porque, municipalistas, em relação ao localismo, e sindicalistas, em relação aos problemas do trabalho, é pelas *liberdades*, de sentido restrito e concreto, que dedicadamente nos inscrevemos.

Não surgimos, pois, de improviso, desbaratando os ídolos com a intrepidez da nossa convicção. Para trás, ao longo das caminhadas ásperas de Portugal, bastantes espíritos nos anunciaram, numa ânsia dolorida de perscrutarem as incertezas do futuro. Já não falo dos que se mantiveram fiéis aos dogmas de todos os séculos, contra a verdade passageira dum século. Já não falo no marquês de Penalva, em José Acúrsio das Neves, em José Agostinho de Macedo. Falo em Almeida Garrett, amargamente desiludido da ficção por que batalhara. Falo em Alexandre Herculano, indicando às gentes vindouras o Município como o único alicerce a oferecer com segurança para uma sólida reorganização da nacionalidade.

Também Eça de Queirós e Ramalho Ortigão nos precederam com as suas campanhas destemidas em pleno carnaval constitucionalista. Ramalho ainda pôde deitar-nos a sua bênção carinhosa de avô, antes de

Digitized by Google

os olhos se lhe cerrarem para sempre. Os tempos andaram, clarificando em doutrina o que nêles não conseguira ser mais do que uma adivinhação. E Oliveira Martins, que na última fase da sua existência de político e de escritor tão perto de nós se achegou, — Oliveira Martins, ao fechar as páginas finais da sua desgraçada *História de Portugal*, assim se pronunciava:

— «Continua ainda a decomposição nacional, apenas interrompida de um modo aparente pelas idéias revolucionárias e pela restauração das fôrças económicas, fomentadas pelo utilitarismo universal? Ou presenciamos um fenómeno de obscura reconstituïção, e sob a nossa indecisa fisionomia nacional, sob a nossa mudez patriótica, sob a desesperança que por tôda a parte ri ou geme, crepitará latente e ignota a chama de um pensamento indefinido ainda?»

Nós somos êsse pensamento que a hora amarga da crise acabou por definir. Temos as raízes mergulhadas no coração da Raça! Se há motivos para crer neste desventurado país, não estarão longe da aspiração que dia a dia vamos formulando e que dia a dia toma corpo e alma diante de nós. Venham a nós as criaturas de Boa Vontade! Mas venham a nós com o gôsto da obediência e com a resignação heróica do sacrifício. Só assim o nosso esfôrço será fecundo, — só assim nós responderemos com palavras fortes de esperança à interrogação angustiosa de Oliveira Martins!

Digitized by Google

Digitized by Google

A «LENDA NEGRA»

Digitized by Google

Digitized by Google

A «LENDA NEGRA»

UM senhor qualquer do Livre-Pensamento foi repetir ao seu público de analfabetos as costumadas calúnias contra os Jesuítas. Não se pode refazer dum momento para o outro a história de Portugal, que está pervertida inteiramente pela mentalidade jacobina. É uma história de partido em que a visão secular da Pátria aparece diminuída e enxovalhada pelos preconceitos revolucionários dum século inteiro de ruína e morte. Devagar, a lição eterna dos factos levará às inteligências anarquizadas a posse do seu desejado equilíbrio. Mas para que isso suceda, nunca é demais que, dia a dia, marginalmente, nós as vamos esclarecendo e reeducando nesta missão difícil a que as nossas vidas desinteressadamente se devotaram.

Pois o senhor conferente do Livre-Pensamento, no seu libelo contra os Jesuítas, acusa-os exactamente daquilo que êles com mais pertinácia combateram e a que mais tenazmente se opuseram! Nin-

Digitized by Google

guém de mediana cultura ignora que os Jesuítas, defendendo na perturbação teológica do século XVI o livre-arbítrio, defenderam o princípio da liberdade individual, que a terrível doutrina calvinista da predestinação vinha comprometer em absoluto. Êles aproveitaram da Renascença o que na Renascença havia de orgânico e de disciplinador: — o Humanismo, não como fim, mas como meio. Assim a pedagogia dos Jesuítas repousa na prática larga e aturada das *Humanidades*, hoje reabilitadas de novo no ensino secundário dos países mais adiantados, como o mais eficaz agente de coordenação e clarificação intelectuais.

Por opinião espalhada e consagrada nos nossos escritores liberais, na influência dos Jesuítas se filiam as causas mais fortes da decadência de Portugal. A decadência de Portugal explica-se por motivos de ordem étnica e económica, a que os Jesuítas foram totalmente estranhos, tanto mais que o seu desenvolvimento entre nós é já posterior ao declínio do nosso prestígio. Não sou eu, reaccionário confesso, quem iliba os Jesuítas dessa responsabilidade! Iliba-os, por exemplo, o historiador protestante H. Boehmer, que, apesar de adverso à Companhia, reconhece não ter ela em nada contribuído para os desastres sucessivos que conduziram Portugal à perda da sua supremacia.

Não o entende assim o senhor conferente do Livre-Pensamento. E num arrôjo de imaginação, — chamemos-lhe isto! —, assevera que os Jesuítas fize-

Digitized by Google

ram abortar tôdas as negociações de casamento de El-Rei D. Sebastião, para irem preparando a entrega de Portugal a Filipe II. Nada mais falso! D. Sebastião não casou por um conjunto de circunstâncias que o espaço não me deixa examinar agora, destacando-se sôbre elas a sua pouca disposição para o matrimónio e talvez mesmo o seu temperamento doentio. Mas o que é certo é que às vésperas de Alcácer-Quibir o monarca se resolvera sèriamente a procurar espôsa.

Quanto às simpatias castelhanas dos Jesuítas, a criatura mais alheia ao estudo da nossa história sabe perfeitamente que os Jesuítas entravaram sempre a política de Filipe, contrariando, inclusivamente, a pessoa da rainha D. Catarina, que de algum modo a reflectia.

Com a morte de D. Henrique, são os Jesuítas quem aviva e mantém a resistência patriótica. Não me recordo agora se foi o célebre padre Luís Álvares quem, prègando ao cardeal Alberto, regente do Reino, lhe traduziu da seguinte maneira as palavras de Jesus ao paralítico: — «*Surge, tolle grabatum tuum et ambula!*» «*Quere isto significar, Eminentíssimo Senhor, que se levante, que pegue nas suas coisas e que vá para sua casa!*» Não esmorecem os Jesuítas no seu propósito de nos ajudarem a restaurar a independência da Pátria. O movimento de Évora é inspirado e dirigido por êles. O próprio D. João de Áustria o reconhece, quando conquistada

Digitized by Google

Évora, proferiu a sua conhecida frase no colégio da Companhia: — « *Aqui se hizo la traición a mi padre!* » E o que lhes não ficámos devendo depois com a nossa libertação?! Só os serviços do padre António Vieira respondem por todos e nunca a memória portuguesa os poderá esquecer.

Como colaboradores da nossa obra ultramarina, os Jesuítas, missionando a fé de Cristo no Oriente e na América, abriram o caminho à penetração europeia. O que é o Brasil senão a sua obra? Ainda há pouco num volume curiosíssimo, — *Notas de Estudo* —, o Sr. Moreira Teles o proclamava sem hesitações. Não só ali resolveram quanto possível o problema da colonização agrícola, como no século XVII alcançaram de Roma escritos pontifícios no sentido de se abolir a escravatura. O Paraguai-Jesuïtico é uma tentativa admirável de comunismo cristão. Expulsaram-nos mais tarde e um Papa houve que extinguiu a Companhia. Porquê?

Porque a Revolução já vinha de marcha, — porque jansenistas, protestantes e maçãos se davam as mãos para atirarem a terra os granadeiros da Igreja e da civilização ocidental. É já hoje um ponto assente que a acção do duque de Choiseul contra os Jesuítas obedeceu a indicações dos clubes secretos. Filiado também no mesmo movimento, o marquês de Pombal não se esquivou a participar da conjura. E, afinal, porque expulsou êle os padres da Companhia? Não o disse o senhor conferente do Livre-Pensamento,

Digitized by Google

mas digo-o eu aqui neste lugar, para estupefacção das gentes. Expulsou-os como «*monarcómacos*» e (ó céus!) como «*sequazes dos republicanos*».

Os Jesuítas, «sequazes dos republicanos», Senhor, quem tal pensaria?! Mas o que é de maior interêsse é que os Jesuítas, difamados e perseguidos, tiveram em Augusto Comte um admirador que chegou até a oferecer-lhes uma aliança com os positivistas. O Geral do *Gesú* respondeu ao embaixador do filósofo que, mal a hora do perigo soasse, aos Jesuítas não lhes restava senão morrer pronunciando o nome de Cristo. — «Pois nessa hora nós, os positivistas, morreremos, sim, mas morreremos defendendo-vos!» — observou-lhe, despedindo-se, o enviado de Comte.

Pelas palavras sem verdade nem coesão do conferente do Livre-Pensamento, verifica-se como são mentirosas as razões morais e mentais da propaganda revolucionária. Enganam-se, pois, os que consideram a República apenas um *facto político!* A República, antes de ser um facto político, foi e é uma *conseqüência intelectual.* Para que o *facto político* desapareça, têm que se restabelecer primeiro os direitos da Inteligência.

São os direitos da Inteligência que, sobretudo, nos levantam em batalha cerrada contra a baixa superstição maçónica e democrática em que Portugal parece perdido. Por êsses direitos nós estaremos sempre lá onde o êrro e a má fé procurarem o triunfo na confusão e no embuste.

Digitized by Google

E suponho suficientemente corrigido o senhor conferente do Livre-Pensamento! Bom seria que, em vez de falsificar a história, cobrindo os Jesuítas de acusações insubsistentes, contasse ao seu público de analfabetos, a propósito da Pátria e da Guerra, o que é que a Maçonaria fêz há cem anos, quando Napoleão nos enviou Junot como um dom generoso da sua generosidade imperial!

Digitized by Google

O VELHO TEÓFILO

Digitized by Google

Digitized by Google

O VELHO TEÓFILO

É do maior pecado da minha inteligência que eu hoje me venho penitenciar! Venho penitenciar-me de ter lido Teófilo Braga e — o que é mais ainda! — de o ter admirado. Na anarquia mental dos meus vinte anos, Teófilo representou para mim a razão consciente do meu nacionalismo instintivo. Não nego o entusiasmo que a minha mocidade lhe deveu! Porque, apesar dos péssimos vícios da sua cultura, alguma coisa de orgânico, de construtivo, consegue predominar, embora contorcidamente, nesse «*fatras babylonien d'une érudition en délire*», que é a obra de Teófilo, — na frase já agora definitiva de Antero de Quental.

O que é preciso é que Teófilo, como historiador e como pensador, seja reduzido às proporções que em justiça lhe cabem. Como pensador, Teófilo inculca-se filho legítimo de Augusto Comte. O «positivismo» de Teófilo é até a base intelectual do nosso movimento republicano. Completa Teófilo a sua acção revolucionária, entrando pelos domínios do nosso

Digitized by Google

passado, com todo o furor da sua psicologia de sectário. É aqui que necessitamos de desmascarar o embuste e pôr Teófilo na inteira nudez das suas falsificações filosóficas e dos seus aleives históricos.

Nunca Teófilo se pode em verdade considerar discípulo de Augusto Comte! Augusto Comte é um dos mestres da Contra-Revolução. Ninguém fustigou, como êle, o Parlamentarismo, o mito da soberania popular, o advento de oligarquias financeiras e políticas, que são a herança pesada da mentira liberalista. Augusto Comte compreendeu e defendeu como ninguém a intervenção coordenadora da Igreja na sociedade ocidental. É bom lembrar que Augusto Comte convidou os Jesuítas a aliarem-se com os positivistas na defesa da ordem tradicional ameaçada. Os seus ensinamentos foram, porém, pervertidos pela vulgarização de Littré e de Laffite. Littré e Laffite colocaram o grande doutor do Positivismo ao serviço da Terceira-República. E só o esfôrço resoluto de Léon de Montesquiou desvendou a mistificação, restituindo Augusto Comte à integridade da sua doutrina.

Deriva de Littré e de Laffite o falso positivismo de Teófilo. Teófilo está até incorporado nos orgulhosos de entendimento, de quem Comte escrevia: — « Os sábios actuais são profundamente indignos duma alta missão social pela sua dupla ausência característica de pensamentos gerais e de sentimentos elevados ». Ríamos, pois, dêsse positivista por bastardia que é Teófilo Braga! Já o espírito

Digitized by Google

profundo de Silva Cordeiro punha reservas ao positivismo do velho professor. De facto, é um positivismo que só se acredita em públicos semi-analfabetos, como são aquêles em que Teófilo pontifica.

Eu sei que Teófilo procurou rectificar o Positivismo, substituindo na construção de Comte o factor — *Autoridade*, pelo factor — *População*. Percebe-se aonde Teófilo pretendia chegar! Pretendia chegar à justificação da Revolução, introduzindo-a assim subreptìciamente na disciplina cerrada do filósofo. Mas é aí mesmo que a deficiência da sua visão se revela em todo o abandono duma mentalidade roída pelas piores superstições intelectualistas.

Não é de fugida que essa figura de *demi-savant* se consegue reduzir à fragilidade das suas linhas bem transitórias. Mas assinalando a fraqueza dos seus métodos críticos, o crime de Teófilo denuncia-se mais amplamente na forma como êle pratica a história do seu país. Acabo de reler, para me retemperar de serenidade, as páginas notabilíssimas de Fustel de Coulanges sôbre «*La manière d'écrire l'histoire en France et en Allemagne*». Fustel traçava-as depois da derrota de 71, atribuindo o desastre fundamentalmente ao carácter anti-nacional da história francesa. «Escrever a história de França, — observa o historiador —, era uma forma de trabalhar por um partido e de combater um adversário». É como Teófilo, embuído de rancores românticos contra Bispos e contra Reis, se alevanta em juiz implacável

Digitized by Google

do passado da sua pátria, que perde para êle o significado duma realidade eterna, para só lhe aparecer como o pretexto duma bandeira de partido.

Eu não informo o processo de Teófilo. Apenas aponto a invalidade da sua obra pela documentação desonesta em que se baseia e pelo propósito demolidor que a enche duma única chispa: — a chispa do seu ódio, raciocinado a frio. Teófilo é perfeitamente o tipo da maçonização intelectual. As capelinhas do Livre-Pensamento saüdam-no com coerência quando o alcandoram a seu orago máximo. Mas bem passageira será a sua influência, se alguma influência Teófilo exerceu, porventura, nas direcções da inteligência nacional!

Há uma vítima dêle! Essa vítima sou eu, porque acreditei nas intenções lusitanistas que na sua obra existiam, sòmente, para através do conceito *População*, justificarem a indisciplina da sua razão individual «contra o conjunto dos antecedentes humanos», — nas palavras memorandas de Comte.

A acusação que levanto contra Teófilo é tanto mais autorizada quanto é certo que eu procurei com a minha pena apropriar a essência do seu pensamento em proveito da cruzada que empreendemos pelo Portugal-Maior, — por êsse Portugal de que Teófilo é por natureza o negador sistemático. Devagar, rectificando as minhas opiniões, confesso hoje humildemente a minha ingenuïdade. Verifiquei o pouco escrúpulo de Teófilo na apreciação dos factos,

Digitized by Google

verifiquei o seu nenhum cuidado no exame das fontes, que êle mutila e trunca, num desprêzo absoluto pela verdade. Teófilo é um deformador consciente de quanto lhe não aproveita ao seu sectarismo, não hesitando na deturpação de um texto ou na sua falsa interpretação, quando assim convenha ao intuito disfarçado que o encaminha. Não tem ao menos a grandeza de Michelet, correndo atrás do sonho igualitário de seu pai. Perde-se na monotonia incansável dêsse «*fatras babylonien d'une érudition en délire*», — não me farto nunca de repeti-lo!

O que é Teófilo, fica dito num singelo detalhe. Teófilo afirma algures que a diferença entre portugueses e castelhanos vinha de tão remotas origens, que já no primeiro século da nossa era o poeta Silius Italicus alude às *eterna divortia* que dividiam Lusitanos e Celtiberos. Nada mais sorridente, com efeito! Mas se consultarmos o poema de Silius Italicus nós damos lá, realmente, com as *eterna divortia,* mas é com as *eterna divortia* que os Pirenéus estabelecem entre Iberos e Celtas, nunca com as *eterna divortia* que separavam Iberos e Lusitanos. É disto que é rica a obra de Teófilo! Sílvio Romero exautorou-o num livro que nós não devemos esquecer. As palmatoadas crescem de dia para dia sôbre o seu professoralismo derreado. Acentuemo-lo bem na hora em que a *Semana Teofiliana* o consagra, por parte de uma plebe amorfa de sub-medíocres, como a expressão mais completa da nossa mentalidade.

Digitized by Google

Teófilo pensador é um mito tão duvidoso como Teófilo historiador. Mas se Teófilo pensador cai no vago da sua vaga ideologia, é uma obrigação sagrada prĕcaver-nos contra Teófilo historiador. Teófilo na história é um daqueles autores que, segundo ainda Fustel de Coulanges, arrasta à guerra civil. Que patriotismo é o de Teófilo, desbastando a fisionomia centenária da nacionalidade para incrustar nela à viva fôrça o princípio desorganizador de que se fêz arauto? É o patriotismo que já Fustel vergastava em têrmos duros. «O verdadeiro patriotismo não é o amor do solo, é o amor do passado, é o respeito pelas gerações que nos antecederam». E sem ser um crente, Fustel mandava enterrar-se catòlicamente por êsse reconhecimento inteligente do que seja o amor da pátria.

A Pátria, *riba patrum*, a terra dos pais, não se acha sentida nem compreendida na obra de Teófilo. Teófilo exclui-se a si mesmo da comunidade afectiva da Raça. E porque falei em Fustel, recordemo-nos da mágoa do grande historiador por ver que não deixava um discípulo. Já não acontece o mesmo com Teófilo. Deixa pelo menos dois: — o senhor António Cabreira e o senhor Agostinho Fortes.

E como a árvore se conhece pelos frutos, não precisamos de mais nada para que Teófilo seja restituído ao lugar que lhe pertence!

Digitized by Google

A VOZ DOS BISPOS

Digitized by Google

Digitized by Google

A VOZ DOS BISPOS

FALARAM os bispos portugueses. A sua pastoral colectiva — *loquemur ad filios Lusitaniæ* — é um depoimento notabilíssimo que nesta hora alta de incertezas se reveste do maior dos significados. Têm já hoje os católicos de Portugal, que são a quási unanimidade do país, uma regra de conduta pública, traçada pela voz dos seus legítimos pastores. Mais uma vez a verdade se definiu, — e em têrmos que não vão ficar esquecidos! Tôdas as promessas da Igreja se recordam ali numa exortação cheia de ardor religioso. E é com profundo estímulo para nós que a pastoral dos nossos Prelados acolhe debaixo do ponto de vista eclesiástico os grandes ensinamentos contra-revolucionários que são o património social do nosso passado cristão e monárquico.

A Igreja não se subordina a interêsses temporais, de modo a sujeitar o cumprimento da sua missão às contingências fragilíssimas da instabilidade política. Mas há princípios condenados solenemente

Digitized by Google

pela Cadeira de Pedro que nunca podem merecer a expectativa benévola da Igreja na sua aplicação à sociedade. Êsses princípios são os princípios da Revolução Francesa e expressos formalmente no dogma anárquico da soberania popular. A soberania popular é a negação da origem divina da Autoridade, — representa a vitória do número, baseada exclusivamente na fôrça material. Não passaram no silêncio dos indiferentes as palavras memorandas do *Syllabus* a tal respeito. Também no nosso pensamento, e como norma segura de acção, não se apagam nunca os ditames profundíssimos de Leão XIII e de Pio X sôbre a natureza perturbadora dos governos democráticos.

A Igreja não reconhece assim aquêle poder que se não entenda fundamentado no direito de Deus. Leão XIII fulminou terminantemente o «naturalismo social, económico e moral», que é a conseqüência imediata do espírito da Revolução, indo o Pontífice até ao ponto de indicar a Reforma como a sua causa primária e directa. «Foi desta heresia que nasceram no século último a falsa filosofia, o que se chama o direito moderno, a soberania do povo e essa licença sem freio fora da qual muitos não sabem ver o que seja a verdadeira liberdade». A condenação da Democracia resulta sempre com o mesmo vigor de tôdas as letras emanadas de Roma. Não é que a Igreja repila a república, — sistema político. Mas é porque a república, na maioria dos casos, não é

Digitized by Google

senão a realização dos princípios que a Igreja proscreve e anatematiza, como contrários à lei de Deus e ao interêsse da comunidade.

«A Revolução está afinal longe de ser apenas um facto, — escreve o conde de Mun. É antes uma doutrina social, uma doutrina política, que pretende fundar a sociedade sôbre a vontade do homem, em vez de a fundar sôbre a vontade de Deus, colocando a soberania da razão humana em lugar da lei divina. Eis no que consiste a Revolução». Ora se a Revolução, como doutrina, combate a Igreja, a Igreja, sem se submeter nem limitar, está ligada à doutrina que combater a Revolução. Não são outras as conclusões do escrito pontifício que interdisse a intervenção dos católicos no movimento democrático do *Sillon*. Bem categòricamente Pio X as formulava ao apresentar nesse documento os tradicionalistas como os únicos e verdadeiros amigos do povo. Pela continuïdade admirável que encerra em si a prova histórica da divindade da Igreja, Pio X não fazia senão recordar os fortes e serenos conselhos dos seus predecessores no Pontificado — Pio VI, Gregório XVI, Pio IX e Leão XIII.

Na sua pastoral os Prelados portugueses obedecem com serena elevação à herança gloriosa da filosofia católica. Defendendo contra os excessos funestos do individualismo, consagram a família como a célula social, para desfiar dela a justa constituïção do agregado. Enumeram com dedo experiente de

Digitized by Google

médicos da alma os motivos morais da nossa decadência e do conseqüente enfraquecimento da disciplina religiosa. Uma colectividade sem a presença contínua de Deus, é um corpo que se relaxa e desfibra em bocados. No repúdio irrevogável do individualismo contém-se o repúdio irrevogável de quantos frutos derivam dessa árvore maldita. Nêles está compreendido o Estado de condição maçónica, firmemente apontado aos fiéis como um perigo mortal na encíclica de Leão XIII — *Humanum genus*, que mais não foi do que a renovação de outros anátemas de Roma.

Tal é a lição a tirar da pastoral colectiva do Episcopado. O divórcio, a escola-laica, as medidas persecutórias, necessàriamente filhas do regime de separatismo sectário, merecem as atenções paternais dos nossos Bispos nos seus funestos resultados. A organização dos católicos impõe-se, por isso, como fôrça precisa para actuar na conquista dum mínimo de liberdade essencial. Semelhante organização não é, porém, de modo nenhum um *partido*, — entenda-se. Partido católico só pode ser um: o «partido de Deus», que, como muito bem observa o abade Barbier no seu livro *Le devoir politique des catholiques*, não é senão o «*partido da Ordem e da Liberdade*».

O partido da Ordem e da Liberdade entre nós é aquêle que, em relação à Igreja e ao Estado, seja o remate da nossa longa formação tradicional. A Igreja manda ponderar realmente as circunstâncias históricas que condicionam como meio-vital a existência

Digitized by Google

autónoma das nacionalidades. Mas é êsse um problema que a Igreja não põe aos católicos, de um modo absoluto, porque não lhe toca directamente. Os católicos sendo também cidadãos de uma pátria livre, é que não podem pelos princípios em que comungam desinteressar-se das responsabilidades que lhes pertencem na consecução do bem comum. Católica era a Polónia, e não era o bastante para que a Polónia, como Polónia, possuísse a sua vida independente de pátria. Infere-se daqui, — e a Igreja o reconhece —, que os católicos sem comprometerem a sua organização religiosa com as controvérsias agitadas da discussão política, devem no entanto, participar como cidadãos da marcha das coisas públicas e dar-lhes a direcção mais conforme com as direcções da sua consciência.

É certo que a Igreja assenta como um mandamento o respeito ao Estado. Admite em todo o caso, mesmo teològicamente, a resposta violenta às violações da justiça e às iniqüidades da tirania. Leão XIII na encíclica *Libertas præstantissimum* é explícito e categórico quando afirma que a «*Igreja não condena que se queira libertar o seu país, ou do estrangeiro ou dum déspota, desde que isso se faça sem ofender a justiça*». E mais adiante, para que se não tome como ofensa à justiça a oposição a uma determinada legalidade que por ser *legalidade*, não é, contudo, *direito*, o Pontífice, de imortal memória, acrescenta: — «*Quando se está debaixo dum golpe ou*

Digitized by Google

sob a ameaça duma dominação que coloca a sociedade na opressão duma violência injusta, ou priva a Igreja da sua liberdade legítima, é permitido procurar uma outra organização política, dentro da qual se possa agir com liberdade».

Creio definido o pensamento que, segundo a pastoral colectiva do Episcopado, presidirá à organização católica. Não se trata nem dum *ralliement,* nem duma *abdicação.* Os prelados portugueses, no seu ponto de vista religioso, só à causa da sua Religião atenderam. Mas êles são da linhagem virtuosa dos nossos bispos de outrora que, ao levantarem a Cruz de Cristo, sabiam que levantavam com Ela a bandeira sagrada das Quinas. Não podiam, pois, esquecer-se de que há um Portugal-Maior, que é mais dos que morreram e dos que estão para nascer, do que pròpriamente daqueles que com tanto sacrilégio e tanta veniaga o empurram cada vez mais para a ruína!

Digitized by Google

A NOVA RÚSSIA

Digitized by Google

Digitized by Google

A NOVA RÚSSIA

SE alguém pode tirar conclusões seguras do movimento revolucionário que lançou a Rússia para os acasos de uma democracia ainda duvidosa, somos nós outros, — os tradicionalistas.

Tão confusas que se nos apresentem por enquanto as notícias vindas de Petrogrado, uma certeza se possui já — e é que a forma autocrática do govêrno russo foi suplantada por um regime parlamentar, com base nos princípios saídos da Revolução Francesa. Não me parece a mim que o interêsse dos Aliados haja de ganhar muito com isso. Muito menos ganhará a Rússia que na sua mole imensa, perdida na unidade do poder a única fôrça centrípeta que a mantinha cerrada e intacta, caminhará ràpidamente para uma fragmentação inevitável e talvez que bem próxima.

Marcelo Sembat, — o insuspeitíssimo Marcelo Sembat, que por si mesmo, como ministro, se encarregou de demonstrar à França a verdade do seu livro *Faites un roi sinon faites la paix*, escreveu duma

Digitized by Google

vez algures que as «democracias tendem a substituir as lutas externas de expansão pelas lutas internas de partido». A índole profundamente passiva dos sistemas apoiados no critério exclusivo da opinião pública, Marcelo Sembat a fixou como ninguém naquela meia dúzia de palavras! De facto, prova-o bem a crise orgânica que na sua defesa militar os países aliados têm atravessado desde o começo da guerra em conflito permanente com as maiorias parlamentares, sempre ciosas dos seus direitos de tudo discutir e de tudo fiscalizar. Não se enganava o príncipe de Bismarck quando, em seguida a 1871, se opunha tenazmente à restauração da Monarquia em França, facilitando a Gambetta o triunfo definitivo da sua política. E não será motivo de espanto para nós se um dia se vier a descobrir que os agentes de Berlim trabalharam com afinco na organização do movimento revolucionário que tão grande estremeção acaba de dar a essa Rússia impenetrável, onde se fôra acolher o último reflexo do cesarismo hierático de Bysâncio.

Eu acredito piamente nos sentimentos aliadófilos da Duma e da situação política criada pela sua vitória. Acredito nêles e nem de longe os discuto. Agora o que eu vejo é que, a braços com uma modificação violenta na estrutura histórica do velho império, qualquer que venha a ser a forma de govêrno que escolheu, a Rússia há de experimentar, — e experimentar com estrondosos desastres, as conseqüências fatais de todo o govêrno fundamentalmente

Digitized by Google

democrático, — tais como Marcelo Sembat as definiu. As lutas de partido vão surgir. Vão surgir com facilidades já anunciadas e reconhecidas no direito à greve, pertinazes e violentas guerras privadas num país em que a questão agrária se agravará cada vez mais, dada por um lado a natureza, ainda feudal, da propriedade e por outro o sôpro de revolta que não tarda a fazer-se sentir na população adormecida dos campos. Isto, com as ambições de mando e os desejos ardentes de reformismos (insensatos) que enfraquecerão sem dúvida, pela instabilidade governativa, a acção dos comandos nas linhas de batalha, tanto mais que o reconhecimento do direito à greve envolve parece que o direito à greve militar.

A Rússia conhece agora o seu 89. Não riam, senhores democratas! Numa época em que a Contra-Revolução contragravou com inteiro positivismo os seus enunciados de filosofia política, a lição a tirar dos acontecimentos da Rússia só nós a utilizaremos nos seus resultados finais. Mais uma vez se verá então que a liberdade teórica dos Imortais Princípios é um agente de ruína onde quer que ela se instale.

Na Rússia, mais do que em França há um século, talvez que um grande drama lhe prepare bem cedo o costumado cortejo de horrores. Alguma coisa de Constantinopla se guarda no íntimo da impassibilidade teocrática da Rússia. O iluminismo sereno, mas entranhado, do eslavo encontra hoje uma nova razão de existência mística. Lembremo-nos de que a Rússia é a

Digitized by Google

terra natal de todos os desvarios niilistas. Até nos seus escritores mais representativos passa uma sêde abstrusa de coisas vagas e inconcebidas que marcam bem a mentalidade dum povo primitivo e sonhador. É do povo primitivo e sonhador que eu me receio nesta hora em que uma idéia dissolvente lhe atravessa o cérebro...

O que é seguro é que desde que o soldado se tornou cidadão eu não vejo mais possibilidade duma extensa e intensa actividade militar. Problemas aparecem mais imediatos e mais instantes — problemas de ordem económica interna que empurrarão a Rússia para o pandemónio duma desagregação irreparável. Antes dos Romanoff, a Rússia praticava no seu particularismo social instituïções mais republicanas que autocráticas. Regressa a Rússia a êsse estádio de transição? Verificar-se-á assim que a democracia é uma forma inferior da vida colectiva, só natural nos povos em formação ou nas nacionalidades em decrepitude. No aluïmento da autoridade central, desmantela-se todo aquêle enorme corpo, dando lugar, quem sabe? a pequenas autonomias provinciais, com cujo funcionamento só o vizinho aproveitará...

Não riam, senhores democratas! Confirmadas pelos factos as regras da nossa doutrina, os nossos olhos vão verificar a verdade delas com uma experiência a mais e uma ilusão a menos. E não resta dúvida a ninguém de que, se há iluminações festivas pelo acontecimento, essas iluminações só de Berlim poderão partir!

Digitized by Google

NA MORTE DO SENHOR

Digitized by Google

Digitized by Google

NA MORTE DO SENHOR

NESTA hora ensombrada da história reapodera-se de nós o mesmo desalento, a mesma inquietação de viver, que o mundo antigo padeceu às vésperas do seu declínio. O orgulho das inteligências desenvolve a secura dos corações. Perdeu-se nas almas a sêde ardente da imortalidade e os nossos olhos já se não abrem senão para as visões impuras dos sentidos. Todo um ciclo vão de vãs filosofias conclui assim na dolorosa tristeza contemporânea, que não é a tristeza segundo Deus, mas a tristeza segundo o Século, — a qual, na palavra sublime do Apóstolo, ùnicamente gera a morte.

« *Por que razão se enfureceram as gentes e conceberam os Povos os mais fantásticos projectos?* » — pregunta a voz amargurada do Salmista logo no começo do drama da Paixão. « *Ajuntaram-se e conspiraram os Reis e Príncipes da Terra contra o seu Senhor e contra o seu Cristo. Rompamos a sua cadeia* (disse-

Digitized by Google

ram) *e expulsemos de nós o seu jugo*». Romperam-se as cadeias que o Senhor nos impusera e o jugo de Cristo foi expulso de nós.

Pois correndo atrás duma ventura ilusória cada vez nos sentimos mais diminuídos e mais revoltados! Temos ânsias de libertação. A áspide da soberba morde-nos dentro, no mais íntimo dos nossos desejos. Mas, ai! em que é que termina êsse sonho de vaidade insensata e de insatisfação indominável? O pessimismo do tempo é o seu fruto legítimo. Ufanos do nosso delírio, concebemos fantásticos projectos, os projectos fantásticos da letra dolorida do Salmista. Não queremos servir nem uma dedicação nem uma disciplina. Não conseguimos, porém, vencer o círculo inexorável em que a vida nos encerra inexoràvelmente. Porque não aceitamos a lei transfiguradora do Amor, cedemos, esmagados, perante a fôrça de outra lei mais rude, — a lei da Fatalidade.

A lei da Fatalidade insensibilizou o mundo antigo, que, tal como o nosso, se dissolveu na mentira dourada das aparências. Se conheceu o brilho duma cultura superior, a antiguidade clássica não conheceu a grandeza moral, que é a semente fecunda de verdadeira civilização. A cidade grega assentava apenas no conceito material da existência. Possuía por base a escravidão e a tirania por cume. A consciência era sacrificada no indivíduo, ou aos caprichos do déspota, ou à vontade oligárquica duma casta. Enganam-se no mais crasso

Digitized by Google

dos erros os que por um criticismo medíocre opõem às verdades cristãs o esplendor naturalista do pensamento pagão. «Os ensinamentos de Sócrates e os diálogos de Platão, diz-se, fazem esquecer as parábolas de Jesus — escreve o positivista Georges Deherme. Talvez para um intelectual na sua livraria, mas não para a Humanidade».

E Georges Deherme acrescenta: — «Dissipemos as abstracções com que se compraz o orgulho cerebral, deixemos os livros, comparemos no seu apogeu a civilização greco-romana e a civilização francesa. Dum lado, os ilotas, a escravatura, tôdas as prostituïções, o circo (em média, segundo Laurentie, 30.000 vidas humanas imoladas ao prazer anualmente), do outro lado, a admirável instituïção da Cavalaria, as escolas gratuitas, os hospitais, a loucura santíssima da caridade, o culto da Virgem Maria». De facto, tanto em Aristóteles, como em Platão, — o *Divino*, exclusivamente na dureza se fundamenta a razão inflexível do Estado. Para Aristóteles, o privilégio do homem livre é a ociosidade, o infanticídio é permitido e o abôrto olhado como um acto lícito. E se a um pai pertence o direito de vida e morte sôbre os filhos, já lhes não pertence o direito de os educar. Do Estagirita descende a escola-laica de absorção por parte do Estado das funções educadoras, que, pelo contrário, devem ser sempre pautadas pelo ambiente doméstico. Mas o mundo antigo via na família um organismo inútil e, por vezes, dis-

Digitized by Google

tinto dos interêsses supremos da comunidade. Nem tudo floria com as rosas de Anacreonte perfumando o sono das Musas na vinha de mestre Horácio!

A serenidade helénica é fundida de egoísmo e de indiferença. Aproveite-se o instante que passa na areia livre da ampulheta! Vem de seguida o enebriamento dos sentidos, na certeza implacável do fim que a todos nos espera. O que há de mais nobre na Antiguidade é o estoicismo. Mas o estoicismo não é senão uma renúncia desdenhosa e impotente, tôda secura de coração e de inteligência. Petrónio, mandando abrir as veias no meio de um festim, simboliza o negativismo filosófico da Antiguidade, a quem faltava a aspiração dum destino imortal. Assim se atiram para a morte também os emancipados da nossa época, que Ibsen e Annunzio procuram elevar a uma espécie de super-humanidade em tantas das suas criações literárias. Lembramo-nos em Ibsen de Hedda Gabler e em Annunzio de Giorgio Aurispa. O suïcídio arvora-se em doutrina redentora sempre que a chama espiritualista desfalece dentro de nós e nada mais nos resta senão sorver até ao último sorvo a taça bem exígua do prazer e da ilusão.

O Cristianismo apareceu, pois, no desfazer duma curva da história. A transformação por que êle renova a natureza degradada do homem, numa passagem de S. Paulo se contém e define. «Só os pagãos é que não têm esperança!» — exclama o Apóstolo, falando das promessas infalíveis de Cristo. A Esperança é o

Digitized by Google

sentimento purificador que baptiza a face da Terra. O sofrimento e a morte encheram-se dum significado. E, desde que reside em cada um de nós uma alma resgatada pelo sangue de Jesus, os escravos e os senhores confundem-se na mesma ânsia de salvação e na confraternidade dos mesmos sacramentos. Roma, céptica, incrédula, não perseguiu os cristãos porque êles trouxessem consigo uma religião diversa do politeísmo que o império professava. Roma faria até lugar a essa religião nos seus altares, se os mandamentos, saídos da tragédia do Calvário, não representassem para a estrutura do Império o maior dos abalos sociais.

Com razão observa o insigne Godefroid Kurth que a história da humanidade está partida em duas vertentes. Do fundo das idades cresce uma, pedregosa e lenta, para o cimo do monte em que Jesus expirou. A outra desce de lá e dirige-se para o futuro com a procissão dos séculos cristãos. A sociedade, o que hoje é nos seus alicerces mais sólidos, deve-o ao Cristianismo. Podem os povos formar os mais fantásticos projectos e conspirar contra o jugo paternal de Cristo. Mas as condições eternas da sua felicidade e da sua segurança não repousam em outros fundamentos. «Por muito que tenhamos errado e seja qual fôr a distância que nos separa do nosso modêlo, a civilização da moderna Europa cresceu à sombra da Cruz e o que nela existe de melhor respira ainda o espírito do Crucificado».

Digitized by Google

Eis como se exprime, do outro lado do mar, o grande almirante Mahan no seu livro *A salvação da raça branca*, não hesitando em chamar ao Cristianismo a única regra eficaz de «*resistência ao mal*».

Na tremenda expiação em que se debate o nosso continente enlutado, o renascimento para o Senhor será o prémio obtido pelo holocausto de tanta vítima inocente. Porque formámos fantásticos projectos, o Senhor nos castigou «com uma vara de ferro», quebrando-nos «como um vaso de argila». Mas a meditação do grande drama litúrgico que a Igreja comemora hoje, debruçada para a frialdade dum túmulo, recorda-nos que, mesmo quando por um pouco se acende a ira de Deus, são bem-aventurados os que se voltam para Êle com inteira confiança. Eu não sei que catástrofes formidáveis se reservam ainda para o nosso espanto e para a nossa dor. Mas se tudo houver de vir abaixo num tumulto de Juízo-Final, não nos esqueçamos nunca de que, colocada entre a agonia dissoluta do Império Romano e a anárquica das invasões bárbaras, a Igreja guardou com poderes de milagre o património sagrado das gerações e por suas próprias mãos restaurou a sociedade que parecia pulverizada para sempre.

Digitized by Google

O ESPÍRITO UNIVERSITÁRIO

Digitized by Google

Digitized by Google

O ESPÍRITO UNIVERSITÁRIO

EU não compreendo como haja ainda alguém neste país que considere o espírito universitário como um elemento seguro de educação nacional. Confunde-se a Universidade, — organização destinada a preparar a cultura geral da Nação, com a mentalidade que abusivamente se apossou dela e abusivamente a pretende representar. Quando falo do espírito universitário, refiro-me àquêle que marca com mais vigor a influência dessa *alma-parens*, que devia ser uma Universidade, na acidentada vida pública da nossa pobre terra. Compreende-se desde já que seja o espírito jurídico, porquanto, dado o carácter experimental e imediato do ensino professado nas outras Faculdades, a acção social que dêle resulta é logo corrigida e limitada pela sua natureza estrictamente técnica e profissional.

Do ensino do Direito é que nós nos devemos recear, porque ao ensino do Direito, através da mania legislativa e da formação kantista dos seus

Digitized by Google

cultores, é que a Europa agradece a instabilidade revolucionária do último século. Nós vemos, realmente, os juristas participarem de tôdas as tentativas de inovação política e económica, serem êles os mais decididos apóstolos da ilusória regeneração de que a Democracia se pretende sempre acompanhar. Enganam-se os que supõem os juristas inclinados às verdades tradicionais.

As verdades tradicionais são factos nascidos duma longa elaboração histórica, que não se comporta nas normas rígidas em que o jurisconsulto procura por via de regra enfeixar e simplificar a marcha complexíssima da sociedade. A sociedade é para o jurista um tipo único e abstracto. O jurista, arvorado em legislador, tende por isso a realizar êsse tipo, que a Democracia lhe oferece como nenhum outro sistema de filosofia política. Eis porque o Direito, em vez de exprimir a sociedade, passa assim despòticamente a determiná-la. É o que nos demonstrará um relance rápido pelo desenvolvimento social da Europa.

A Europa moderna constitui-se baseada na família e na propriedade, ao contacto maternal da Igreja. Com o Costume, interpretando as necessidades da existência em comum, se deu origem ao direito foraleiro tão fecundo e tão rico na sua amplitude e na sua maleabilidade. Aparecem, porém, os Legistas a desenterrar das ruínas do mundo clássico o formalismo já cadaverizado da jurisprudência romana.

Digitized by Google

O divórcio entre a sociedade constituída e o abuso cesarista do Estado começa então. As realidades municipais e corporativas, surgidas da estrutura comunitária da Idade-Média, desnaturam-se pela excessiva concentração das atribuïções do Estado. Os Juristas, sobrepondo-se às realidades, preparam de longe os alvores da Revolução, que não foi senão um episódio da grande revolução iniciada no século XIII pelo triunfo perturbador do romanismo.

O direito romano só conhecia o Indivíduo e o Estado. Correspondia a uma fase social já ultrapassada, que à viva fôrça se impôs a uma sociedade de condição diversa e dirigida já por outros ditames. Debalde a Igreja protestou pela voz dos Canonistas contra as cavilações dos Jurisconsultos. A Inglaterra, se escapou à ruptura violenta da sua continuïdade orgânica, deveu-o ao belo instinto de defesa que a colocou em guarda contra os Legistas. A idéia abstracta da colectividade, a sua construção racionalista, predominou pelo contrário no continente europeu. Daí veio o absolutismo dos Reis, que encarnando-se no Estado-Pessoa, abre a porta aos delírios da Revolução que consagram o mesmo abuso do Estado, tornado agora irresponsável pela irresponsabilidade natural dos regimes de sufrágio.

No romanismo se filia uma das causas mais poderosas da decadência de Portugal. A unificação absolutista da Renascença é entre nós possível pela

Digitized by Google

influência larga dos nossos jurisconsultos. Êles predominam desaforadamente na direcção das coisas públicas, a ponto de mais duma vez os povos em côrtes pedirem ao Rei o encerramento dos Estudos Gerais. Durante o nosso século XVII são êles o maior entrave ao aproveitamento das belas energias que a guerra da Aclamação suscitara nesse magnífico despertar da alma secular da Raça. E mais tarde, quando chegue a hora da política geométrica e ferozmente unilateralista do marquês de Pombal, quem é que nós encontramos a sustentar-lhe os caprichos da sua ditadura nefasta senão os legistas e sempre os legistas?

Depois, com o importar das modas da França, escusado é salientar a preponderância dos juristas, com a Universidade à frente, na desnacionalização do país, revolvido debaixo para cima no furor sistemático de tudo se reformar, de tudo se demolir. *Plurimæ leges, pessima respublica*, — dizia a boa sapiência antiga. E o que foram os juristas para Portugal noventa anos de mentira constitucionalista e de contínua improvisação legislativa o estão bradando aos céus duma maneira que a ninguém é lícito desconhecer.

Filho da Universidade, levei cinco anos a desempoeirar-me de tôdas as ideologias e de todos os Kantismos com que durante outros cinco anos a Universidade me enevoara o cérebro. Filhos da Universidade, e até seus professores, são em boa

Digitized by Google

parte aquêles que têm arrastado Portugal à situação desgraçada em que nós o vemos, quási tão próximo da morte. Não sei de eloqüência maior, na sua singeleza, do que êste espectáculo ruïnoso, para que continuemos a acreditar ainda no nacionalismo do espírito universitário. O jurista dispõe duma mentalidade excessivamente especializada, agindo sempre pelo raciocínio e não utilizando nunca a necessária correcção da história. O seu método sendo um método *dedutivo,* e não *indutivo,* condu-lo forçosamente a encarar o Direito como anterior à sociedade. Daqui resulta o natural apoio que o espírito jurídico dispensa à democracia que lhe fornece, — insisto, racionalmente, instituïções mais conformes com êsse tipo abstracto de sociedade que tão querido lhe costuma ser.

Com que razão Cheysson, discípulo de Le Play, escreveu um dia que os juristas sofriam a superstição do direito existente! A superstição do direito existente obriga os juristas a uma subalternização da inteligência à letra parada dos textos, onde, como Topsíus nas suas *fôlhas* longínquas da Síria, o comentário não deixa nunca de revolver as maiores extravagâncias de interpretação. Sabe-se que uma faculdade levada ao exagêro se deforma e mutila, tornando-se depressa em valor negativo. É o que sucede com os juristas, quando, mentalidades especiosas e inclaustradas numa floresta densa de subjectivismos, nos surgem com imponência sacerdotal,

Digitized by Google

ares de convívio diário com os deuses, a discorrer da «constituïção do Estado» ou do «conceito da soberania». Ora aqui está o ponto fraco do ensino do Direito, por onde êle se transforma num agente de profunda depreciação intelectual.

No seu tempo, Varrão contara duzentas-e-oitenta-e-oito teorias sôbre o bem supremo. No nosso tempo não sei quantas haja em direito político sôbre matéria constitucional. Com que vigor Augusto Comte não castiga por êsse pedantocratismo impertinente o que êle chama o «mandarinato universitário»!

A construção do Estado! O conceito da soberania! Deixando ao capricho da opinião individual o exame de *factos*, que só como *factos* se podem examinar, sucede dentro de pouco que a nossa personalidade, acidental e instável nas suas manifestações, domina e altera anàrquicamente as regras eternas da colectividade. É no que conclui o estudo do Direito, não como *meio* mas como *fim*.

O parlamentarismo é disso a prova evidente, — o parlamentarismo que os juristas aceitam com respeito dogmático, na sua submissão a quantas teias de aranha dimanaram da ideologia desgrenhada dos Imortais Princípios. Se foram os professores de Direito da Alemanha, com Weisshaupt à frente, quem facilitou o advento da Revolução pela propaganda do iluminismo maçónico do século XVIII, não nos admiramos, pois, que os seus representantes mentais lhes não rejeitassem a herança!

Digitized by Google

Eis porque é necessário defender a Universidade, organização destinada a preparar a cultura geral do país, contra o espírito de desnacionalização que ali se alberga. Levantamos hoje o nosso grito, iniciando um combate que será um dos mais afervorados no nosso desejo de servir a Pátria. É preciso que haja uma inteligência nacional e essa inteligência não existirá enquanto não existirem mestres capazes de a formarem e dirigirem. Porque outro não tem sido o nosso mal, é que nós nos achamos dispostos a não permitir que êle se continue encobrindo com manto de sêda. Viva a Universidade, mas guerra ao espírito universitário!

Digitized by Google

Digitized by Google

A «CARTA»

Digitized by Google

Digitized by Google

A «CARTA»

SE ainda fôsse viva a *Carta Constitucional*, faria ontem, 29 de Abril, noventa-e-um anos de idade. Regicida uma vez e não sei quantas vezes regnicida, Oliveira Martins teve uma expressão admirável quando a comparou à boceta nefasta de Pandora. De facto, a *Carta Constitucional* consagra na sua política de abstracções o princípio de desnacionalização metódica que trouxe Portugal à república, e, com a república, às proximidades quási inevitáveis da morte.

Sumiram-se já há muito as luminárias do estilo, emudeceu a retórica de Acácio na vacuïdade pomposa das comemorações de grande gala. Frente a frente com as conseqüências do sofisma que só nos enxovalhou e diminuíu, nós não podemos calar a nossa acusação numa hora em que, se não quisermos participar da loucura comum, precisamos antes de tudo confessar e reconhecer os males profundos que o passado nos legou.

Digitized by Google

Num país de arreigada estrutura municipalista, a vitória da *Carta* foi a vitória dessa tirania burocrática a que Augusto Comte chamava «ministerialismo», e cujo carácter fundamental é, segundo o filósofo, a centralização do poder elevada ao extremo, com a corrupção sistematizada por meio geral de acção. O que o Constitucionalismo significa para nós debaixo de semelhante ponto de vista, não só como incapacidade organizadora, mas sobretudo como ruína financeira, há um livro precioso que preciosamente no-lo demonstra. Refiro-me ao trabalho de Pereira Lôbo, *As confissões de ministros de Portugal (1832-1871)*, que sôbre documentos oficiais, com passagens de relatórios e algarismos de orçamentos, resume, sem intenção de combate nem espírito de partido, a obra económica e administrativa com que os aventureiros do Mindelo nos brindaram um dia, depois de conluiados com todos os mitos cosmopolitas da funesta miragem da Liberdade.

Não nos esqueçamos de que a *Carta* veio ao mundo, filha de estrangeiros, com estrangeiros ditando-a ao ouvido do pobre imperador D. Pedro, — ninguém, como êle, vítima do figurino romântico de emancipador de povos, que, à maneira de Bolívar, a si mesmo se quisera vestir êsse príncipe estouvado!

Como um flagelo dos deuses, do Brasil nos chegou o papel anarquizador, guardado na pasta

Digitized by Google

de lord Stuart e com a letra de Francisco Alves firmando-lhe a redacção. É um improviso de pouco fôlego, decalcado miseràvelmente sôbre a constituïção francesa de 1791. A diferença está em que uma foi *aceite* e a outra *outorgada*. No fundo prevalece em ambas o mesmo êrro social que a Revolução proclamara e que ia ser, na quebra sensível da nossa velha disciplina católica e monárquica, a primeira porta aberta para a crise desgarradora em que hoje nos afundamos.

O internacionalismo maçónico contaminara-nos já desde atrás, com os soldados que seguiram a fortuna de Napoleão e que no regresso nos empurravam francamente para a União-Ibérica, saüdada e propagada nas Lojas Peninsulares como o triunfo maior da causa da Liberdade. Só numa história escrita ao contrário, como a nossa anda, é que Gomes Freire pode figurar de martir da Pátria. O militar valente, mas desnacionalizado, da epopeia napoleónica não era o único, porém. Os seus irmãos do triângulo simbólico enraïzaram-se farta e fortemente no solo português, mal o senhor Intendente deixou de farejar por tôda a Lisboa do comêço do século findo os agentes perniciosos da grande conspiração universal que foi, na verdade, a Revolução. Pois da Maçonaria descende o nosso liberalismo, como da Maçonaria surgiu esta república, já adivinhada e procurada com entusiasmo de sentimento e de oratória pelos homens de 1820.

Digitized by Google

Os homens de 1820 representavam a influência directa da Revolução, porque pertenciam ao *partido francês*, mais radical e mais puritano nos seus devaneios ideológicos. Traduzem assim uma modalidade maçónica, por vezes incompatível com os felizes que em 34 se apossaram do poder e nêle se instalaram com fome vasta de sete anos. A *Carta* reflecte a orientação dos últimos, mais moderada, embora maçónica também, mas dum maçonismo à inglesa com Palmela por inspirador. Procuravam-se atenuar os exageros líricos dos regeneradores vintistas e, pactuando com o trono um momento, tornar dêste modo mais viável o sonho revolucionário que tão ìntimamente perturbara a sensibilidade fàcilmente excitável da nossa gente.

A biografia da *Carta* define-se depressa na biografia de tantos e tantos que a serviram. Teve consigo, é certo, muitas das nossas glórias militares, que nos campos da Guerra da Península souberam cumprir com garbo e heroísmo o seu dever. No entanto, desde Cândido José Xavier, banido de Portugal e condenado à pena máxima como traidor à Pátria, até José António da Silva Tôrres, mais tarde visconde da Serra de Pilar, que se bandeou com os revoltosos da Terceira, porque, coronel dum regimento de Lisboa, se vira descoberto como ladrão dos dinheiros do corpo do seu comando, é-nos forçoso concordar que o movimento de que resultou a imposição decisiva da *Carta* não significa senão

Digitized by Google

a conquista do país por um grupo de descontentes e de ambiciosos, sem outra mira que não fôsse a satisfação regalada dos seus apetites vorazes.

Oliveira Martins no *Portugal contemporâneo* instaurou e instruíu o processo. Sem isso, como interpretar o arrependimento de Garrett e o desalento de Herculano, que, na pureza das suas convicções mais poéticas que políticas, se encontravam, ao cabo de sacrifícios inúmeros, inteiramente ludibriados? O desafôro das clientelas, surgidas no cortejo da *Carta*, manifestou-se logo tão desenfreado e impudente que Luz Soriano, — o insuspeitíssimo Luz Soriano! — não se conteve sem que bem cedo lançasse o seu grito de alarme num opúsculo que nunca é demasiado rememorar, — *Utopias desmascaradas do sistema liberal em Portugal*.

Ali se vergastam os desperdícios e os esbanjamentos em que o novo regime se mostrou verdadeiramente excepcional, com a sua máquina de corrupção sistemática, montada com uma perícia e uma minúcia de não se acreditar, com efeito.

Tratava-se, no fim de contas, duma emprêsa de argentários sem escrúpulos, com o cavalheiro de Mendizabal por cabecilha. Só da extinção das Ordens-Religiosas resvalaram para os cofres do Estado cêrca de 300 milhões de cruzados. Qual o seu destino com o *deficit* crescendo sempre, crescendo assustadoramente? A êsse respeito é típico o caso

Digitized by Google

do visconde de Oliveira, Marcelino Máximo de Azevedo e Melo. Azevedo e Melo fornecera as forragens ao exército liberal. Como não havia verba para lhe pagarem, satisfêz-se-lhe a dívida com a entrega pura e simples do mosteiro de Oliveira e dos seus consideráveis bens patrimoniais. Ainda na emigração, os fundos portugueses já eram negociados ao par e mesmo acima do par pela promessa categórica da reversão para o tesouro das riquezas pertencentes aos nossos institutos monásticos. Eis aqui uma página negra de que jamais o Constitucionalismo se poderá desembaraçar.

De resto, em tudo e por tudo, a *Carta* revelou-se para Portugal como a autêntica boceta de Pandora. Delineada em apriorismos geométricos, ela acabou de romper com a nossa tradição, já pervertida e abastardada pela centralização absolutista do século XVIII. A tradição dum povo é a continuïdade da existência no tempo. Os reformadores cartistas ignoravam-no, como ignoravam que uma constituïção se não redige nem se decreta, porque deriva gradualmente da natureza histórica da sociedade que se tem em vista. A nada atendeu o desvario sentimental daquela época! Destruïram-se e revolveram-se os alicerces centenários de Portugal num furor que só obedecia «ao compasso e à esquadria da abstracção maçónica», na frase de Oliveira Martins. Os resultados colheram-se no completo eclipse da consciência nacional, na poeira

Digitized by Google

sôlta e sem consistência a que se reduziram as instituïções características do génio da raça.

Hoje a *Carta* está morta e mais que morta. Mas não está infelizmente morto o espírito que ela criou. A obra do nosso tradicionalismo destina-se na sua acção imediata a debelar essa erva daninha. Enquanto a não houvermos debelado, a Monarquia não será possível em Portugal. Será possível em Portugal um rei-funcionário, que a cada instante se veja prisioneiro dos políticos de profissão, ladrando-lhe de lado, à sua iniciativa de soberano, com as ameaças restritivas do pacto constitucional. Se trabalhássemos para restaurar uma situação assim, trabalhávamos para restaurar um partido, nunca a Monarquia. Por isso é que a restauração da Monarquia em Portugal só será restauração quando seja uma restauração de Portugal pela Monarquia. O caminho é apenas um e não é positivamente o que o Constitucionalismo nos oferece. Êsse levou-nos à república e levar-nos-ia lá pela segunda vez, se tivéssemos a ingenuïdade de optar por êle. Como connosco, que somos novos, é que a vida e a esperança se querem, sosseguem os manes de Acácio que só voltarão a êste mundo no Dia-de-Juízo com a ressurreição da Carne e para prestarem a Deus estreitas contas do imenso mal que por cá fizeram!

Digitized by Google

Digitized by Google

O BRASIL

Digitized by Google

Digitized by Google

O BRASIL

COMEMOREMOS a data gloriosa da descoberta do Brasil com uma vista geral sôbre o que o Brasil representa como criação do génio português. O Brasil o que é nos seus traços fundamentais, deve-o primeiramente aos Jesuítas, e, depois, a êsse Rei tão injustamente caricaturado que foi D. João VI. Um outro Rei de Portugal, não menos incompreendido no seu alto espírito político, viu no Brasil a nossa «vaca de leite». Refiro-me a D. João IV, que na sua célebre entrevista com o cavalheiro de Jant, esclareceu com uma visão admirável qual seria o futuro da nossa acção marítima, se um dia, apoiados a valer na nossa colónia americana, pudéssemos transformar o Atlântico num mar exclusivamente português. E é de justiça não esquecer D. João III, que só pela colonização do Brasil mereceu do insuspeito Oliveira Martins uma defesa com tanto de sincera como de reparadora.

Digitized by Google

Ninguém ignora que, descoberto o Brasil, o problema do seu povoamento só foi resolvido a princípio pela metrópole com levas de degredados. Elementos ociosos e parasitários, em nada contribuïram para o cultivo das terras, nem para o desenvolvimento da colonização. Em rixas constantes procuraram apenas viver da expoliação do indígena que sofreu verdadeiramente uma caça de morte debaixo de todos os sentidos. A vastidão territorial das capitanias, por outro lado, dava lugar ao afrouxamento da autoridade e a extorsões e excessos a que de Lisboa se torna impossível acudir. A chegada dos Jesuítas, como missionários, é que marca o início duma vida melhor para a colónia. Nos livros dos senhores J. Lúcio de Azevedo e Moreira Telles, respectivamente *Os Jesuítas no Grão-Pará* e *Notas de Estudo,* se encontra debatido o assunto com um critério histórico notabilíssimo, a que me é agradável prestar homenagem.

Os Padres da Companhia manifestaram-se logo pela protecção aos naturais. Conseguiram mais tarde escritos pontifícios, proïbindo enèrgicamente o comércio de escravos. Os grandes inimigos dos Jesuítas foram por isso os colonos, que, apoiados na escravatura, se dedicavam à plantação e ao cultivo da cana de açúcar. Pròpriamente a agricultura não se desenvolve senão quando os Jesuítas prendem os índios ao solo e ao trabalho, realizando êsse esfôrço admirável dos «aldeamentos», destina-

Digitized by Google

dos a desaparecer diante da insensatez da administração pombalina. Oiçamos João Ribeiro na sua *História do Brasil*: — «Pombal, transviado talvez por informações falsas e por arreigado ódio contra os Jesuítas, pela extemporânea expulsão dêles, deu, sob mais de um aspecto, sensível golpe nas importantes colónias de Portugal e no que diz respeito aos índios, sem dúvida alguma, preparou-lhes a ruína civil e aquela triste e irremediável condição em que hoje em dia vemos a raça vermelha nessas terras».

Com efeito, o regime de grossos monopólios e das companhias majestáticas a que o Marquês submeteu a nossa colónia da América, representou para ela um recuo gravíssimo na sua prosperidade e na sua marcha civilizadora. «Só a grande vitalidade da colónia, — escreve o Sr. Moreira Telles —, pôde resistir aos desvarios desta sinistra administração pombalina, cuja rêde sugadora dos monopólios arrastou para a metrópole benefícios e riquezas a trôco de vexames e miséria para o Brasil escravizado».

Mais de meio século corrido, é que o Brasil entraria francamente no caminho da sua fôrça e do seu legítimo desenvolvimento com a saída para a América do Príncipe Regente e da côrte de Lisboa. Eis aqui um acto político extraordinário de D. João VI, que não só nos salvou a independência, como aluíu por completo as aspirações imperialistas de Napoleão! Não se trata de uma fuga, — nos dizeres

Digitized by Google

correntios dos nossos historiadores. Já D. Pedro da Cunha aconselhara ao Prior do Crato a retirada para o Brasil. Igualmente a aconselhou a D. João IV, numa hora bem amarga, a infatigável iniciativa do Padre António Vieira. E ninguém ignora que, por ocasião da guerra derivada do chamado «Pacto de Família», Pombal teve no Tejo preparada a frota que levaria o Rei e a sua casa para as paragens distantes do Amazonas. Essa saída da côrte de Lisboa para a América pertence ao nosso velho património político. E tanto Napoleão a receava que, na sua correspondência para Junot, é a idéia que mais o preocupa e que êle mais receia ver realizada.

Pois a mudança da Dinastia para o Rio fêz surgir na vida amodorrada da colónia uma sociedade nova, modêlo à europeia, com escolas e academias, acompanhada dos conseqüentes progressos comerciais e sociais. Oliveira Lima, que trocou pela adesão ao Príncipe Pretendente a fortuna brilhante de uma brilhante carreira diplomática, — Oliveira Lima, na sua obra *Dom João VI no Brasil*, reabilita com nobreza êste caluniado monarca, vendo nêle o impulso rasgado e consciente que arrancou a terra de Santa-Cruz do seu estado hesitante de colónia para lhe abrir os horizontes de uma nacionalidade futura. A emancipação era fatal, nada a evitaria num decurso maior ou menor de tempo. Quiseram as circunstâncias que o laço com a metrópole se rompesse debaixo do cetro de D. Pedro, e

Digitized by Google

não como um acto de pura e simples rebelião republicana. A êsse facto se atribui até a relativa estabilidade do Brasil na sua formação orgânica, uma vez que a comparemos com as demais nações hispânicas da América.

Bem sei que o Império cedeu, — e cedeu para se transformar numa república federal, como se semelhante modificação houvesse de fornecer razões aos que supõem a Democracia um sistema superior de govêrno. Eu poderia demonstrar que o Brasil, em cuja divisão em Estados revive quási a antiga jurisdição das capitanias, não representa de modo algum uma verificação democrática. Admitamos, porém, que o seja. Sê-lo-á então pela lei de ciência política que reconhece a Democracia como uma fase de transição nos países novos, enquanto que é uma regressão patológica nos povos já entrados numa adiantada curva histórica. Por isso mesmo, — porque a Monarquia corresponde a um período mais definido de maturação, é que o Império no Brasil, por extemporâneo, caíu sem grandes raízes no ânimo das populações.

Dizia-o em 1889 Eduardo Prado, por exemplo, ao observar: — «Quem estudar a história do Brasil independente verá a desproporção entre a civilização real do país e o adiantamento das suas instituïções originando um desequilíbrio sensível ainda hoje».

Mas não é êsse o aspecto do Brasil que na data da sua descoberta nós outros, portugueses, devemos

Digitized by Google

ter em vista. Pátria livre, filha da nossa Pátria, «só pelas grandes qualidades colonizadoras dos portugueses, — reconhece Eduardo Prado — pela fecundidade da sua aliança com a raça indígena que êles tiveram de subjugar à fôrça de coragem e valentia, é que o Brasil pôde ser feito, apesar de todos os erros do govêrno de Portugal». Lembremo-lo nós com desvanecimento, olhando ao consórcio que porventura uma política sábia haja de conseguir amanhã entre os destinos das duas nacionalidades. Pensou-o el-rei D. Carlos, digno continuador duma dinastia para quem a valorização externa de Portugal traduziu sempre a mais intensa preocupação da sua actividade. Ao Portugal de amanhã, ao Portugal-Restaurado cumpre efectivar a alta aspiração do egrégio Monarca. O sonho de D. João IV, considerando o Atlântico um lago português, talvez que ainda um dia se veja realizado!

Digitized by Google

OS JESUÍTAS E AS LETRAS

Digitized by Google

Digitized by Google

OS JESUÍTAS E AS LETRAS

NÃO se trata do célebre opúsculo do Padre José Agostinho de Macedo, mas trata-se da mesma questão de que já êle se ocupava. Alguém me pregunta de longe qual a responsabilidade dos Jesuítas na decadência das nossas letras ao longo do século XVII e sobretudo durante o século seguinte. Eu sei! É a velha calúnia histórica mantida pela insuficiência de espírito crítico naqueles que, simbolizados em Mendes dos Remédios e em outros congéneres burocratas do pensamento, não fazem senão repetir em miseráveis compêndios de fancaria todos os odientos lugares-comuns em que a sua inteligência subalterna e apagada se compraz admiràvelmente, quando mais não seja pela lei do menor esfôrço!

Complexo em demasia, êste problema dos Jesuítas e da sua acção na decadência do nosso património literário mal pode ser abordado, como tema fugitivo, nas fugitivas palavras dum artigo de jor-

Digitized by Google

nal. No entanto, assente-se logo de entrada que não os Jesuítas, mas sim a prática subserviente do Humanismo é que contribuíu para o definhamento sensível da nossa literatura, principalmente da nossa poesia. Surge-nos com isto uma questão gravíssima, — a da Renascença. A Renascença é para Portugal, dum modo geral e debaixo de todos os pontos de vista, uma crise de profunda desnacionalização. Os Jesuítas aparecem entre nós na altura em que as nossas emprêsas ultramarinas nos lançam na carreira doida da perdição. Traduzindo o admirável movimento eclesiástico da Contra-Reforma, a Companhia de Jesus vai ao encontro do Humanismo e aproveita-o na sua missão educadora como alto elemento pedagógico. «Os Jesuítas, — escreve Joseph Ageorges —, resolveram magnìficamente o caso de consciência do humanismo. Souberam compreender que é preciso não hostilizar a cultura intelectual, mas utilizá-la em benefício da religião».

Todavia, se o Humanismo significava e significa na pedagogia uma poderosa disciplina de formação mental, já o seu ideal literário não correspondia à nossa natureza fundamentalmente emotiva. Essa emotividade fêz de nós um povo de líricos que nos *Cancioneiros* e nas novelas de Cavalaria se retrata com fidelidade e com paixão. Uma coisa são as humanidades como *meio*, outra coisa são as humanidades como *fim*. As humanidades como *meio* constituem um dos mais fortes valores educativos.

Digitized by Google

As humanidades como *fim*, num país cuja noção de sentimento e de gôsto se houvera definido colectivamente já em período anterior conduzem de uma maneira inevitável ao artifício e ao pedantismo, tal como hoje em dia a teoria da arte pela arte nesses curiosos *parvenus* da vida de letras que usam de dar pelo nome de Estetas.

No seu volume *Ruine du monde antique*, o grande espírito de Georges Sorel aponta com luminosidade as conseqüências desastrosas da cultura clássica, como os romanos da decadência a praticavam e como a praticaram depois, na Renascença, os receptadores da herança humanista. «Cultura de retóricos, cultura de diletantes, cultura formalista e vazia, onde os alunos, habituados a discorrer sôbre temas desprovidos de todo o senso real e fora de todo o conhecimento positivo, não podem tornar-se senão *beaux-esprits*, capazes de discutir num salão *de omni re scibili*, mas impotentes para todo o trabalho produtivo, como para tôda a criação verdadeiramente espiritual». Foi êste falso conceito da cultura clássica que deu mais tarde o gongorismo, o marinismo, enfim, as formas preciosas e ultras em que as letras se desvirilizaram, optando pela cópia servil dos modelos que, como cânones intangíveis, as arcádias poéticas nos ofereciam na Antiguidade.

Entende-se já que os Jesuítas, longe de serem uma causa dessa degradação, não representam senão uma das suas muitas vítimas. Observar-se-á que aos

Digitized by Google

Jesuítas pertencia a direcção literária da mocidade. Assim é, sem dúvida. Mas dêles se poderá dizer o que já Garrett, numa larga intuïção, dissera de El-Rei D. João V: — «A culpa não foi sua, mas do século, se de tão mau gôsto eram as letras que protegia». A culpa não foi também dos Jesuítas. E a prova de que não foi, achamo-la nós em França. Em França, por motivos de ordem vária, cujo exame não nos é agora possível, a cultura clássica, além de coincidir com a estabilização da nação e da língua, em vez de degenerar numa cultura retórica e formalista, manteve-se sempre uma cultura *humana* em todos os campos. Daí o século XVII marcar o apogeu intelectual da França e com figuras que deveram exactamente aos Jesuítas a conformação das suas inteligências.

Oiçamos o depoïmento de Gabriel Compayré, que não é nada favorável à Companhia, na sua *Histoire de la Pédagogie:* — «No fim do décimo sétimo século, os Jesuítas podiam inscrever, no quadro de honra das suas classes, cem nomes ilustres, entre outros Condé e Luxembourg, Fléchier e Bossuet, Lamoignon e Séguier, Descartes, Corneille e Molière». Se Corneille, Descartes, Bossuet e Molière foram discípulos dos Jesuítas e ao mesmo tempo marcam nas suas individualidades uma das maiores plenitudes do génio francês, há que reconhecer não pertencer entre nós aos Jesuítas a responsabilidade da nossa depressão intelectual.

Digitized by Google

De resto, embora caluniado, o nosso século XVII é também um grande século — século de prosistas e de filósofos, em que o Suarismo e um D. Francisco Manuel de Melo nos revestem de linhas intelectuais altamente europeístas.

São outros os motivos da nossa decadência no número dos quais se destaca o natural esgotamento que a aventura de Além-Mar nos custou.

Mas acentue-se que ainda assim muito devemos intelectualmente aos Jesuítas. Basta falar no Padre Manuel Godinho, no Padre João de Lucena, no Padre António Vieira. Basta falar no desenvolvimento que êles deram à instrução popular e preparatória. A sua obra como missionários assinala-se também nos domínios da ciência. Não têm conto as memórias e relações geográficas que nos legaram. Foi mundial a célebre *Gramática* do Padre Manuel Álvares de que em 1859 se apontavam 150 edições. Outra gramática, a do Padre Diogo de Melo e Meneses, viu-se traduzida em francês e adoptada lá fora como compêndio no ensino da língua latina. Muito contribuïram os Jesuítas para o conhecimento dos idiomas orientais. É dum Jesuíta de apelido Rodrigues a melhor gramática antiga de japonês. Em Portugal professaram várias disciplinas, além de Jesuítas nossos muito ilustres, os afamados padres Molina e Suárez — um em Évora, o outro em Coimbra. Testemunho insuspeito é o da *Introdução* do *Dicionário da Língua Portu-*

Digitized by Google

guesa, publicado em 1791 pela Academia Real das Ciências. Aí se confessa que «a idade mais elegante da nossa língua deve considerar-se desde o ano de 1540 em que começaram a ler na Universidade de Coimbra os insignes mestres, que El-Rei D. João III nela estabeleceu».

Termino. O assunto fica apenas aflorado. Mas êsse moço integralista que de longe me consulta com a sua alma ardente de bom português e a quem tão tarde respondo, já tem com que se defender do pobre «primário» que lhe procura envenenar o cérebro com idéias mentirosas!

Digitized by Google

ÉVORA-MONTE

Digitized by Google

Digitized by Google

ÉVORA-MONTE

FOI a 26 de Maio de 1834 que sôbre a colina de Évora-Monte se desenlaçou um dos maiores dramas da nossa história. Debaixo do grande céu alentejano, teve ali o seu epílogo uma luta fratricida que se resolveu para nós em conseqüências muito mais graves que as duma já de si ensangüentada impugnação dinástica. As fôrças negativas que de longe vinham preparando a ruína da pátria tradicional encontraram em Évora-Monte o facto definitivo que lhe consumou a obra de dissolução. Não era D. Pedro quem vencia naquela hora desesperada em que, por acção das armas estrangeiras, a causa de Portugal inteiro se via obrigada a ceder diante dum princípio adversário por natureza e fim às aspirações seculares da nacionalidade. Quem vencia era o internacionalismo revolucionário, meio disfarçado no sofisma da monarquia parlamentar, mas para já preparar o salto que lògicamente o havia de conduzir à aventura feliz da Rotunda.

Digitized by Google

Não tomemos a guerra civil, a que a convenção de Évora-Monte trouxe um desfecho trágico, no simples significado de uma simples questão sucessorial. Procuremos-lhe bem o fundo e logo se reconhecerá que as razões íntimas que a provocaram e sustentaram se inserem tôdas na vasta conspiração europeia que tendia de novo ao alastramento das idéias saídas da Revolução. D. Pedro é apenas um pretexto, servindo òptimamente no seu romantismo exaltado de «emancipador dos povos» ao plano tenebroso e paciente dos clubes secretos. Por outro lado, D. Miguel incarnava a resistência admirável do instinto colectivo, que se recuperara do antigo adormecimento na insurreição geral do país contra os franceses, e que cheio das suas virtudes nativas, se dispunha agora a não consentir que se errasse outra vez o nosso destino histórico.

As instituïções dum povo são sempre filhas da sua experiência, correspondem a uma criação demorada e de certo modo inconsciente do seu passado. Pombal falseara as nossas, abastardando-as com o absolutismo teórico do século XVIII. Já antes disso as esplêndidas aptidões municipalistas da nossa raça se tinham amordaçado violentamente pela influência excessiva que o direito romano exerceu na orientação do Estado português. Como reacção operada no conhecimento directo das nossas fontes de riqueza, o reinado de D. Maria I, tão denegrido pela calúnia sectária, marca um comêço

Digitized by Google

notável de revivescência nacional. São os naturalistas da Academia que a preparam activamente elaborando memórias notáveis sôbre as possibilidades económicas do país. São as bôlsas-de-estudo instituídas pela Rainha e graças às quais lá fora se especializam competências que serão de aproveitar. Caminhava-se assim para um regresso à linha suspensa do nosso natural desenvolvimento histórico. Não o permitiram, porém, as invasões, a despeito do belo esfôrço criador que num ponto ou noutro é ainda a regência do Príncipe do Brasil. E quando, vencido Napoleão, nós nos preparávamos para nos reorganizarmos de vez e com segurança, o Liberalismo quebra a unidade moral da pátria e lança-nos na carreira funesta da perdição.

Uma política de abstracções, uma política de ideólogos e aprioristas se pretendeu impor, — e se impôs, afinal —, à conformação hereditária da nacionalidade. Enganam-se os que supõem o movimento que as Côrtes-Gerais de 1828 consagraram na pessoa de D. Miguel I como uma sobrevivência exasperada do Absolutismo decaído. Pelo contrário, êsse movimento procura expurgar das nossas instituïções os exageros cesaristas de Pombal e restituí-las quanto possível à sua verdadeira pureza. D. Miguel foi aclamado pelo voto unânime da Nação que reconquistava assim o seu *meio-vital* pervertido. Quando se nos invoque a *Carta* outorgada pelo Imperador, lembremo-nos de que só por

Digitized by Google

um despotismo sem nome é que ela se introduziu no país, que nunca se identificou com o seu espírito geométrico e fora de tôda a realidade. Verdadeiro «Acto constitucional», — se a expressão se admite em sentido diverso do que geralmente se lhe atribui —, nas referidas côrtes de 1828 se confirmou e robusteceu o velho pacto fundamental da nacionalidade e pela bôca dos representantes das vilas se ressurgiu um momento a energia fecunda que inspirara outrora os períodos mais altos da nossa história.

Ninguém esqueceu ainda aquelas páginas de Taine em prefácio ao *l'Ancien régime*, quando o filósofo, a propósito de constituïções, nos observa que a forma social e política na qual um povo se enquadra e quere permanecer não depende do seu arbítrio, mas do seu carácter e do seu passado. Já Le Play nos fala da «constituïção essencial» à vida das sociedades e de que as outras, as constituïções escritas, deveriam ser sòmente o reconhecimento. A jornada tão desgraçadamente concluída em Évora-Monte, a ter-se continuado, serviria para demonstrar a verdade dêsses ensinamentos. Contra uma liberdade metafísica, girando no vago das mais vagas teorias, nós opusemos então o conjunto humano e vivido das nossas liberdades tradicionais, — liberdades concelhias e liberdades corporativas, que hoje a sociologia reabilita como sendo a regra mais eficaz para a boa coordenação das necessidades públicas. E não se me diga que a corrente constitucionalista que agitava a Europa

Digitized by Google

inteira nos coagia inexoràvelmente à aceitação dum Cartismo irresponsável e despido de raízes na nossa alma colectiva. Leiam a admirável lei de 4 de Junho de 1824 e lá acharão as bases em que se poderia firmar uma reforma sensata nas direcções superiores do Estado, sem alterar os quadros sociais em que a nacionalidade se repousava.

O que é interessante é que em França, por alturas de 1822, mal nós acabávamos de dar o primeiro golpe fundo na organização secular do nosso país, Royer-Collard, tocando com o dedo na chaga da monarquia parlamentar, defendia dêste modo um projecto de descentralização que apresentara à câmara dos deputados: — «*Nous avons vu la vieille société périr, et avec elle cette foule d'institutions domestiques et de magistratures indépendantes, qu'elle portait dans son sein, faisceaux puissants des droits privés, vraies républiques dans la monarchie*». E Royer-Collard, pondo em relêvo a feição descentralizadora do verdadeiro, do puro princípio monárquico, terminava com uma frase que é a condenação para sempre de tôda a experiência constitucionalista, de que só resultou o descrédito dos reis e a quebra crescente da dignidade dos povos: — «*Nous sommes devenus un peuple d'administrés sous la main de fonctionnaires irresponsables*».

As palavras de Royer-Collard contêm em si o retrato vivo da nacionalidade portuguesa, ao empreender o esfôrço que a alevantaria vigorosamente

Digitized by Google

para uma nova época de prosperidade e respeito, se a fôrça das armas estrangeiras e o advento de utopias mentirosas a não arrastassem ao calvário inglório, mas dignificado, de Évora-Monte.

Não foi apenas um príncipe o vencido naquela hora desesperada! Foi uma nação inteira que ali padeceu vexame e sacrifício para só bem tarde sentir, para lá dos horrores da sua agonia, o horizonte encher-se dum alvorôço de esperança redentora. Possa torná-lo luz plena a inflamada campanha nacionalista em que a mocidade da nossa terra assume posições e se adestra com firmeza para os combates decisivos! No sangue de todos nós ergue-se a voz dos Mortos indicando o único caminho que levará à salvação da pátria caída na mais vil das almoedas. Porque chegou o instante de optarmos, segundo o neto de Renan, pelo partido dos nossos avós contra o partido dos nossos pais, partiremos contentes do mundo se connosco houvermos fechado o parêntesis aberto em Évora-Monte. E o epitáfio da nacionalidade volver-se-á assim num grito soberano de ressurreição.

Digitized by Google

SANTO ANTÓNIO

Digitized by Google

Digitized by Google

SANTO ANTÓNIO

NÃO é o santo menineiro do nosso calendário que eu venho lembrar à homenagem de quantos se não esqueceram ainda de Santo António de Lisboa. Êsse pertence à devoção ingénua do povo, com os cravos florindo no escuro e o mistério profundo do Solstício enchendo de perturbações indizíveis o coração das raparigas. Guarde-lhes o glorioso Taumaturgo a pureza dos seus alvoroços, — fiador de bons casamentos, poder de prodígio que recupera as coisas perdidas e afugenta as malícias do Demónio! Com uma lágrima sentida de saüdade eu o entrego à evocação longínqua da minha infância, lá numa vila distante em que ia adorá-lo por mão duma velha tia numa igreja hoje caída, — piedade para as igrejas de Portugal! —, pelas tardinhas lentas de novena, com o rosmaninho embalsamando-lhe o altar. Porque é do Outro, — do que ficou na história e que encheu o mundo com os clarões admiráveis da sua virtude e da sua inteli-

Digitized by Google

gência, que nós nos devemos recordar. Ao Santo António da lenda todos o conhecem, desde o milagre das bilhas quebradas até ao seu alistamento no exército português, onde ganhou as dragonas de tenente-coronel. Já não acontece o mesmo com o místico assombroso do século XIII, que proclamado «Vaso do Espírito Santo» pela consciência religiosa do seu tempo, foi um dos maiores luzeiros da Cristandade medieval.

No declínio cada vez maior da baixa superstição racionalista, a verdadeira ciência, instituindo o misticismo como uma experiência positiva, leva-nos hoje, independentemente de tôda a idéia teológica, a encarar a realidade moral que é um Santo como uma realidade psíquica superior. Passou já a corrente, tanto tempo em moda depois dos trabalhos de Charcot, que considerava os Santos como uma manifestação típica de histeria, como um puro fenómeno hospitalar. Agora com o impulso dado à observação psicológica pela visão penetrante de William James, os estudos místicos dentro do ponto de vista científico aumentam de hora para hora, confirmando quanto experimentalmente se pode confirmar a definição que a teologia nos apresenta dos Santos. Num pequeno volume, *Hysterie et sainteté,* o doutor Lavraud, professor na Faculdade Livre de Medicina em Lille, prova-nos que os Santos não são nada uma anomalia, tendo-os antes como o produto de uma vontade firmemente

Digitized by Google

exercida e caracterizada pela mais absoluta unidade de vida interior.

Registemos esta conclusão do ilustre sábio, esquecidos como não estamos da ignomínia que sôbre a figura excelsa de Nun'Álvares procurou lançar há anos a desonestidade dum diagnóstico retrospectivo. E interessante seria continuar no exame do assunto, se êle não crescesse para além dos limites que forçosamente me aprisionam. Basta que o enunciemos, solicitando para êle a atenção intelectual de quem se preocupa com as elevadas coisas do espírito. Assim compreenderemos melhor a acção social dos nossos Santos, que não são apenas nomes venerados no fundo das capelas, mas expressões altamente representativas da alma nacional, de que brotaram como flores supremas.

No agiológio português Santo António marca uma das mais erguidas revelações do génio da nossa raça. No maravilhoso movimento de renovação espiritual que foi durante a Idade-Média o franciscanismo, Santo António é a colaboração prestada pela nossa pequena pátria a uma das mais belas épocas da história do Ocidente. Trocando pelo burel grosseiro de frade-menor a sua murça roçagante de cónego de Santo Agostinho, Santo António sente-se arrebatado pelo ardor apostólico que o vai em breve tornar o verbo vivo das Escrituras. Arde em sêde de martírio, ambicionando a sorte padecida pelos cinco mártires de Marrocos. É para ali que António

Digitized by Google

se dirige no desejo insofrido de padecer também tormento em testemunho das verdades cristãs. Santo António iniciava assim o caminho do Portugal vindouro que na dilatação da Fé encontraria a razão universal do seu imperialismo.

Dilatar a Fé é ainda agora dilatar a civilização. No tocante exame de consciência que é *Le voyage du Centurion*, Ernesto Psichari escreve: — «Por isso o viajante sôbre a terra de África, faça o que êle fizer e seja êle quem fôr, é sempre Cristóvão com o seu grosso cajado, transportando perto da cabeça curvada o menino com o globo e a auréola de luz invisível». Nós assistimos à ressurreição do mesmo conceito de Cristandade na pena dum dos mais aclamados escritores militares do presente. Refiro-me ao americano Mahan que, perante os perigos em que o futuro da raça branca se embrenha e dificulta, não trepida em apontar ao século XX «que a grande tarefa que altamente se impõe ao mundo da Cristandade civilizada, a sua grande missão que é necessário cumprir, para não desaparecer, consiste em receber no seu seio e educar no seu próprio ideal essas antigas e diferentes civilizações... a cuja frente se alinham a China, a Índia e o Japão».

Santo António teve, quanto a nós, a adivinhação dessa nossa vocação histórica. Desgarrando das areias amadas de Portugal, traçava-nos pelo seu exemplo a estrada do futuro. E se o dedo de Deus o desviou da palma augustíssima do martírio,

Digitized by Google

foi porque um alto destino, um destino mais fecundo e mais edificante, o aguardava na Itália, já purificada pelo cristianismo consolador de S. Francisco de Assis.

Na dureza das lutas medievais, que tornaram a Itália a casa paterna da dor, — na expressão formidável de Dante, a paz só se conheceu com a submissão voluntária espalhada nas almas pela palavra humilde do *Poverello*. A Igreja cura-se por êle de uma das suas crises mais graves. E o florescimento da poesia e da arte diz-nos quanta frescura e alegria salutar o espôso da Senhora Pobreza não derramou a mãos ambas em tôrno de si. Pois no florescimento da religião franciscana, se S. Francisco é o divino Mestre, Santo António é o novo S. Paulo.

Prègando a primeira vez por obediência, a chama do Espírito Santo abrasa-o tão arrebatadoramente, que S. Francisco, desvanecido, ao chegar-lhe a fama dessa oração, não se teve em si que não exclamasse: — «*Já temos um bispo!*» Bem depressa Santo António é cognominado por Gregório IX «*Arca do Testamento*». Ensina teologia em várias cátedras. Do alto do púlpito, a sua língua, como uma flama, fustiga a simonia e a corrupção, não havendo auditório que não se curve às rajadas dominadoras da sua eloqüência. Professa teologia em Bolonha, com Rolando Bandinelli, mais tarde Alexandre IV. Montpellier e Tolosa escutaram também os ensinamentos de António. E Renan quere que o «*Cantico*

Digitized by Google

delle Creature», de S. Francisco, fôsse pôsto em verso por tão grande português. Se na santidade e na fé militante deixava de si um sinal luminoso, até o lirismo da raça lhe emprestou as suas asas bem rasgadas!

É êste o Santo António que intelectual e socialmente nós temos que comemorar e que conhecer. Revigorar-lhe o culto não é indiferente para honra da pátria nem para o decaído marasmo que nos entenebrece como um eclipse já longo demais. Clamemos por tôdas as nossas energias, por todos os títulos da existência para nos restituirmos à consciência perdida da nossa finalidade. Os Santos são na vida dos povos o índice dos seus merecimentos espirituais. Possam perante Deus valer, mais que os nossos crimes, as virtudes dos nossos Santos! E que Santo António de Lisboa, oficial condecorado do exército português, nos conduza de novo ao caminho da salvação, como, de cima da sua mulinha branca, nos conduziu à vitória na batalha do Buçaco!

Digitized by Google

PÁTRIA E MONARQUIA

Digitized by Google

delle Creature», de S. Francisco, fôsse pôsto em verso por tão grande português. Se na santidade e na fé militante deixava de si um sinal luminoso, até o lirismo da raça lhe emprestou as suas asas bem rasgadas!

É êste o Santo António que intelectual e socialmente nós temos que comemorar e que conhecer. Revigorar-lhe o culto não é indiferente para honra da pátria nem para o decaído marasmo que nos entenebrece como um eclipse já longo demais. Clamemos por tôdas as nossas energias, por todos os títulos da existência para nos restituirmos à consciência perdida da nossa finalidade. Os Santos são na vida dos povos o índice dos seus merecimentos espirituais. Possam perante Deus valer, mais que os nossos crimes, as virtudes dos nossos Santos! E que Santo António de Lisboa, oficial condecorado do exército português, nos conduza de novo ao caminho da salvação, como, de cima da sua mulinha branca, nos conduziu à vitória na batalha do Buçaco!

Digitized by Google

PÁTRIA E MONARQUIA

Digitized by Google

Digitized by Google

PÁTRIA E MONARQUIA

ÊSTE problema da identificação da Pátria com a Monarquia, ninguém o colocou melhor do que o insigne Alberto Sampaio. Em nota à sua monumental monografia — *As «vilas» do Norte de Portugal,* escreve êsse malogrado espírito que entre nós foi o único tocado pela influência salutar de Fustel de Coulanges: — «*Formado pela educação histórica, é êle* (o génio da raça, na sua própria frase), *quem organiza a vida social; sôbre esta, nada pode a acção do govêrno, decisiva pelo contrário na vida nacional*». De facto, assim é. A aptidão comunitária da gente que subsistiu, através de tantas invasões no noroeste peninsular, veio, pelo andar dos séculos, a traduzir o belo instinto nacionalista, que tornou possível a formação de Portugal. No entanto, as qualidades naturais da raça não vingariam nunca, se às tendências expansivas, o Estado não acabasse por lhes conferir uma finalidade e uma consciência. É aqui que a Monarquia intervém, realizando pelo egoísmo

Digitized by Google

dinástico a consolidação definitiva da Pátria, saída já do protoplasma primitivo e entrada enfim na sua fase de diferenciação jurídica e política.

São-me sugeridas as presentes reflexões pelo debate levantado em pleno Parlamento sôbre a obra colonizadora da Monarquia no Brasil. O sectarismo da maioria pronto atalhou que não fôra a Monarquia, mas sim a Pátria, que no Brasil nos criara um segundo Portugal. Claro que a Monarquia — idéia de regime, bandeira de partido, é uma novidade de importação que só aparece em Portugal quando a divisão moral do século passado provocou, pelo advento dos princípios da Revolução, as lutas civis em que o equilíbrio das aspirações colectivas seria substituído pela supremacia duma opinião triunfante.

Antes disso, na sua completa significação, «Monarquia» em Portugal valia o mesmo que «Pátria», de que era o órgão necessário à sua vitalidade, à sua independência e à sua duração. Confirmando o acôrdo das preferências obscuras da nacionalidade com o prestígio e a soberania da Realeza, a nossa história demonstra-nos que em transe nenhum, a conveniência dinástica se mostrou divergente ou antagónica da conveniência geral. Pode a Monarquia anteceder uma nacionalidade. Mas nacionalidade sem Monarquia é que nós não vemos persistir e fortificar-se na existência acidentada dos povos da velha Europa.

Compreende-se assim a inteira identificação da

Digitized by Google

Pátria com a Monarquia. A Pátria reflecte as maiores ou menores possibilidades dum agregado nacional para o seu desenvolvimento e para a sua permanência. Êsse desenvolvimento e essa permanência é que se não obtêm sem que, no Estado constituído, a noção do interêsse duma dinastia nos surja a desposar o interêsse da comunidade. A demonstração é fácil de se deduzir, se há quem lhe pretenda contestar a evidência. Nos têrmos de Alberto Sampaio, a capacidade orgânica da nossa raça conseguira estabelecer a vida colectiva. São os primórdios duma nacionalidade, são os seus alicerces mais seguros. É donde nasce a irresistível inclinação separatista que Herculano nos assinala insuspeitamente ao observar que «é impossível deixar de reconhecer na série dos factos que ilustram a história do estabelecimento da independência portuguesa certo instinto da vida política individual nas populações aquém do Minho, que já anuncia nelas a futura perseverança com que resistiram desde então até hoje a assimilar-se ao resto da Espanha e a incorporar-se nela».

Elemento para contar, de nada nos serviria, entretanto, se a ambição de D. Tareja, consubstanciada depois em D. Afonso Henriques, não desse origem a um Estado lá onde vibrava, já em franco florescimento, o condicionalismo indispensável para uma existência de povo livre. No dia em que um príncipe desfralda o pendão da revolta, é Portugal que se emancipa. Possuindo um chefe, possui na continuï-

Digitized by Google

dade e na persistência dêsse esfôrço a acção inteligente e una, sem a qual não há poder que facilite a defesa na guerra e que garanta a autonomia na paz.

Apesar de nos *Opúsculos* haver afirmado que «na história das instituïções os Povos da Península são mais velhos do que êles pensam», ninguém ignora que Alexandre Herculano considerava Portugal ùnicamente um produto da política exclusivista dos seus príncipes. «Obra a princípio de ambição e orgulho, — comenta o historiador —, a desmembração dos dois condados do Pôrto e de Coimbra, veio por milagres de prudência e energia a constituir, não a nação mais forte, mas decerto a mais audaz da Europa nos fins do XV século». De nada mais careceríamos para testemunhar bem claramente quanto a Pátria anda ligada à Monarquia, e quanto a Monarquia é a razão essencial de tôda a sua glória e viabilidade.

O mesmo juízo nos oferece Oliveira Martins, não obstante a sua funesta teoria do Acaso, negando-nos criminosamente fundamentos de nacionalidade. Ora se na visão restrita daqueles mesmos autores, para quem as nossas condições de nação autónoma não se revestem de nenhuma explicação que não seja a dum simples arranjo dinástico, a Monarquia é desta maneira apresentada como a fôrça íntima que gerou a Pátria, com dobrados motivos a temos nós que reconhecer e aceitar como tal, olhando a que, sem ela, sem a sua

Digitized by Google

decisão eficaz e rápida o irridentismo do condado portucalense jamais iria além das debilitadas reivindicações regionalistas da Galiza actual. Alberto Sampaio examinava, pois, o problema com exactidão. Se a vida social já existia, a vida nacional não existiu, enquanto não existiu um govêrno que lhe imprimisse forma e consistência.

Mas nós dissemos que pode a Monarquia anteceder uma nacionalidade. Mas nacionalidade sem Monarquia é que não se descobre no desenho emaranhado que são as origens das nacionalidades europeias, — insistimos agora. Com efeito, em França a Monarquia antecede a Pátria cuja unificação começa lentamente, num labor demorado e difícil, com a subida dos Capetos ao trono. Na verdade, só com Henrique IV é que a França concretiza e fixa as linhas definitivas da sua fisionomia. Também a Alemanha se arrastou através dum longo purgatório antes de conhecer a unidade, porque lhe faltou a seqüência dinástica, graças à qual, — depõe Lavisse —, «outros países se constituïram em Estados que a seguir se tornaram nacionalidades». Opostamente, duas nacionalidades, com as suas características bem marcadas, bem assentes, acabaram por perder a independência porque deixaram perder a monarquia no meio das discórdias intestinas. Refiro-me, — é de ver —, à Hungria e à Polónia.

Mas a Suíça? — preguntarão. Triste «placa giratória» da Europa, a Suíça não é mais que a neutra-

Digitized by Google

lização, a favor dos seus vizinhos poderosos, do antigo caminho da Europa através da montanha. Sem política externa nem actividade económica apreciável, a Suíça não é uma nação nem um Estado. É antes um artifício, conservado e guardado pelas conveniências internacionais do nosso continente, onde o que há de estrutural e de típico nada mais é do que a sobrevivência dum cantonalismo tão arcaico como pitoresco.

Equacionada a questão no ponto em que a fixamos e que é rigorosamente o verdadeiro, não é lícito atribuir à Monarquia o sentido partidário em que as circunstâncias presentes a pretendem tomar. «Monarquia» equivale a «unidade da nação» pela «unidade do poder». Admirável palavra a de Balzac, ao exclamar em face do embarque de Carlos X em Cherburgo: — «O Rei é a pátria encarnada, os reis somos nós mesmos!» Porque o rei é a pátria encarnada, João de Barros, — o antigo, o das *Decadas*, escreveria em Quinhentos: — «*Grande gloria é morrer por nossa Lei, per nosso Rey, que são as mais justas causas de morrer. A Grey, que he a congregação dos nossos parentes, amigos, e compatriotas, a que chamamos* republica, *celebra o nosso nome de geração em geração. O nome Portuguez he por isso tão celebrado no mundo, a quem Deus deo este particular dom sobre todalas outras Nações,* Defensores da Fé, e leaes ao serviço do seu Rey» *(Decada II, livr. 3.°, cap. 3.°).*

Digitized by Google

Sem essa identificação da Pátria com a Monarquia, quem, com os primeiros Reis, atribuïria direcção às qualidades construtivas da raça, libertando a terra e enraïzando depois as populações? Um instante depois, quando uma dispersão de soberania ameaça desfazer o reino herdado, quem o salva senão a energia tão caluniada por vezes do alto político que foi D. Afonso II? Porque é que a nacionalidade se abisma quási na morte ao declinar o século XIV? Porque morre um rei e a sua sucessão é discutida. Sem dúvida, em 1384 são os concelhos que iniciam o movimento resgatador. Mas sem um rei, sem a monarquia, êsse trecho da nossa epopeia municipal abortava em cenas avulsas de carnagem, com todos os estigmas duma verdadeira *jacquerie*, que Basílio Teles é o primeiro a apontar. Porque há um rei, a Pátria entra no período magnífico de Quatrocentos. Quem desenvolve a expansão, quem mantém o alto pensamento das Descobertas? As unidades da raça afirmam-se, é certo; são a matéria-prima. Quem as adivinha e estimula, porém? O Rei, sempre o Rei, que é na sua forma visível a Pátria bem viva, bem personalizada.

Na hora em que se extingue a segunda Dinastia, porque a Pátria, exausta, não consegue impor-se um rei natural, o cetro arrasta consigo, na sua queda, quási a perda da nossa independência. Mas tão depressa encontremos um Rei natural, com a ressurreição da Monarquia é Portugal que ressurge. No regime

Digitized by Google

de unidade nacional em que a Pátria então vivia, os eruditos de Alcobaça designam as suas Crónicas por «*Monarquia Lusitana*», como nós escreveríamos hoje «*História de Portugal*». E consagrando essa estreita aliança, no renascimento do nosso eruditismo, D. António Caetano de Sousa comporia a *História genealógica da Casa Real.*

Fica mais que evidente a razão por que o duque de Orleães ditou um dia a sua fórmula célebre: — «*Tudo o que é nacional é nosso!*» É que a Monarquia, pairando acima das dissenções, mais alta e mais forte que os partidos, quando não cria a pátria, é o único princípio que a conserva e glorifica. Na insurreição do indivíduo contra a espécie, utilizando a frase célebre de Comte, não o quererão assim as mentalidades mordidas do pior sectarismo. Quere-o, porém, a obra secular da nossa história, que é a obra dos nossos Reis colaborando com a nossa raça. Meditemos nós tão grande lição! Deixaram-nos ficar êles em morgadio o património sagrado da terra portuguesa. Não foram perante as gerações senão os seus administradores. «*Procurador dos descaminhos do Reyno*», se intitularia duma vez espontâneamente, a si próprio, el-rei D. João IV.

Descaminha-se o Reino, porque não temos Rei. E porque não temos Rei, é que a pátria está em perigo. Renove-se o velho consórcio de Portugal com a Monarquia e logo haverá quem nos dirija e caminhe à nossa frente!

Digitized by Google

24 DE JULHO

Digitized by Google

Digitized by Google

24 DE JULHO

A 24 de Julho de 1833 entrou em Lisboa o trôço do exército liberal do comando do conde de Vila-Flor, a seguir duque da Terceira. A hora é bem para o recordarmos, quando todos nós nos sentimos vítimas do êrro comum que um ano depois, em Évora-Monte, expulsaria do trono português o seu verdadeiro rei, e quando a situação externa criada hoje a Portugal pela fôrça da guerra nos ensina claramente como o govêrno dum país, divorciado por completo das suas aspirações e dos seus interêsses, pode em todo o caso figurar aos olhos do estrangeiro como o seu govêrno legítimo. Foi o que sucedeu com a monarquia constitucional, filha da Maçonaria e dos vícios piores da Revolução Francesa, e da qual a entrada em Lisboa do duque da Terceira ia ser o primeiro passo para a sua aclimatação definitiva.

As conseqüências do romantismo político em tantos espíritos manifestamente sinceros apalpam-se

Digitized by Google

agora no estado de desorganização em que Portugal se debate. A república não nos teria dominado tão esmagadoramente, se o individualismo revolucionário não nos houvesse enfraquecido de antemão a resistência secular, substituindo as nossas instituïções tradicionais por outras, nascidas da pura teoria e só na pura teoria acreditadas. A nossa época oferece-nos até inesperados pontos de contacto com essa época agitada de 33. A deposição recente do rei Constantino mostra-nos como é fácil despojar um monarca do seu direito, embora inteiramente identificado com o sentir do seu povo.

Eis o que sucedeu em 34 com D. Miguel. De modo nenhum Portugal o atirou para o exílio. Atirou-o para o exílio a Quádrupla Aliança, tornada possível a sua intervenção pela mudança ministerial que em Inglaterra levou os *whigs* ao poder e, sobretudo, pela Revolução de Julho que em França lançou por terra a realeza de Carlos X. O curioso é que no tipo perfeito de político desnacionalizado que é Venizelos nós encontramos sem dificuldade a representação viva de quantos ideólogos se prestaram então em Portugal à ruína da sua pátria, ùnicamente por homenagem a uma nefasta solidariedade internacional de princípios.

Condenada pela Europa liberal, a causa de D. Miguel difìcilmente subsistiria, conquanto a dedicação dos portugueses não faltasse ao seu infortúnio admirável. Apressou-lhe, porém, o desenlace trá-

Digitized by Google

gico a delação e a incompetência que na política miguelista abriam caminho por tôda a parte. São poucos os que se salvam pela compreensão inteligente da situação. Salva-se talvez o visconde de Santarém, — salvam-se António Ribeiro Saraiva, o bispo de Viseu e José Acúrsio das Neves. Honrado pelos ódios liberais, José Acúrsio das Neves, que ilustra com o seu nome a história económica do nosso país, morreria num palheiro ao abandono, debaixo da perseguição dos seus inimigos que nem a agonia lhe souberam respeitar. O bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lôbo, conheceria a emigração e quási o desacato ao carácter sagrado do seu ministério. Iludem-se os que supõem nova em Portugal a sanha de vexames e de opressões que a república não fêz mais que ressuscitar dos fastos já esquecidos do nosso liberalismo. Basta lembrar a extinção infamíssima das Ordens Religiosas, que Alexandre Herculano, — um sincero! — apostrofaria em páginas ardentes, ainda motivo profundo de comoção em quem as lê. De resto, não é só minha a afirmação. Ramalho Ortigão, ao fim da vida perfilhava-a quando na *Carta dum velho a um novo* se expressa nestes têrmos: — « A obra liberal de 1834 — convém nunca o perder de vista — foi inteiramente semelhante à obra republicana de 1910. Nos homens dessas duas invasões é idêntico o espírito de violência, de anarquismo e de extorsão. Dá-se todavia entre uns e outros uma considerável diferença de capacidade ».

Digitized by Google

A diferença que se dava, — a Ramalho não escapava o facto —, devia-se à cultura humanista que conformara a mentalidade dos de 34. O individualismo revolucionário não lhes estava por isso no *inconsciente*, como observa algures, no prefácio da sua notável conferência, *O Parlamentarismo e o Teatro Moderno*, Hemetério Arantes. «Parece que se tinham apropriado daquele conselho do testamento de Camors, — diz Hemetério Arantes —: *être aristocrate pour notre compte personnel et démocrate pour le compte d'autrui*». Mas na diminuïção crescente da cultura e na total dissolvência do pensamento pelo verbalismo fácil da comédia política, o parlamentarismo, forte nos seus começos pelo apoio intelectual que as disciplinas clássicas lhe prestavam, degenerou fatalmente no parlamentarismo de hoje em dia, nado e criado, por mais que a maternidade se lhe recuse, no úbere farto da *Carta Constitucional*.

Sem paradoxo nem exageros doutrinários, reconheçamos, pois, que a república se proclamou em 1820, ganhando raízes fartas, pela corrupção económica e pela venalidade dos caracteres, na aventura lastimável consumada em 1834 Ninguém decerto ignora a vergonha a que a França nos sujeitou, mandando ao Tejo a esquadra do barão de Roussin. E ùnicamente porquê? Ùnicamente porque se julgara e punira em harmonia com as leis do Reino um súbdito francês, Edmond Bonhomme, que cometera actos sacrílegos os mais repelentes dentro duma igreja em Quinta-

Digitized by Google

-Feira Santa. Soltou-se Bonhomme, pagou-se uma grande indemnização, Roussin apresou várias unidades da nossa esquadra, nunca mais restituídas, e sôbre tudo isto os liberais aplaudiram delirantemente a violência sem nome. Tal como agora, no entendimento universal da causa da Maçonaria sob a invocação retórica do Direito, da Liberdade e da Justiça! Mas o mais interessante é saber quem era Mr. Bonhomme. Mr. Bonhomme, morto em Lisboa de idade avançada, foi o sócio n.º 1 da Associação do Registo Civil. Eis a genealogia moral que, por intermédio dum estrangeiro, liga a república que nos desgoverna ao constitucionalismo que nos arruïnou!

A história dêsse período desgraçado, escrita inteiramente pelo partido vencedor, precisa ser refundida, por falsa e por caluniosa. D. Miguel representa precisamente a idéia que hoje triunfa por tôda a parte, no florescimento reaccionário da inteligência europeia. Não passa dum juízo faccioso e grosseiro o juízo que reputa D. Miguel como representante do absolutismo mais cerrado e mais brutal. Basta abrir um opúsculo intitulado *Memorandum d'une conférence de A. R. Saraiva, agent diplomatique portugais à Londres, sous le gouvernement de Don Miguel, avec lord Grey, premier ministre de la Grande-Bretagne...* para nos convencermos, por um lado da conspiração diplomática que, tal como na Grécia, privou da coroa a El-Rei D. Miguel e, por outro lado, dos nobres intentos políticos que animavam o soberano.

Digitized by Google

«Mais aujourd'hui le Roi lui-même est convaincu plus que personne du devoir, en même temps que de la nécessité impérieuse, de rétablir, en son plein exercice et fonctions naturelles, toute la belle organisation de notre noble et admirable Constitution ancienne, purgée des formes absolues, et hétérogènes que le Pombalisme (en vertu d'une sorte de dictature, peut-être nécessaire dans les circonstances alors) y avait introduite, au milieu du siècle dernier».

Nesta passagem de Ribeiro Saraiva contém-se o significado perfeito da política que a vitória de D. Miguel importava consigo. Importava consigo a correcção do parlamentarismo pelo critério orgânico da representação territorial (Três-Estados do Reino) e da representação técnica (Casa dos Vinte-e-Quatro). Importava consigo a defesa da Família e da Propriedade contra os geometrismos jurídicos plagiados ao Código-Napoleão. Importava consigo o prestígio da função régia e o revigoramento da vida local e provincial. Importava ainda consigo, contra os falsos conceitos duma liberdade sem alcance real, a manutenção e a inviolabilidade dessas outras «liberdades» que, expressas nas nossas velhas franquias municipais e corporativas, foram o segrêdo da estrutura formidável da antiga sociedade.

Mas D. Miguel caíu. Na queda do Rei de Portugal surgiu uma realeza bastarda, que a si própria se exautorava. É a hora dos tronos «*au rabais*» e dos monarcas «*au bon marché*», — na ironia sangrenta

Digitized by Google

de Balzac. A pátria desnacionalizou-se, sem mais consistência que a duma poeira sôlta de átomos. Os resultados temo-los em nós mesmos, na opressão que nos avilta e vitima. Só um caminho nos resta, se não quisermos declarar tudo perdido, até a própria honra! É, — na fórmula brilhante de Maurras —, realizar pela inteligência e pela vontade, com firmeza e nitidez científicas, o que nossos avós realizaram pelo costume e pelo sentimento. Outra coisa não será senão reatar o fio interrompido pela acção da Quádrupla Aliança na jornada dolorosa de Évora-Monte.

Com essa certeza, bem iluminada e bem firme, suponho fechado para sempre o longo parêntesis de que a data de 24 de Julho de 1833 foi o início fatal. Assim o deseje a nossa Pátria, restituída ao vigor da sua tradição histórica, como o desejam aquêles que apenas procuram torná-la mais livre e mais grandiosa!

Digitized by Google

Digitized by Google

O «MILAGRE» DE OURIQUE

Digitized by Google

Digitized by Google

O «MILAGRE» DE OURIQUE

NÓS não cuidamos de saber se nessa madrugada alta de Julho a imagem de Jesus-Crucificado se destacou da luz hesitante da aurora e se sôbre as asperezas extáticas duma charneca a palavra divina se ouviu, serena e forte, confiando a novas gentes a instituïção de novo reino. Nem vem para aqui igualmente o debate do largo problema que à volta do feito de Ourique traz de há muito entretidos eruditos e academias. O que nos importa agora é salientar, na permanência duma tradição que aparece envolta pelo halo doirado da lenda como o baptismo da nacionalidade, a importância do seu significado histórico, de influência decisiva na vida e grandeza de Portugal.

Não podemos hoje encarar a questão do milagre de Ourique com o critério exterior, todo frio e circunscrito, através do qual Alexandre Herculano a encarou. Herculano, com os preconceitos da sua época, nem sequer hesitou em a denunciar como uma fraude habilidosa da nossa antiga mentalidade monástica.

Digitized by Google

Então ainda a psïcologia se não constituïra como regra intelectual. E por mais que às vezes se abuse do seu alcance, não há dúvida que na questão do milagre de Ourique ela nos fornece uma ampla e inesperada claridade.

Por efeito das suas luzes, nós verificamos que o milagre de Ourique, tão nìtidamente gravado em horas difíceis na consciência de Portugal, não seria mais que um «mito», mas um «mito» com o valor social que Georges Sorel atribui aos mitos. O mito, — diz o filósofo das *Réflexions sur la violence* — é uma expressão de vontades enèrgicamente tomadas e não, como a utopia, a tradução subjectiva duma vaga inquietação sentimental. É nos mitos que as aspirações fortemente vincadas da alma colectiva se encarnam e consubstanciam, procurando projectar-se mais ao largo, no tempo e no espaço, cheias do desejo veemente que lhes imprime unidade e duração.

Assim, «não existe na história nenhum povo grande, forte, próspero, no qual não se descubram os sentimentos profundos e activos que se revelam por um ideal, uma religião, um mito, uma fé, — escreve Vilfredo Pareto. Todo o povo em quem êstes sentimentos se enfraquecem está em via de decadência. Muitos povos pequenos tornaram-se grandes porque tinham fé em si próprios. Um povo que perde essa fé encontra-se próximo da ruína». E Pareto acrescenta: — «Abandonai a história, se a observação vos agrada mais; e vêde o papel considerável que ainda

Digitized by Google

desempenham actualmente o mito da grande Alemanha, e o mito dos antepassados, da dinastia e da pátria, nos Japoneses vitoriosos. Por tôda a parte encontrareis fenómenos semelhantes, por tôda a parte e sôbre motivos sem valor lógico e absurdos tantas vezes, vós encontrareis êsses sentimentos que são a grande fôrça donde resulta a forma e o desenvolvimento das sociedades».

A transcrição de Vilfredo Pareto entrega-nos a interpretação positiva do «milagre» de Ourique. Cientìficamente não dispomos de dados para o negar em absoluto, apesar de documentalmente só no século XV o começarmos a achar referido. No entanto, não nos é lícito reputá-lo com inteligência leviana como uma fraude simples de monges. A noção do valor social dos mitos explica-nos como a crença unânime da nacionalidade nas promessas de Cristo a Afonso Henriques se manifestou sempre um poderoso incentivo moral nas decaídas freqüentes que o nosso país sofreu e de que conseguiu acordar, puxado as mais das vezes por uma energia tão repentina como surpreendente. É que no milagre de Ourique traduziu-se a confiança de Portugal no seu destino imorredoiro. Nêle tomava corpo concreto a vocação histórica da nacionalidade. Eis porque o «milagre» de Ourique é um dos aspectos mais vincados da religião da Esperança, filha do lirismo admirável da nossa raça e que no símbolo profundo do Encoberto depositou a maior das suas criações.

Digitized by Google

Arrastado pelo ridículo e pela sátira, o Sebastianismo, graças ainda à intervenção da crítica psicológica na história, apresenta-se para nós como uma virtude, e nunca como um defeito, do temperamento nacional. Quem se debruçou sôbre as páginas tristes do govêrno filipino, sente palpitar aí a faúlha ardente dêsse evangelho de redenção. É o momento em que nas celas pensativas de Alcobaça fr. Bernardo de Brito, tão caluniado como incompreendido, reelabora em proveito dos nossos pergaminhos de povo as miragens eruditas da Renascença. Não inventa fr. Bernardo de Brito nem a vinda de Tubal, neto de Noé, às Espanhas, nem o parentesco lustroso dos lusitanos com os deuses do Olimpo, por parte de Lísias, filho de Baco. Ùnicamente, dando à estampa, durante o domínio castelhano, a *Monarquia Lusitana*, reivindica para Portugal, sôbre os falsos cronicones de fr. Ânio de Viterbo e de Florian de Ocampo, os seus direitos sagrados de nação, bem anteriores às pretensões de Castela, firmadas na suposta doação de Afonso VI à nossa D. Tareja.

Tôda a reabilitação de fr. Bernardo de Brito está numa passagem, mas passagem profunda, do «*Manifesto do Reino de Portugal presentado á Santidade de Urbano VIII N. S.*», em que as «*tres Nações, Portuguesa, Francesa, Catalan*» mostram «*o direito com que el Rey Dom Ioão IIII. Nosso Senhor possue seus Reynos, & Senhorios de Portugal, e as razões, que ha para se receber por seu Embayxador o Illustris-*

Digitized by Google

simo Bispo de Lamego» (Lisboa, 1643). Pois num documento de alcance tão importante e de tão transcendente gravidade se afirma e declara com a seriedade duma alegação poderosíssima a nosso favor: «... *Portugal em todos os seculos se governou como supremo, & illustrado sempre com o titulo de Reyno: Frey Bernardo de Brito raconta muytos Reys antes da vinda de Christo.*»

Mas a índole da *Monarquia Lusitana* mais se justifica se nos lembrarmos que em tôdas as apologias redigidas pelos jurisconsultos seiscentistas em defesa da nossa emancipação o milagre de Ourique nos surge inalteràvelmente ao lado dos inevitáveis textos do bom direito cesáreo, ou canónico, testemunhando a instituïção do Reino como um sucesso de origem divina.

No milagre de Ourique, — nesse mito formidável que exprime a resistência secular do nosso país à ameaça contínua da absorção espanhola e a certeza inabalável duma missão superior a cumprir, nós vemos as raízes místicas das profecias do Bandarra, que são uma revivescência atávica da poesia profética de Merlin, da falsificação sincera das Côrtes de Lamego, do *Juramento de D. Afonso Henriques* e de quantas peças de estrutura idêntica prepararam e robusteceram no inconsciente da nacionalidade o arranco libertador de 1640.

Já se entende agora como João Pinto Ribeiro, entre folhudos argumentos jurídicos, se socorra da *Visão de Esdras* para encontrar nas Escrituras o

Digitized by Google

Quinto Império do Mundo personificado em Portugal. De igual maneira se entende já a *Historia do Futuro* e a *Clavis Prophetarum* do P.e António Vieira, — o Sonho consorciado com a Acção. E não nos admiremos de se topar na *Lusitania liberata*, de António de Sousa Macedo, ou nos *Principios do Reyno de Portugal*, de António Pais Viegas, o milagre de Ourique representado em gravuras mais ou menos perfeitas, com o «*Volo in te et in semine tuo imperium mihi stabilire*», descendo da bôca de Cristo para a figura prostrada do nosso primeiro monarca. Eis o que Alexandre Herculano não percebeu, vítima dos vícios mentais da sua época, mas que a interpretação filosófica que dos mitos nos oferece Georges Sorel nos leva a aceitar, já debaixo de um outro critério.

Vendo, pois, no milagre de Ourique a confiança da nacionalidade na sua sobrevivência imortal, o exame rápido da nossa história nos ensina que os factos correspondem realmente a tal interpretação. Não acontece outra coisa em Seiscentos. É o que acontece na insurreição geral do país contra os Franceses. E na crise orgânica da nacionalidade pela derrota do Miguelismo, é ainda o milagre de Ourique que anima e eleva as esperanças caídas dos últimos depositários da tradição nacional. Desde que a crença no milagre de Ourique se dissipou, dissipou-se a crença na nossa finalidade, nunca mais houve um sentido colectivo na nossa vida de povo. É necessário regressarmos ao estado de espírito que, como voca-

Digitized by Google

ção social, o milagre de Ourique significa, se quisermos levantar a cabeça e sermos alguém no futuro!

É a lição que tiramos da guerra actual, no renascimento fortíssimo do instinto nacionalista por tôda a parte. A «mística» é hoje o mais vivo e o mais rico agente psicológico dos povos em luta. Lembra-se a França da sua predestinação para a vitória no «*Vivat qui Francos diligit Christus!*» do intróito da lei sálica ou do *Gesta Dei per Francos* dos velhos cronicões medievos. A Alemanha excede-se a si mesma, cheia das presunções teóricas do pan-germanismo, que, através da obra de Woltman e de Chamberlain, consagra o homem loiro como o herdeiro do Ária, *raptor orbis*, e o único fadado para o domínio do universo. E nós? Nós, de que fôrça vital nos ajudamos na hora baça que descai sôbre a nacionalidade? Ajudemo-nos do pensamento secular dos nossos Maiores, em nome dos que lá longe morrem batendo-se, e para fortaleza daqueles que dormem ainda no berço, não deixando sossobrar, nem na fé nem na coragem, esta nossa Pátria querida que, não cabendo mais na terra, até de Deus tirou o seu nascimento gloriosíssimo. Renovemos assim pelo esfôrço unânime de todos num só o milagre passado de Ourique, sempre presente na nossa história, para quem a souber meditar e sentir!

Digitized by Google

Digitized by Google

AS «LINHAS» DE ELVAS

Digitized by Google

Digitized by Google

AS «LINHAS» DE ELVAS

DIZ um livro velho que nessa manhã longínqua de inverno o nevoeiro se fizera cúmplice dos nossos. O exército castelhano acampava havia meses em frente a Elvas sitiada e lá dentro, na cidade, sofriam-se angústias dantescas — tanto o cêrco se prolongava, áspero. Não se esquecem as palavras com que o conde da Ericeira as descreve no seu *Portugal Restaurado.*

Ao espectro da guerra juntara-se o da peste e já a fome desdobrava a sua asa negra por sôbre a heróica sentinela fronteiriça. Dias se apontaram em que o número de mortos subiu a trezentos, «*originando êste excesso monstruosos efeitos*, — diz nos o Clássico —, *porque os vivos perderam de sorte o horror aos defuntos, e não sepultados, que nas guardas lhe serviam os corpos mortos de assento para jogarem*».

E a narrativa de espanto desenrola-se como um conto macabro, cheio das tintas mais alucinadas de

Digitized by Google

Poĕ: — «*De noite os soldados auxiliares e de ordenança que não tinham quartel, nem conhecimento algum da praça, iam dormir aos alpendres das igrejas, e a roupa dos cadáveres que estavam nêles, lhes servia de cobertura, e chegaram lastimosamente a faltar aos mortos aquêles sete palmos de terra para se enterrarem, que sempre se teve por impossível suceder aos mais desgraçados; porque fora da muralha não convinha dar-lhes sepultura, por não manifestar aos castelhanos a falta de gente que havia na praça, nem tirá-los do engano em que estavam, de que eram mais os soldados do que os mantimentos*».

Postada na raia, como verdadeira chave do Reino, Elvas sofria o mais duro ataque à sua lealdade inquebrantável. D. João IV morrera anos antes, ganhando, pelo seu tato habilíssimo, o tempo necessário para dum país sem defesa nem recursos levantar o esfôrço admirável que ia florir dali a pouco, numa manhã de Janeiro, em que, nosso cúmplice, o nevoeiro se bateu por nós. Com a menoridade de D. Afonso VI, achávamo-nos em regência. Era regente sua mãe, a rainha D. Luísa de Gusmão.

São dois factos êstes que demonstram a superioridade axiomática da verdade monárquica. Mesmo em regência, no impedimento natural do poder legítimo, a obra de D. João IV não sofreu nenhuma quebra na sua continuïdade, embora as rédeas do

Digitized by Google

govêrno as conduzissem as mãos duma senhora e embora essa senhora fôsse uma espanhola.

«*Os reis não têm parentes*» — já declarara dois séculos atrás a grande Isabel a Católica. O interêsse dinástico nacionaliza-os, realmente. Não falamos já de exemplos bem palpitantes e à nossa vista, como contemporâneos que são. Refiro-me ao caso dos Hohenzollern na Roménia. Mas até na época em que nós travávamos o duelo sagrado da nossa independência, com rara energia o demonstrava Ana de Áustria, irmã de Filipe IV, e mãe de Luís XIV, ao receber em 1641 os emissários de D. João IV. Francisco de Melo, um dêles, não se conteve que não lhe exprimisse a sua perplexidade pela maneira afectuosa e aberta com que a rainha os acolhera. Volve-lhe logo Ana de Áustria numa resposta que ficou famosa e que vale todo um compêndio de filosofia política: — «*É verdade que sou irmã de Sua Majestade El-Rei Filipe IV, mas não sou eu também mãe do Delfim?*» Adversária como era, da política da casa de Áustria a política da casa de França, — Ana de Áustria, contra os ressentimentos do sangue, abraçava pela razão do Estado a nossa causa, directamente identificada com a do trono de seu filho.

Outro tanto sucedia com D. Luísa de Gusmão. Dotada das mais raras qualidades, ninguém que ame em consciência a história do nosso país pode ignorar o juízo em que a reputava Luís XIV. A bra-

Digitized by Google

ços com dificuldades gravíssimas, D. Luísa de Gusmão, no meio da intriga e do desnorteamento em que por vezes parecia submergir-se a unidade do poder, consegue, afinal, triunfar sempre e ser em tudo a continuadora gloriosa da acção de seu marido. Momento particularmente difícil aquêle que a batalha das Linhas de Elvas epilogaria! Deprimira-nos deveras o insucesso de João Mendes de Vasconcelos, obrigado a levantar o sítio de Badajoz e a transpor o Guadiana, deixando na campanha para cima dum têrço da nossa gente, ainda que a dignidade das armas portuguesas se salvasse na escalada célebre do forte de S. Miguel. Como represália dirigida em pessoa por D. Luís de Haro, primeiro ministro de Filipe, veio de seguida o cêrco de Elvas. Governava-a D. Sancho Manuel, o futuro herói do Ameixial.

Intrépida, a guarnição manteve-se com honra. Mas o assédio alongava-se e a esperança de socorro bem pouco podia para vencer o flagêlo que abafava numa mortalha fúnebre a cidade, como que suspensa sôbre a incerteza do seu destino. E os dias passavam, lentos e escuros, com a linha inimiga fortificando-se cada vez mais no colar dos outeiros vizinhos, — passavam com a escassez e a penúria aumentando de instante para instante e com a fúria da peste crescendo insaciável. Os enfermos morriam de pura míngua e as galinhas, que rendiam o preço fabuloso de sete mil réis, — isto no século XVII, —

Digitized by Google

chegaram por fim a atingir quási o custo inexcedível da própria salvação. E incansável, a peste não se fartava nunca! É êsse o capítulo pavoroso do cêrco. «*Nas igrejas já não cabiam mais cadáveres, nos terraplanos das muralhas se sepultavam alguns, mas nos fossos não o podiam ser, porque eram de pedra*».

Depois o conde da Ericeira acrescenta, pondo-nos na carne arrepios inéditos de tragédia: — «*E por êste respeito foram muitos corpos sepultados nos ventres dos animais, porque, dos que conservavam algum tempo vivos faltando-lhes totalmente o sustento, se alimentavam dos corpos mortos com lamentável espectáculo*».

No entanto, sempre firme, sempre leal, Elvas resistia inabalàvelmente como verdadeira chave do Reino.

Conseguiu-se por entre dificuldades sem conta organizar o socorro. O cêrco durava ia já para três meses, quando D. António Luís de Meneses, à frente dum pequeno trôço de exército, saíu de Estremoz, resolvido a cortar as linhas castelhanas e a libertar a praça do anel de ferro que a estrangulava. Os nossos andariam à roda de 11.000 homens, a maior parte soldados bisonhos, mal instruídos na arte da guerra, como tropas tiradas das Ordenanças concelhias.

Não há dúvida de que o papel importante no desfecho do assédio coube aos Municípios da região, que enviaram os seus braços válidos, em auxílio de

Digitized by Google

Elvas sitiada, numa formidável revivescência dêsse formidável espírito local com que se têm escrito as mais belas páginas da nossa história e que é o segrêdo fecundo da alma da raça.

Um problema, — e problema de tôda a actualidade, se suscita aqui. Se a organização miliciana dos nossos Concelhos permitiu em Seiscentos a derrota de Luís de Haro, porque é que se combatem as democracias modernas na sua tendência para assentar em semelhantes bases a defesa militar do Estado? Efectivamente, à primeira vista, a observação é de pêso. Destrói-se, porém, depressa, se olharmos a que a guerra, dispondo embora de regras, representava então, e duma forma soberana, a interferência do *elemento-homem*, do *valor-indivíduo* na decisão dos seus conflitos. Hoje, inteiramente revestida dum carácter técnico, é uma *ciência* que se *professa*, e não uma série de proezas que se praticam à doida, num turbilhonar de instintos delirantes e de sentimentos elevados. Assim se compreende que a coragem pessoal dos franceses na guerra dos nossos dias se traduza em actos imediatos de bravura. Mas falta-lhes a *continuïdade* e a *coordenação*, que só o conceito orgânico do exército permite e desenvolve, — conceito incompatível de todo em todo com a concepção miliciana das democracias.

Pois com as Ordenanças dos concelhos alto-alentejanos D. António Luís de Meneses se meteu

Digitized by Google

ao caminho, ou da morte ou do triunfo. Janeiro de 1659, a 14. Não me esqueço do livro velho denunciando-nos a cumplicidade do nevoeiro. O nevoeiro, bom amigo desde que ao seu mistério confiámos o regresso do Encoberto, envolvendo-nos então numa massa confusa, protegeu-nos contra o adversário, incomparàvelmente superior em municiamento e disciplina.

Demos connosco nos seus redutos, debaixo da capa parda da bruma. Caímos em cheio e a valer. Na mancha densa da névoa, rufaram tambores de súbito, de algum modo como na surprêsa bíblica de Gedeão. O castelhano, iludido nas indecisões da manhã, não se apercebeu a tempo da nossa ordem de batalha. Tanto bastou para que as suas linhas se rompessem de pronto e pelo boqueirão aberto se engolfassem os terços do conde de Mesquitela. Da praça D. Sancho Manuel carregava sôbre o inimigo já desmoralizado, batendo-se à toa, sem nexo. Alto, o sol límpido de Janeiro sacramentava-nos agora num esplendor de apoteose. D. Luís de Haro, sangrando na ferida enorme da sua vaidade pisada, abandonara o exército ao duque de S. Germano, largando em desfilada para Badajoz. Já o sol declinava. Na cidade, ao longo dos muros, como numa cruzada santa, passeara-se o Santíssimo durante o estridor da batalha. Moribundos, os pestíferos erguiam-se dos catres para contemplarem ainda, com as pupilas dilatadas, a hora do resgate, descendo dos cabeços

Digitized by Google

fronteiros. A vitória tivera a rapidez das vinganças divinas, — sintetiza algures o poeta Eduardo Vidal. De facto, as nossas perdas não passavam de setecentos homens entre mortos e feridos. Os castelhanos, contando os prisioneiros, abandonavam no campo cêrca de onze mil baixas, — tantas como o pequeno exército saído de Estremoz para salvar a cidade em perigo.

Mas que resta hoje da glória excepcional dêsse Janeiro de 1659? Sôbre uma colina silenciosa um padrão silencioso. É bem o símbolo de Portugal arrastando a sua agonia na impassibilidade sacrílega dos homens e das coisas!

Digitized by Google

NUN'ÁLVARES

Digitized by Google

Digitized by Google

NUN'ÁLVARES

FOI ontem dia de Nun'Álvares pela comemoração nacional do seu nascimento. Essa figura erguida, uma das maiores da nossa história, é na sua dupla posição de guerreiro e de santo a incarnação perfeita da alma de Portugal. Ninguém como êle teve o gládio para manter a justiça e para defender a terra. Ninguém como êle soube o poder do espírito quando se recolhe em Deus e não confia senão na fôrça superior duma aspiração imortal! Entre a Espada e a Cruz decorreu feliz e gloriosa a existência passada da nossa Pátria. À Espada e à Cruz nós agradeceremos ainda o acto de milagre que nos há-de restituir ao caminho perdido da nossa vocação de povo.

Sôbre Nun'Álvares pesa a ignorância imperdoável de quanto êle nos merece como herói representativo da nacionalidade. Oliveira Martins surpreendeu-o em acasos brilhantes do seu brilhantíssimo talento. Mas a compreensão total do grande Condes-

Digitized by Google

tabre não a soube abranger o historiador, enevoada a sua inteligência pelas piores bastardias filosóficas. Um aspecto há, notável, no livro de Oliveira Martins. É aquêle em que o carácter do herói se destaca como formado moralmente pela influência mística da Cavalaria nos seus votos permanentes de sacrifício e de castidade. Oliveira Martins subtraíu-se assim, pela visão do que fôra a Idade-Média, às idéias dominantes no seu tempo, que consideravam os fenómenos místicos, debaixo da influência intelectual de Charcot, como puras manifestações patológicas. De resto, a *Vida de Nun'Álvares* vale mais como subsídio para a biografia mental do seu autor do que pròpriamente como o estudo que Portugal deve ao extraordinário patrono da nossa independência.

Nas *Crónicas*, — na singeleza gótica das suas páginas, é que nós podemos sentir bem Nun'Álvares em tôda a sua plenitude e em todo o alvorôço do seu coração de Cavaleiro e de Monge. É um compromisso de honra, cujo não cumprimento nos cobre a nós de vexame, redimirmos Nun'Álvares das falsificações literárias em que o seu nome se vê corrompido e corrompida a sua acção virtuosa e salvadora. Junqueiro, num panfleto que é a desforra atávica da sua ascendência israelita contra a nossa disciplina católica e monárquica, serviu-se do *Condestabre* como do braço de anátema que o ódio político do poeta precisava de armar na indignação retórica dos seus verbalismos truculentos.

Digitized by Google

Depois, numa página vergonhosa, um outro homem de letras tentou reduzir à estatura do *Condestabre* à craveira deplorável dum impulsivo sem grandeza consciente, quando não dum doido acabado e simples.

Era êste precisamente o ponto sôbre o qual eu desejaria insistir, não só para lavar a memória de Nun'Álvares do sacrilégio que a pretendeu enxovalhar, mas para demonstrar como cientìficamente as afirmações do senhor Júlio Dantas — é ao senhor Júlio Dantas que me refiro, — são erróneas e em todo indignas de quem conviva as coisas elevadas da inteligência. Sei que não é assunto para o debate rápido duma pequena nota. Mas enunciando-o, embora de leve, não fujo a declarar, a respeito do famoso libelo que uma fantasia censurável em quem se supõe fazer obra de história colocou na bôca do *Cardeal Diabo* durante o decurso da beatificação de Nun'Álvares, que êle não passa, o referido libelo, de um reflexo cabotino dos ensinamentos da Salpêtriere àcêrca do misticismo e da natureza das suas personificações. Ora o desenvolvimento dos estudos psicológicos modificou completamente as observações de Charcot. Ninguém como os místicos resolve e domina os conflitos da nossa vida moral, a que num livro recente, *L'hérédo*, com tanto vigor de expressão Léon Daudet chamou o «drama interior».

Inegàvelmente, desde que a «terceira experiência» ou «experiência religiosa» foi instituída pelas necessidades indagadoras da própria psicologia, não

Digitized by Google

é lícito já pensar-se àcêrca dos Santos como pensaria Mr. Homais alinhando os boiões da sua botica em Ruão. William James abriu o caminho. E hoje já não têm conta os trabalhos que, sem preocupações apologéticas, nos ajudam debaixo dum exclusivo critério experimental, a aproximar os Santos, como realidades vivas, da concepção sôbre-humana que nêles nos apresenta a Teologia.

Nun'Álvares encontra-se psicològicamente dentro dêsse juízo sereno e reabilitador. Nem êle é o histérico, que um golpe de efeito sôbre o público procurou inculcar como tal, nem a sua genealogia, por carregada de estigmas que se nos revelasse, constituïria motivo irremovível para uma condenação. Um médico ilustre, — o Dr. Ch. Fiessinger, — demonstra-nos que o *inconsciente* se educa e que a religião é precisamente o seu maior educador. A igual conclusão chegou igualmente Léon Daudet. De facto, nós não ignoramos que Santo Inácio de Loiola era um colérico, S. Francisco Xavier, um ambicioso, e o *Poverello* de Assis, um gastador. A disciplina religiosa interveio. E do colérico saíu o disciplinador admirável dos *Exercícios Espirituais*, do ambicioso o evangelizador das Índias e do gastador o espôso amorável da Senhora Pobreza, beijando as chagas dos leprosos e cantando ao Senhor Nosso Deus o louvor de tôdas as criaturas.

A Igreja exige para a canonização, mais que os milagres, o «exercício heróico» das virtudes cristãs.

Digitized by Google

O «exercício heróico» das virtudes cristãs pressupõe a afirmação da vontade. Se os Santos realmente não passassem duma floração hospitalar, de degenerados, mordidos de raivas epilépticas e com hiatos freqüentes de personalidade, a vontade desertá-los-ia, como abúlicos inevitáveis que seriam. Escuso de ressaltar a unidade de vida e pensamento característica dos Santos, que são essencialmente gigantes da vontade. A Santidade é assim uma introspecção activa e constante do *soi* — como diria Daudet, sôbre o *moi*, isto é, da parte deliberativa e consciente do nosso ser sôbre o tumulto de instintos em que a nossa autonomia espiritual quási sempre naufraga.

Enganou-se, pois, o senhor Júlio Dantas, — e enganou-se, não só como escritor mas até como médico, ao assegurar a degenerescência de Nun'Álvares. A unidade da sua existência moral é comprovada pelo testemunho das *Crónicas*. O epiléptico não se descobre nêle, porque a vontade no *Condestabre* é permanente e robusta. Há uma continuïdade de acção e de pensamento em Nun'Álvares que nos enche de assombro e dissipa tôda e qualquer suspeita de desequilíbrio. Violento e sangüinário? Mas eu inutilizo, logo que o senhor Júlio Dantas o deseje, a sua *acusação*. Então por ser casto? Mas hoje a medicina reconhece na castidade uma virtude higiénica. Talvez porque no desfiar dos anos se recolheu a um convento e vestiu a estamenha carmelita? Precisamente a isso responde a psicologia com a

Digitized by Google

«terceira experiência», verificando no misticismo, quando superior, um poderoso desenvolvimento da nossa individualidade.

Muito gostaria de me alongar com o interêsse que a questão legìtimamente suscita. Raspando de sôbre o *Condestabre* êsse pingo de lama que, afinal, nem o salpicou, os meus votos são para que a *Festa a Nun'Álvares* se torne um dos objectivos mais ardentes do espírito patriótico. Adoremo-lo nos altares e aclamemo-lo nas praças! Nun'Álvares mostra-nos com a espada terminando na cruz que o patriotismo é uma virtude eminentemente cristã. Como cristãos não consintamos jamais que nos roubem o Condestabre, traindo-o e abastardando-o numa espécie de culto maçónico, tal como o que teima apagar a Camões o poeta do renascimento católico, fiel à Igreja e ao sentimento ortodoxo emanado do concílio de Trento.

Juntemos os nossos esforços para que Nun'Álvares tenha o seu dia, — mas o seu dia como Santo e como Herói, não separando nunca as duas faces da sua alma admirável, que só se completam integradas uma na outra.

Digitized by Google

JUXTA CRUCEM

Digitized by Google

Digitized by Google

JUXTA CRUCEM

NO ano 60 da nossa era ainda Porcius Festus, funcionário romano, não tinha do Cristianismo outra idéia que não fôsse a duma disputa entre judeus «àcêrca dum certo Jesus-defunto, do qual Paulo diz que não morreu», — segundo as próprias palavras dos *Actos dos Apóstolos*. No entanto, a influência da religião nascente irradiava já pelo mundo, abrindo as avenidas a uma nova idade da história.

Ainda hoje, já quási duas vezes milenário o drama do Calvário, o êrro de Porcius Festus é o êrro de muita gente. A influência do Cristianismo admite-se como um incidente a mais na jornada religiosa da humanidade, sem que se atenda no que êsse facto representa de único e de transcendental. Eu francamente declaro que o chamado «milagre grego» nunca me deslumbrou. A civilização helénica é o racionalismo puro, é apenas a civilização da Linha. Escapa-lhe a essência íntima

Digitized by Google

das coisas e à alma, na sua riqueza profunda e dolorida, mal a conviveu, a não ser para a entregar aos anéis duríssimos da Fatalidade, no patético inexcedível da Tragédia. Mergulhando as suas raízes no mistério, é o Egito o laboratório sagrado, onde, antes de Israel, Deus se adorou de mais perto, embora através da mentira dos deuses. O destino do homem, a sua depuração e a sua segunda vida, transfigurada no prémio das obras praticadas, foi no Egito a base fundamental dos seus cultos herméticos e soleníssimos.

Assim se reconhece o motivo porque o Cristianismo, surgido à sua hora, reúne em si tanto elemento arrancado aos velhos ritos decaídos. Ecos adormentados da revelação primitiva, nêles ficara durando, embora corrompida, a mesma lembrança de Deus que é Pai e Julgador. Miserável como nenhum outro povo da antiguidade, a Israel caberia, pela consciência da desgraça do mundo, a proclamação duma alta justiça compensadora. Em todos, afinal, persistira, como flama débil, quási extinta, a adivinhação secreta de Aquêle que nasceria duma Virgem para nos dar um Mandato Novo.

Quando Êle um dia chegou, os seus não no quiseram. É então que nós contemplamos a razão sobrenatural do Cristianismo. Para que o «homem velho» se despoje e liberte do êrro original, participando da graça de Deus, Deus não hesita em revestir-se de formas transitórias, — em se amoldar

Digitized by Google

à nossa carne caduca. Pela lei do amor, eleva-nos, chama-nos até à posse de Si mesmo nos sacramentos. Nisto reside a Redenção. Nenhuma outra religião a prègou e só no Cristianismo Jesus, seu fundador, se prega a Êle próprio. A penitência se institui dêste modo e uma aurora inesperada amanhece para as consciências, caídas num pesadíssimo sono de morte.

«Ignoradas pela antiguidade, que em frente da culpa não praticava senão uma indulgência censurável ou um rigor sem piedade, — escreve Godefroid Kurth, — as instituïções penitenciais foram nas mãos da Igreja o fermento poderoso por meio do qual o mundo se levantou. Disseminada em plena sociedade pagã, com a escravidão à raiz e a tirania ao alto, a herança de Cristo, desde que concedia a todos os homens uma *alma*, tornava-se a asa invencível com que se transporiam os horizontes penosos da nossa penosíssima vida quotidiana. Foi um horror o agonizar da Cidade antiga! Sem um caminho, sem uma finalidade, apenas com Séneca debruçado para a nova lei que despontava, nada há melhor que se lhe compare do que os paroxismos da idade contemporânea, levada entre o oiro e a licença para o mesmo abismo inexorável em que o paganismo se despenhou. A distância nós compreendemos agora porque é que Santo Agostinho, do seu leito de morte, respondia sereno: — «*Não é o fim, é o princípio!*» — aos que lhe gritavam espavoridos,

Digitized by Google

vendo a cavalaria bárbara quebrar-se de encontro aos muros de Hipona: — «*Mas isto é o fim do mundo!*»

Achamo-nos, como outrora, ao voltar duma página difícil da história. Com o sentido materialista da existência, que as democracias divulgaram, a sociedade deixou esmorecer o direito de Deus no egoísmo áspero dos corações. «*Um novo mandamento vos dou: — que vos ameis uns aos outros, como eu vos tenho amado*», — disse o Senhor. Mas a voz do Senhor perdeu-se no tumulto das babilónias dissolutas. Por isso nós nos vemos desfeitos como o vaso de argila, de que fala o Salmista. Pareciam próximos os tempos anunciados pelo Filho do Homem: — «*Quando o Filho do Homem vier, encontrará êle a fé sôbre a Terra?*»

A verdade de Cristo quási que voltava a ser uma disputa estéril, sôbre «um certo Jesus-defunto, do qual Paulo afirma que está vivo», — segundo Porcius Festus, funcionário romano. Mas a Cruz com os braços abertos assistiria ainda a um calvário mais sangrento do que êsse em que serviu de patíbulo. Pascal dissera-nos uma vez que Jesus continuava em agonia até que o mundo se acabasse. E a agonia de Jesus renasceu, espantosa, na agonia espantosa da guerra actual! Quando a claridade suprema da civilização não tardaria a apagar-se, o sacrifício desceu, ruïdoso e opressivo, a purificá-la com o vento forte das hecatombes. «*Non est remissio sine sanguine!*»

Digitized by Google

E a letra das Escrituras cresce do fundo dos séculos e é hoje uma sentença impressa a fogo no limiar da sociedade que estremece.

S. Paulo aconselhava que não deixássemos extinguir o Espírito. Nós padecemos os flagelos da expiação, porque o deixámos extinguir. O que é a catástrofe que nos pesa como o pior dos remorsos senão o castigo do nosso orgulho? Na insensatez do gôzo e da opulência, só a Linha nos apaixonou, só com a Fôrça nos preocupámos. Captámos o Fogo, captámos a Água, quási que transpusemos o Ar, — a Matéria tornou-se a nossa prisioneira. Fora, porém, das regras sagradas do Espírito, eis que a Matéria se desencadeia e, — oh! o pavor duma civilização sem Deus, duma civilização fria e calculista! — nós somos esmagados por ela, — nós que nos julgávamos ser os seus dominadores!

E então, como na hora do Calvário, a agonia de Jesus repete-se. Repete-se na paixão das trincheiras, com êsse «cordeiro portador das faltas de todo um povo», — na frase admirável de Vallery-Rodot, que é nosso irmão, que é nosso filho, que é nosso pai, que somos nós mesmos, combatendo de noite e de dia na poeira e na lama. Metido no seu buraco, êle testemunha a Cristo no tormento sem-par duma civilização naufragando pelo defeito do seu excesso. Confessemos, pois, a nossa culpa, abraçados à Cruz! Pecámos pela dureza, — na loucura dos sentidos e na vaidade do entendimento.

Digitized by Google

Em resposta, no ar a Matéria revolteia despedaçando o homem, a quem não assiste mais a virtude invencível do Espírito. Se nada nos resta senão a Esperança, é a Esperança que a Mãe do Senhor faz florescer por sôbre os Túmulos. Não sejamos como os pagãos que não têm esperança! —, ensina o Ofício dos Mortos.

E, ajoelhados ao pé da Cruz, na humanidade de Deus chagado, possamos nós ainda aprender os caminhos que conduzem direitos à ressurreição junto d'Êle!

Digitized by Google

OS JUDEUS E OS DESCOBRIMENTOS

Digitized by Google

Digitized by Google

OS JUDEUS E OS DESCOBRIMENTOS

NÃO podemos deixar de nos referir à conferência realizada na Sociedade da Geografia sôbre a acção civilizadora dos Judeus nos povos peninsulares. Foi conferente o sábio rabino doutor Abrahan Yahuda, professor da Universidade de Madrid. É um hóspede a quem se deve cortesia. E como hóspede, numa isenção a que nos confessamos sensíveis, o senhor Abrahan Yahuda evitou quanto possível abordar alguns factos da nossa história, em que o seu critério de israelita dificilmente se combinaria com a interpretação rigorosa que é preciso dar-se-lhes, em face do verdadeiro interêsse nacional. Folgamos com isso, porque nos furta a reparos irritantes, sendo-nos extremamente simpático o cuidado que presidiu à conferência do senhor Abrahan Yahuda, tôda ela inspirada no louvor da gente da sua raça.

Ocupou-se principalmente o senhor Abrahan Yahuda da influência hebraica no desenvolvimento científico entre nós. Dessa influência resultaria o pen-

Digitized by Google

samento que determinou a nossa obra de descobridores e lhe obteve as necessárias condições de segurança e de êxito. É, afinal, a tese do senhor Joaquim Bensaúde no seu notável trabalho *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*. Contra as opiniões até então defendidas, chegou o senhor Bensaúde à conclusão rigorosa de que foi em Portugal, pela primeira vez no Ocidente, que se puseram em prática na navegação os processos derivados da observação dos astros. E simultâneamente o senhor Bensaúde demonstra-nos que as tábuas náuticas utilizadas pelos nossos navegadores não eram tiradas, como se supunha, das *Ephemerides* de Regiomontano, mas sim do *Almanak perpetuum*, de Abraão Zacuto, que regera astronomia em Salamanca e mais tarde se passara a Portugal.

As afirmações do senhor Joaquim Bensaúde derruem tôda uma teoria de escritores ilustres que, de Humboldt a Andrade Corvo, atribuíam a Martim de Boémia a direcção científica das nossas emprêsas navais, sustentando-se conjuntamente que de Nuremberg, afamada pelo fabrico de aparelhos astronómicos, se importassem os instrumentos necessários para a boa direcção das nossas expedições marítimas. Assim não nos custa muito a compreender que Guilherme II, em 1905, quando da sua visita a Lisboa, se orgulhasse em plena Sociedade de Geografia da colaboração da ciência alemã nos descobrimentos dos portugueses.

Digitized by Google

A excelente monografia do senhor Bensaúde modificou a face do problema. Mas, quanto a mim, não conseguiu resolvê-lo definitivamente. Ora, como o senhor Abrahan Yahuda na sua conferência perfilha, ao que parece, as conclusões do senhor Bensaúde, afigura-se-me ser êste o ensejo próprio para lhes opor os meus reparos. Efectivamente, não concordo com a interferência decisiva dos judeus peninsulares nesse período áureo da nossa existência nacional, embora à célebre *Junta dos Estrólicos*, que funcionava junto de el-rei D. João II, pertencessem vários astrónomos hebreus. E não concordo porque, posta a questão em têrmos gerais, é bom recordar que Renan na *Histoire générale et système comparé des langues sémitiques* assegurava com a autoridade da sua larga competência filológica que a raça semita se reconhece quási ùnicamente por caracteres negativos. O semita individualiza-se, na verdade, não por qualidades criadoras, que não possui, mas antes por preciosos recursos de assimilação que êle valoriza excepcionalmente. Não dispõem assim duma arte, ou duma civilização, no sentido alto da palavra. Não é outro o juízo de Renan, ao escrever no pequeno estudo *De la part des peuples sémitiques dans l'histoire de la civilisation* que «o negócio e a indústria foram pela primeira vez exercidos em grande escala pelos povos semitas, ou, pelo menos, falando uma língua semita, — os Fenícios. Na Idade-Média, os árabes e os judeus tornaram-se também

Digitized by Google

os senhores do nosso comércio. Todo o luxo europeu, desde a antiguidade até ao século XVII, veio-nos do Oriente. Eu digo o luxo, e não a arte, porque dum ao outro está o infinito a separá-los».

Entende-se já porque eu não adiro incondicionalmente à tese do senhor Bensaúde. O Ocidente possuía uma ciência náutica remotíssima, com memória na *Odyssea*. A navegação aqui sobe aos fins do neolítico. É donde derivam as tradições apagadas que enchem de mistério e encanto o périplo decalcado por Rufus Festus Avienus na *Ora Maritima*. Claro que a essas tradições se ligaria forçosamente uma arte de navegar. Não é por literatura que Séneca afirma não ser Thule o ponto final do orbe *(non erit terris ultima Thule)*, conforme o pretendia a geografia antiga. O mar imenso, o Oceano sem limites, é nos *Errores* de Ulisses que nos aparece pela primeira vez, se não me engano. E tão ocidentais são as impressões contidas no *Nostos*, tão atlânticas elas são, que, localizado o poema de Homero no declinar resplendente de Mycenas, as moradas que lá encontramos descritas não guardam em nada a sumptuosidade da casa típica dos Átridas! A habitação de Ulisses é mais uma cabana nórdica, tal como no-la sugerem as sagas medievais, do que o palácio dum rei, como o requinte egeano os sabia erigir.

Foi, pois, o Levante que recebeu o influxo ocidental no conhecimento das coisas do mar. No descalabro da civilização do Cobre, quando nós mergu-

Digitized by Google

lhamos na sombra, para só ressurgirmos depois de Roma, alguma coisa subsistiria no entanto. Subsistiria em forma de conto, em forma de superstição, naturalmente. É que ao espírito empreendedor do ocidental correspondera, decerto, uma regra, como que uma direcção, tirada do convívio dos astros na imensidão das águas. Com o adiantamento das horas da história, essa herança perdida passa para o património da astrologia. A astrologia é exercida na Idade-Média, cavalheiresca e militante, por judeus e árabes, visto que a defesa do europeísmo, expressa na fé da Igreja, impunha aos cristãos o uso exclusivo da espada. Nós não ignoramos por outro lado que a chamada ciência hebraica e islamita não é mais do que uma apropriação da filosofia clássica, na sua forma racionalista, — o helenismo. É a altura de ouvirmos de novo Renan.

«Fala-se muitas vezes duma ciência e duma filosofia árabe, — observa êle —, e, na realidade, durante um século ou dois, na Idade-Média, os árabes foram nossos mestres, mas só enquanto não conhecemos os originais gregos. A ciência e a filosofia árabe nunca deixaram de ser uma mesquinha tradução da ciência e da filosofia grega. Desde que a Grécia autêntica despertou, essas míseras traduções ficaram sem sentido e não foi sem razão que os filólogos da Renascença iniciaram contra elas uma verdadeira cruzada. De resto, olhando de perto, essa ciência árabe não tinha nada de árabe. O seu fundo é puramente grego, e entre os

Digitized by Google

que a criaram, não se aponta um único semita. Eram espanhóis e persas, escrevendo o árabe. O papel filosófico dos judeus na Idade-Média é também o de simples intérpretes.

A filosofia hebraica desta época é a filosofia árabe sem modificações. Uma página de Roger Bacon encerra mais espírito científico do que tôda essa ciência em segunda mão, respeitável, sem dúvida, como um anel de tradição, mas despida de grande originalidade.»

Fui longo de mais na transcrição de Renan. Mas o seu depoïmento ajuda-nos a invalidar a tese geral do rabino Yahuda e ensina-nos, muito particularmente, como no caso das Descobertas a influência hebraica seria resumida, ao contrário do que pretende o senhor Joaquim Bensaúde. Ninguém duvida que da *Junta dos Estrólicos* faziam parte israelitas, físicos do Rei. Mas lá estava também o bispo de Ceuta, D. Diogo Ortiz.

E tanto as minhas reflexões ao trabalho do senhor Bensaúde correspondem ao aspecto definitivo do problema, que o astrolábio náutico não é mais que a simplificação do astrolábio plano que os árabes recolheram dos gregos e introduziram na Península. De quem o recolheriam os gregos na sua indicação originária senão das civilizações sepultas em Creta e em Micenas, — da extinta talassocracia do Egeu, impulsionada cá do Ocidente, talvez da misteriosa Tharsis de mais duma passagem da Bíblia? Assim não nos

Digitized by Google

espanta que a construção do primitivo astrolábio, que é o plano, se estude já minuciosamente nos *Livros del saber de astronomia,* de Afonso, o Sábio, de Castela. Há a acrescentar, ainda em favor do meu ponto de vista, que, na necessidade de se ordenarem tábuas de declinação do sol, para o efeito do cálculo das latitudes, do nosso D. João II é que partira a idéia, encarregando êle os seus «estrólicos» de resolverem a dificuldade.

Muito mais teríamos a objectar à conferência do doutor Abrahan Yahuda ùnicamente dentro do campo em que o ilustre rabino se colocou. Limitamo-nos a aconselhar os curiosos do assunto a percorrerem com vagar os primeiros capítulos da magnífica obra *Estudos para a história dos cristãos novos em Portugal,* publicada na *Revista de História* pelo senhor J. Lúcio de Azevedo. O senhor J. Lúcio de Azevedo é dos poucos em Portugal que escrevem história e, tirando uma ou outra tendência crítica do seu espírito, a maior parte das suas páginas poderiam ser subscritas por um integralista. Folgo sinceramente de lhe prestar aqui a minha homenagem. E quando outro motivo não houvesse, êsse me bastava para que a conferência do doutor Abrahan Yahuda deixasse no meu espírito a melhor das lembranças.

Digitized by Google

Digitized by Google

COM JOÃO COUTINHO

Digitized by Google

Digitized by Google

COM JOÃO COUTINHO

QUANDO eu entrei em Badajoz, desmaiava a tarde nas terras agachadas da raia. Era já Maio, todo florido de giestas de ouro e de casulos roxos de rosmaninho. Para trás ficara-me ondeando a maré larga das searas. Guardando a fronteira, do alto do seu monte sagrado, Elvas atalaiava a linha do horizonte. Podia tirar-se um curso de energia nacional, ao longo do chão rugoso em que o extremo de Portugal agoniza. Palpita ali bem a alma centenária dos que morreram marcando a divisória do seu sangue e do seu lar, tornando em lâmina aguda de espada o arado tôsco da véspera!

Na planura sem sombras, com uma ou outra árvore esquecida, eu sentia agitar-se alguma coisa que, embora viesse do vago, tinha, no entanto, um eco profundo nas minhas veias, dentro da obscuridade enigmática em que as raízes do meu ser mergulham. A courela bendita da pátria tomava voz nas minhas reminiscências hereditárias. A raia já ficara

Digitized by Google

transposta. Falavam-me outras gentes, outros costumes. E sem rebuscar atitudes, naturalmente, instintivamente, voltei a cabeça para Elvas, aureolada na distância, num mal disfarçado adeus.

Pensando em Barrès, meu professor de sensibilidade, assim entrei em Badajoz. Na mole inexpressiva do casario gravava uma nota de energia crispada a tôrre morena da Catedral. Aqui e além, farrapos de fortificação, — ameias suspensas, campanários derruídos. Dia de semana com a população a espairecer os ares amoráveis da noitinha. O rio, sujo, corria lento e bem disposto — não fôsse êle o Guadiana do conto que nós sabemos! —, sendo a defesa mais forte da cidade. Passavam carros com *señoritas* debruçando-se. Antes da ponte, com uma enorme condecoração espalmada na farda vistosa, cruzámos com um militar vagaroso e solene, passeando-se de espada numa mão e de bengala na outra. O cómico e o sério — definição justa da alma espanhola! E o soneto de Tolentino acudiu-me de súbito à lembrança, tão depressa o carro bateu a arcaria da ponte:

«Passei o rio que tornou atrás,
se acaso é certo o que Camões nos diz,
em cuja ponte um bando de aguazis
regista tudo quanto a gente traz.»

Sucedeu-se depois o emaranhado das ruas mesquinhas e antipáticas. Torcendo por cotovelos inex-

Digitized by Google

plicáveis, apeamo-nos em frente da Sé, à porta do «Garrido». Eu ia visitar João Coutinho. Mandei o meu nome e introduzido numa saleta incrível João Coutinho não se fêz demorar.

João Coutinho é, como eu, alentejano e precisamente da mesma região. Vem duma velha linhagem, com as suas raízes agarradas por um longo trabalho de séculos ao coração da terra em que nasceu. Refiro-me aos Fragosos de Sequeira, senhores em Portalegre, do vínculo dos Fragosos e do morgado dos Sequeiras. Pelo lado dos Sequeiras deve João de Azevedo Coutinho descender daquele D. Afonso de Monroy, clavário da ordem de Calatrava, que seguiu primeiro o partido de Isabel contra a «Excelente Senhora». Acomodado, depois, à bandeira da infeliz princesa, passou-se a Portugal onde instituíu casa, que cedo se enlaçou com os Sequeiras da Tôrre de Palma, no concelho de Monforte. D. Maria Marcelina Fragoso de Sequeira Metelo e Monroy se chamava uma dama da família de João Coutinho que se aliou no século VIII com um dos representantes da minha, o capitão José Pedro de Matos Mergulhão. Dêste casamento nasceu o insigne economista Joaquim Pedro Fragoso de Mota de Sequeira, sócio fundador da Academia. Mais duma afinidade, mais dum contraparentesco, nos aproximava. Trocadas as primeiras palavras, João Coutinho, na robustez ciosa do seu aprumo, é quem imediatamente o recorda. Falamos então da larga demanda que houve entre os

Digitized by Google

ascendentes de João Coutinho e o ramo que se enleava com os meus, por causa do morgado de Fragoso.

João Coutinho revela-se conhecedor da sua história familiar, e, com uma expressão de desgôsto, alude ao túmulo de Gaspar Fragoso, filho dêsse António Fragoso, cujas gentilezas nos conta Gaspar Correia nas *Lendas da Índia*, — túmulo que é um belo retalho arquitectónico, abandonado em Portalegre à profanação duma cavalariça.

E de impressão em impressão, a conversa toma o rumo do que mais de perto nos tocava. Exilado, João Coutinho apurou no estrangeiro as suas idéias e o herói da epopeia africana completa-se agora com o político, possuïdor de vistas largas e documentadas.

A sua figura expansiva abre-se um pouco mais ainda, quando eu o interrogo sôbre o futuro de Portugal. Com o monóculo entre os dedos, cava-se-lhe de súbito uma ruga de sofrimento. Mas, logo o olhar se lhe ilumina num corajoso acto de esperança. Tudo se desfez, nada se reconstruíu! Quando Ministro da Marinha, dos seus projectos, dos seus planos, deixados a um canto na papelada inerte do ministério, ninguém se quis aproveitar. Lentamente, alguns renascem agora, — mal adaptados, cerzidos à fôrça a uma realidade social que por natureza lhes é hostil. E João Coutinho insiste, insiste no desejo de *servir*, — de dar o seu último alento pela pátria renovada e salva.

Digitized by Google

— «Se não fôsse o meu pé, e se me quisessem, quem ia comandar os marinheiros em África era eu!»

Suspende-se, melancólico. A noite descia, — a noite dura de Castela, na dureza de uma cidade incómoda e sem gracilidade. Procuro desanuviar a tortura íntima que pesa agora sôbre a fisionomia espelhada do herói. Digo-lhe como o seu nome é querido e como de todos os que foram seus pares na glória e no sacrifício, êle é o mais popular ainda. Veio avivar-lhe a antiga auréola a aventura romanesca com que em 1913 conseguiu escapar-se às fúrias da jacobinagem. João Coutinho sorri-se. É a sua vez de interrogar.

— «E os rapazes? Nem você calcula como confio na geração nova! Merece-me todo o carinho, merece-me todo o aplauso. Como vocês são outros!» E João Coutinho evoca-me a mocidade do seu tempo. Valente, leal, mas deixada das coisas sérias de meditação e de estudo. O resultado viu-se quando a hora da crise apareceu, túmida de catástrofe.

— «Por que não escreve as suas Memórias, senhor conselheiro?» — lembro-lhe eu.

— «Talvez! Talvez!» — E daí a nada, como eu teimasse, gargalhava a propósito da sua negação literária. «Imagine você que no meu exame de retórica, — o examinador era o pobre José Silvestre Ribeiro! — eu tive a habilidade de lhe arranjar um alexandrino com dezasseis sílabas!»

Digitized by Google

Bom humanista, dado aos segredos e aos rigores da estilística, eu suponho a cara de espanto de José Silvestre Ribeiro diante dessa diabrura de rapaz bem disposto!

E João Coutinho volta ao seu entusiasmo pela obra da gente nova. Afirmo-lhe também o nosso entusiasmo pelo seu prestígio de chefe. Esquiva-se, brincando com o monóculo. E, olhando ao longe no passado, a conversa enche-se de traços animados das suas campanhas. Nos Namarrais, por exemplo, João Coutinho preparava-se no sossêgo do «quadrado» para a sua higiene matinal, para o seu banho. De repente, o tiroteio irrompe do mato, entra-se em fogo vivo. João Coutinho não se perturba. Salta para a frente dos seus homens e comanda o combate em *toilette*... de Adão.

As anedotas sucedem-se, sucedem-se os episódios. Fixo um que me comove. Avança-se pelo sertão debaixo de perigo numa caminhada exaustiva. João Coutinho vê que uma praça da Armada sai da linha e afrouxa o passo. Corre a ela, e apressa-a com a espada. Não tarda, porém, que o informem de que o marinheiro estava ferido. — «Ó rapaz, desculpa!» E diante dos camaradas, estende-lhe a mão, acrescentando: — «Eu bem sabia que um marinheiro português nunca fica para trás». — «Viva o nosso comandante!» E êste grito, saído de todos, uniu-os à doida para uma carga brilhante.

Sorrindo sempre, parece-me que João Coutinho

Digitized by Google

talvez lute com uma lágrima muito escondida. Considero-o novamente, na nobreza duma vida, que é dos mais lindos resumos das virtudes antigas da nossa raça. Soam badaladas na Catedral. A noite avança. Estamos fora, na praça. O ar é hostil, hostis os rumores que nos cercam. «Então quando entra, senhor Conselheiro?» — «Sei lá, meu amigo!» E os ombros caïram-lhe numa frouxidão de cansaço.

Momentos depois despedíamo-nos e João Coutinho afastava-se numa resignação de vencido. Vi-o do carro, sumir-se no escuro, como uma sombra que se apaga na noite.

Os cavalos pisaram com estrépido as calçadas de Badajoz. Senti no rosto uma lufada mais fria. Ia na ponte, com o Guadiana muito quieto lá em baixo. E só então eu reparei que não chegara a sair de Portugal, porque a terra bendita da pátria João de Azevedo Coutinho a continuava ali em Badajoz, à sombra da Catedral, na meia sala modesta dum modesto hotel de província.

Digitized by Google

Digitized by Google

CIÊNCIA E DEMOCRACIA

Digitized by Google

Digitized by Google

CIÊNCIA E DEMOCRACIA

AINDA que tardios, não pode ficar sem comentários a conferência do senhor Almeida Lima. Ela é representativa, em tôda a sua miserável nudez intelectual, do que, em verdade, se chamará a inteligência republicana. Não aludo já ao facto pitoresco de um general se confessar enternecidamente democrata, ao cabo duma incruenta carreira militar. Basta-me que saliente as responsabilidades profissionais do senhor Almeida Lima, para que, através das suas afirmações, a nada se reduza a presunçosa reputação científica que porventura lhe advenha do seu título oficial de professor.

O senhor Almeida Lima pertence àquêle tipo dos «burocratas do pensamento», com tanta incisão definido por Georges Sorel. Eu não mando nas coisas da instrução dêste pobre país. Mas, em meu entender, depois das provas públicas de outro dia, o senhor Almeida Lima deveria ser jubilado, — e jubilado por manifesta incapacidade mental.

Digitized by Google

É talvez desnecessário desfiar aqui tôda a sociologia pré-histórica do senhor Almeida Lima. Começou por se declarar optimista, concluindo, pelas passadas de Jean-Jacques Rousseau, nas cantilenas conhecidas da Democracia. Arcaico *demi-savant*, para quem a cultura da última metade do século que passou é palavra escusada, o conferente da *Mocidade Republicana* não faltou a nenhum dos lugares-comuns do estilo. É o seu hábito velho de repetidor, nem sempre feliz, de quanto os outros escreveram e disseram vai quási para cem anos.

Assim, logo de entrada, com ar de sentença profunda, o senhor Almeida Lima viu na democracia a realização terrena do mandamento de Cristo: «*Amai-vos uns aos outros*». Míope decerto, o graduado conferente não logrou perceber que, enquanto a Democracia se baseia na *bondade natural* do homem, o Cristianismo parte da sua *culpa original*. Porque o homem é *bom* e a sociedade é *má*, a Democracia é lògicamente a revolução permanente. Porque o homem é *mau* e a sociedade é que o reprime e corrige, o Cristianismo, ao contrário da Democracia, constitui a razão eterna de tôda a ordem legítima e de tôda a legítima autoridade. De resto, o próprio Cristo o proclamou: — «*Não penseis que eu vim espalhar a paz sôbre a terra; eu vim trazer não a paz, mas a espada.* (S. Mat., X, 34)». A índole *pessimista* do Cristianismo, instituindo a disciplina e a penitência, está contida neste versículo, que é

Digitized by Google

a refutação acabada da ligeireza oratória do senhor Almeida Lima.

Não ignoramos que o doutrinarismo democrático é uma heresia social, nascida da secularização do espírito bíblico através da formação calvinista de Rousseau. Ainda há pouco, numa curiosa brochura, *Le péril mystique dans l'inspiration des démocraties contemporaines*, o publicista Ernesto Seillière acentuava nìtidamente as origens místicas da Democracia, ao mesmo tempo que traçava o elogio da Igreja pelo seu misticismo racional e humano, reprimindo os exageros e apontando-lhe quadros teológicos seguros. Saído dêsses quadros pela via da Reforma, o subjectivismo frenético de Jean-Jacques Rousseau é na idade-moderna o digno sucessor de quantas bastardias religiosas perturbaram e ensangüentaram o admirável período medievo.

Verdadeira nulidade insuprível, era isto naturalmente o que queria dizer, lá a seu modo, o professor Almeida Lima. Mas, coxeando sempre no raciocínio e no argumento, a fraqueza da sua cultura desmascara-se com uma ingenuïdade primitiva, ao entrar no franco elogio da Revolução. O processo da Revolução encontra-se hoje feito, desde Taine a Le Bon, sem falarmos de Balzac, de Comte e de Le Play, para que nos demoremos a salientar as liberdades, — chamemos-lhe assim! —, do senhor Almeida Lima que, segundo o costume dos seus cálculos sempre errados, se lembrou de chamar «quarto estado» à

Digitized by Google

gente miúda da burguesia que na antiga sociedade francesa constituíra um «estado» ou «braço» sim, mas «terceiro», e não «quarto». Mas há mais que examinar na conferência em questão. São os fundamentos científicos com que o senhor Almeida Lima procura estabelecer a superioridade teórica e prática da Democracia. «Os democratas são evolucionistas, — escreve Jorge Valois no seu livro *Le Cheval de Troie.* — Acreditam todos, com mais ou menos fôrça, nesta doutrina (que se apoia sem a menor razão, sem nenhum título, no darwinismo), segundo a qual tôdas as instituïções, em evolução desde as origens, tendem a um estado uniforme de que a liberdade completa será a lei, repousando tôdas as convenções sôbre o livre entendimento».

Eis a fotografia exacta do pensamento do nosso suposto homem de ciência. Não é outra a tese que se esforçou por manter perante um auditório de fácil contentamento. Dêste modo, o senhor Almeida Lima fêz acto de fé no mito já decrépito e sem valimento, que é o Progresso Indefinido. Eis um problema complicado, — o do Progresso. Mas uma ligeira passagem de Vacher de Lapouge talvez esclareça a semelhante respeito o senhor Almeida Lima. «E a lei do progresso? Esta quimera do nosso tempo desvanecer-se-á amanhã. A fé no progresso é um sonho paradisíaco. A antiguidade acomodou-se para viver o melhor que pôde o seu presente, sem pensar em futurações longínquas. Cada geração aspirava sòmente

Digitized by Google

ao tempo em que a vida menos complicada tornava a luta menos áspera... O Cristianismo, transportando para o futuro as delícias edénicas, encheu a humanidade de sonhos de felicidade vindoira. Os filósofos modernos, rompendo com o dogma, fizeram descer o paraíso à terra e julgaram entrevê-lo, de olhos encantados, nas brumas dos séculos por vir».

E Vacher de Lapouge continua, negando com ferocidade: — «Êles invocaram a grande Pitonisa, a ciência, e durante a metade do século as descobertas sucessivas da Paleontologia embalaram-nos de esperança; porém, à medida que os dados científicos se tornavam mais precisos e mais numerosos, essa esperança evolava-se a pouco e pouco e o futuro parece que o sentíamos fechar-se.

A Química, a Física, a Astronomia, a Geologia, a Paleontologia, a Biologia, concordam nas suas conclusões definitivas. O sentimentalismo sonhador da geração passada via nas ciências tantas profetizas como outras tantas felicidades a desfrutar, quando são fúrias que mostram diante de nós, e sem cessar cada vez mais próximo, o abismo inevitável do nada. A dominar o seu côro diabólico, a gargalhada de Mefistófeles sobe no infinito, sacudindo como crânios vazios os mundos extintos que rolam na eterna obscuridade». *(Les sélections sociales).*

Mas os caminhos de ferro, a telegrafia sem fios, a aviação? — brada, esgaseado, o senhor Almeida Lima. Se não existe o Progresso, existem pelo menos

Digitized by Google

os meus inventos! — acrescenta ainda o verdadeiro sábio. Devagar, mais devagar! A definição da ciência deu-a Henrique Poincaré: — é uma hipótese que a realidade confirma. Não lhe exageremos, contudo, o alcance. Limita-se apenas ao mundo material, ao mundo imediato dos sentidos. Não *cria*, *verifica* ùnicamente. «Fala-se constantemente do renovamento que ela, ciência, traz consigo, — observa Bourget, — sem se reflectir que êsse renovamento não é senão a descoberta e a exploração de factos que preexistem sôbre a sua descoberta e que não são modificados pela sua exploração. Antes que Watt constatasse a fôrça expansiva do vapor essa fôrça produzia-se. A criação da máquina a vapor não é, no sentido próprio, um facto novo. É uma combinação dum facto imutável». E Bourget refere-se à fórmula que, num dos seus romances, Balzac coloca na bôca dum matemático: — «O homem nunca inventou uma fôrça. Dirige-a sòmente e a ciência consiste em imitar a natureza».

Para que foi então o senhor Almeida Lima celebrar a democracia, fiado na lei do Progresso? À sua concepção evolucionista opõe-se hoje a *constância original dos seres*, formulada por René Quinton. A democracia é o estado inorgânico duma sociedade primária ou, na hipótese pior, a queda irremediável duma civilização já sem estímulo de vida. O optimismo aprazível do aprazível conferente não passa, no fim de contas, duma boa e bem achada anedota. O próprio

Digitized by Google

Jean-Jacques o renegava, — e com que cinismo, com que desenvoltura, santo Deus! «Os homens são preguiçosos, vãos, inimigos de todo o espírito superior, — medita êle no *De l'homme*. Aos medíocres, penetra-os uma raiva secreta contra os sábios. Para que me persuada da inutilidade do esfôrço, eu adularei a vaidade do estúpido, tornar-me-ei querido dos ignorantes. Serei eu seu mestre, êles os meus discípulos, e o meu nome, consagrado pelos seus elogios, encherá o universo... Em suma, declararei os homens bons, lisonjeando o desejo que êles têm de se imaginarem assim». Se o senhor Almeida Lima publicar a sua conferência, eis uma epígrafe que eu lhe aconselho.

Ao inverso da *especialização* crescente a que a *competência* obriga, o senhor Almeida Lima concluíu, pois, pela *nivelação*. De que serve então a Ciência? Para que é s. ex.ª professor? Vejo-lhe já daqui o sorriso triunfante. A *nivelação* mas pela *ascensão*, — responder-me-ia, se a sua omnipotência professoral descesse até à minha escondida insignificância. Mas isso não é a democracia. A democracia é a mediocridade, é a vitória do número, é a confusão de classes, o regresso às origens.

Digitized by Google

Digitized by Google

A ESTÁTUA DO MARQUÊS

Digitized by Google

Digitized by Google

A ESTÁTUA DO MARQUÊS

AS diversas irmandades maçónicas de Lisboa foram ontem ao tôpo da Avenida, de avental e trolha, lançar a primeira pedra do monumento ao marquês de Pombal. Já não falo do insulto estético que êsse monumento virá a ser no futuro, em face do projecto aprovado. Só lembrarei que Lisboa vai ter mais uma estátua e que, como quási tôdas as estátuas que lhe decoram as pobres praças, não passará duma triste consagração de partido. Raras são, em verdade, as consagrações nacionais que em Portugal se perpetuaram no monumento público. Vasco da Gama continua esquecido, esquecido continua Nun'Álvares! Figuram, bem o sei, sôbre o arco de triunfo da rua Augusta. Mas ninguém dá por êles lá tão altos e só servem de pretexto para acompanhar o próprio Marquês, que ao seu lado se perfila em mármore do mais claro dêstes claros reinos fidelíssimos.

Digitized by Google

Verificamos assim com tristeza que a história do nosso país é sempre a história escrita pelo partido vencedor. A verdade portuguesa ninguém a procura, ninguém procura a justa compreensão do nosso passado. As conseqüências são recolhidas na vilíssima decadência em que dia para dia nos submergimos e de que, primeiro do que ninguém, o marquês de Pombal é o responsável. Exactamente aquela parte da sua obra em que êle mais contribuíu para a ruína de Portugal é que os homens da Maçonaria se congregaram ontem para celebrar, imortalizando-o na pedra morta duma estátua. Se o saúdam como seu precursor, não se enganam decerto! Apesar das *Apologias* em que o marquês ao fim da vida acautelou perante Deus e perante a posterioridade os desassossegos da sua consciência, Pombal, como discípulo dos Enciclopedistas, cheio das maiores influências jansenistas e regalistas, foi bem na nossa Pátria o batedor da Revolução.

Não o encaram como tal alguns espíritos simplistas que, vendo na suá ditadura impertigada a aplicação completa do absolutismo em voga no século XVIII, a consideram inteiramente em desacôrdo com as chamadas «idéias progressivas» através das quais a divisa do novo monumento — *Delenda reactio* —, o pretende festejar. Pois enganam-se, — e enganam-se com uma santa ingenuïdade, os que de boa fé concebem na sua inteligência um Pombal mais do Trono e do Altar do que das irmandades

Digitized by Google

maçónicas, a quem de há muito serve de orago! Pombal pertence à escola dos apelidados «reis-filósofos», imperantes de bota-abaixo, que, imbuídos pelos torpes ideologismos da Enciclopédia, rasgaram na Europa o caminho da Revolução pela sua política acentuadamente anti-cristã, — pelo individualismo despótico do Estado que, à maneira do modêlo romano, se sobrepôs discricionàriamente à formação histórica das nacionalidades medievais. Era a vitória definitiva dos Juristas que, na exaltação da autoridade do Príncipe, levavam o Estado-Pessoa, incarnado no absolutismo, à tirania impessoal do Estado, significada nas democracias modernas. Eis como o Absolutismo e o Liberalismo se abraçam em apertado parentesco, porque um facilitou a jornada do outro, embaraçando e garrotando na antiga sociedade as suas instituïções tradicionais e muito principalmente a autonomia das diversas classes, que, corpos intermediários da colectividade, constituíam a sua resistência natural e a sua natural representação perante o poder central.

Pombal marchava à vontade nessa corrente do seu século. A sua estada lá fora descatolizara-o profundamente, dispondo-o a aceitar os princípios jansenistas por intermédio do seu médico em Viena de Áustria. Embora não haja documento da sua filiação na Maçonaria, fortes presunções nos obrigam a reputá-lo como filiado, segundo o testemunho do P.e Delvaux *(Lettres du Portugal)* que no-lo apre-

Digitized by Google

senta por instalador duma loja em Lisboa aí à volta de 1750. O que é seguro é que a sua campanha contra os Jesuítas obedeceu a um plano preconcebido nas associações secretas, não sendo Pombal mais que um instrumento, confessado por êle mesmo, nas mãos de agentes do estrangeiro. Mentalidade estreita e sectária, Choiseul, que o utilizava sàbiamente, mofava dêle a tôda a hora, dizendo com freqüência: — «*Êsse senhor tem constantemente um jesuíta escarranchado no nariz!*» E o insuspeito Pinheiro Chagas não se contém que não descreva o fero ditador numa penada feliz: — «Para Pombal o carrasco foi sempre o grande meio de govêrno». Caricatural e majestático, o país pouco mais lhe pode agradecer do que a reedificação de Lisboa. Nem é dêle — está já hoje apurado —, a frase conhecidíssima: — «*Enterremos os mortos e cuidemos dos vivos!*»

À condição agrícola de Portugal, firmada na propriedade e na família, quis Pombal substituir um regime de monopólio e companhias, com base no capital e no comércio. Abstracto todo o seu reformismo, é geométrico como a planta sôbre a qual ressuscitou Lisboa, caída por terra. Não acaba o conto das suas concussões e das suas violências. Arruïnou o Brasil, entregando-o à exploração de traficantes, de cujos lucros por vezes partilhava. É dêle a criação da *Real Mesa Censória*, que tolheu a liberdade do pensamento, limitada sempre com

Digitized by Google

benevolência pela velha censura eclesiástica. As letras que, pôsto de parte o mau gôsto da época, haviam florescido com D. João V, sufocaram-se debaixo da luneta desconfiada do Marquês, para só viverem no reinado seguinte pela fundação da Academia Real das Ciências e da Biblioteca Pública. Êsse reinado, sim! que traduz uma tentativa séria de valorização da nossa riqueza pública, a despeito das calúnias que o desacreditam. Mas bastam só as *Memórias Èconómicas* da Academia para que a verdade brade mais alto que quantas inexactidões a seu respeito correm impressas.

O processo do Marquês encontra-se instruído e concluso. À Inquisição deu-lhe o tratamento de Majestade, fê-la quási uma pertença de família, como no-lo prova o senhor Jordão de Freitas no seu interessante estudo *O Marquês de Pombal e o Santo Ofício da Inquisição*. Os Autos de Fé executados durante o seu govêrno sobem a 61, em que saíram, pelo menos, 2.092 indivíduos, «sendo 2.003 *penitenciados*, 42 *relaxados em carne* (29 homens e 13 mulheres) e 47 *relaxados em estátua* (37 homens e 10 mulheres)». Entre os relaxados em estátua figura o célebre cavalheiro de Oliveira, colaborador do Marquês na sua reforma do ensino, e que, assim recompensado, gargalhava lá fora, em Londres, ao saber da notícia: — «*Nunca senti tanto frio na minha vida como nesse dia!*»

O próprio Pombal, como familiar do Santo Ofício, se apressou a ir em pessoa denunciar à Inquisi-

Digitized by Google

ção o pobre Padre Malagrida. O suplício do Padre Malagrida, — um inválido e um bom! — encheu de repugnância a Europa. Voltaire não se susteve que não exclamasse: — «*Ainsi l'excès du ridicule et de l'absurdité y fut joint à l'excès d'horreur*». O excesso do ridículo juntou-se, efectivamente, ao excesso do horror! E os dois excessos tornam-se maiores ainda se nos recordarmos de que Pombal ordenara para a Inquisição um novo regimento, redigido debaixo da sua dicção, onde no *Título III* do *Livro II* se trata largamente dos *Tormentos*.

De fugida fica bem emoldurado o ditador que ontem a Maçonaria correu a consagrar, de avental e trolha, ao cimo da Avenida. Dois traços para seu inteiro julgamento convém destacar ainda. É um o que se refere às maravilhas da sua administração. O outro cifra-se no depoimento do Marquês àcêrca da expulsão dos Jesuítas. A fábula da administração proba e previdente de Pombal acaba de destruí-la um livro recente do senhor Alberto Teles. Em números redondos se prova que dos lendários 78 a 80 milhões de cruzados, deixados por êle nos cofres públicos, não ficaram finalmente senão 360.000$000 no *Cofre da reserva* e 27.312$335 réis em dinheiro no Erário. Quanto aos Jesuítas, perante os seus julgadores, assim se expressava o Marquês em 1777:

«Declaro que tive sempre os Jesuítas por homens sábios, bons e úteis ao Reino. Declaro que quanto

Digitized by Google

lhes fiz, foi por ordem dos ministros de Espanha, tanto passados como presentes, e dos de França, principalmente de Choiseul, como consta da carta que êle me escreveu a propósito da morte do Delfim. Também foram instigadores os senhores F. e F., que foram os promotores dos rumores da república do Paraguai, os que cunharam as moedas da tal república e que escreveram a carta sôbre a ilegitimidade do rei de Espanha, atribuindo-a ao Geral da Companhia e fingindo a letra. Com o mesmo fim se procuraram excitar os tumultos de Madrid, tendo por autores e cabeças F. e F. sendo, porém, mais os concorrentes. Distribuíram-se para caluniar os Jesuítas trinta milhões, mandados a F., distribuindo-os em muitas pensões anuais aos F. e F., e ainda a outros, como consta dos atestados anualmente dados pelos supraditos, os quais se encontram no meu arquivo n.º 13.»

Na sua hediondez é êste o Pombal da História. Dêle pouco desejávamos para nós. Perseguidor da nobreza e do povo, o suplício dos Távoras e o incêndio da Trafaria enegrecem-lhe a memória para sempre. É da sua pena a *Deducção chronologico-analytica*. Daí descendem as velhas infâmias que, desenvolvidas e cultivadas, escurecem todo o nosso passado. Quando o Marquês morreu, acharam-lhe pedras no coração, que era desconforme. Tanto ódio alimentara consigo! Êsse ódio extravazou-se

Digitized by Google

e alimenta ainda a seita anti-patriótica e sacrílega que o venera.

Revestiu-se agora das formas duradoiras do mármore e quere solidificar-se em monumento ao tôpo da Avenida. Que o restaurador de Lisboa seja lembrado, — admite-se. Mas já não se admite que o imponham como um dos varões máximos da nacionalidade a um país que êle mais do que ninguém empurrou para a ruína! Convidado para a festa de ontem, se tivesse aceitado o convite, não seriam outras as palavras que eu lá pronunciaria!

Digitized by Google

ALJUBARROTA

Digitized by Google

Digitized by Google

ALJUBARROTA

FOI em 1385, numa segunda-feira, véspera de Santa Maria de Agôsto. Os nossos tinham jejuado duramente, segundo o preceito do dia, e a violência da Canícula castigara-os com uma saraivada de fogo, queimando-lhes as gorjas e desfalecendo-lhes os alentos. Se as fôrças morais não valessem mais do que o exército poderoso do rei de Castela, a incerteza da vitória e a massa compacta do inimigo abateriam, logo ao primeiro encontro, a gente da nossa terra, a quem animava uma alma comum, de que a verdadeira consciência ardia na consciência do Condestabre. Os homens do bom-saber e tôda a quadratura de juristas que assistia ao Mestre, já aclamado e coroado, pronunciara-se sempre abertamente, lá desde Abrantes, contra a temeridade da batalha. Só Nun'Álvares persistira, — só Nun'Álvares teimara, cheio do sentido religioso duma predestinação a cumprir. Se nós nos batíamos debaixo das bênçãos da Igreja, fiéis ao Papa Urbano, legítimo senhor da Cadeira Apostólica de Roma!

Digitized by Google

Cismáticos, os castelhanos mereciam os raios da cólera de Deus. Já o fradinho de Guimarães lhes anunciara o castigo. Chegava o momento de êle cair do céu, nas pontas agudas das nossas lanças. E numa balbúrdia sem nome, numa tropelada espêssa de cavaleiros e peonagem, a batalha venceu-se sem se saber como, quando desmaiava a tarde, em menos do suspiro de uma hora. Mais uma vez o milagre descera, como na alva distante de Ourique, sôbre os destinos misteriosos de Portugal!

Aljubarrota rematava assim a crise orgânica da nacionalidade, a que o instinto secreto da sua existência ia lançar para as lutas maiores do nosso desenvolvimento. O país conformara-se lentamente, pacientemente, sôbre o admirável trabalho dos dinastas afonsinos. Submetido o último reduto muçulmano, — e com pequenas excepções nós precisamos de ver no muçulmanismo peninsular mais um facto de religião e de civilização de que um facto de raça —, submetido o último reduto muçulmano na faixa acastelada dos Algarves, a condição agrícola de Portugal começara a fortalecer-se através da sua intensa vida municipal e graças aos grandes recursos sociais da Realeza mediévica. A unidade do Reino estava conseguida, e não demoraria o instante em que, apertados entre o Atlântico dum lado e o planalto castelhano do outro, as necessidades da expansão nos obrigariam a abrir caminho, ou para o nascente por terras de Espanha adentro, ou

Digitized by Google

então mais naturalmente para o domínio próximo das águas.

A política de D. Fernando reflecte já as exigências dessa necessidade. A obra do seu reinado não se pode julgar tão nula e tão nefasta como à primeira vista se nos manifesta, tôda subordinada pelos historiadores à sua cega aventura de amor. Nem a inconstância de D. Fernando significa apenas um defeito pessoal de carácter. D. Fernando sofre na sua psicologia desencontrada as influências contraditórias de tôda a criatura que nasceu numa época de transição. É numa época de transição que D. Fernando aparece.

A Idade-Média, cavalheiresca e militante, vai ceder a uma outra idade do mundo em que o direito aprendido em Bolonha pelos Letrados prevalecerá com o individualismo amanhecente da Renascença contra a constituïção tradicional da sociedade. Fernão Lopes apercebeu-se do fenómeno ao escrever com observação pasmada: — «*Porque se levantou outro mundo novo e outra geração de gentes?*» É aí, no reconhecimento duma volta brusca da história que não só nós descobrimos a chave do carácter de D. Fernando, como também o sentido oculto da crise que Aljubarrota epilogou.

Em meia dúzia de linhas, incisivas e fortes como os medalhões antigos, num livro que reputamos de bom, *O Doutor Minerva*, apesar do ar transitório do título, e de certos critérios de racionalismo hoje arcaico, eis como se exprime Manuel Bento de Sousa

Digitized by Google

àcêrca de D. Fernando: — «Uma nova lei há a cumprir-se no destino de Portugal — a expansão. Cabe isso a Fernando, o Formoso, que a sente, mas erra-a». Erra-a, porque, formado e governado pela influência marítima dos litorais, se ao Oceano Portugal devia a sua vida e a sua independência, para o Oceano se dilataria no prosseguimento natural da sua grandeza. O engano fatal surgirá mais tarde quando ao império do Mar e à posse de Marrocos nós substituirmos a loucura do Oriente. E a psicologia da era que para a nossa pátria se estreia em Aljubarrota, ainda Manuel Bento de Sousa a traceja com uma penetração superior: — «Os grandes homens que a hão-de entender (à expansão) vêm um reinado mais tarde. A expansão deve fazer-se para o mar, e D. Fernando intenta-a para o continente. As riquezas de Portugal despejam-se nas fortalezas de Castela, as boas moedas de D. Pedro vão correr no Aragão, refundidas em peças aragonesas. O rei não está à altura dos seus destinos». E Manuel Bento de Sousa fecha o seu juízo, afirmando sensatamente de D. Fernando: — «Tem o instinto, mas não tem a idéia, tem a aspiração, mas não tem a compreensão».

A pretensão de D. Fernando ao trono de Castela não é, pois, a leviandade que geralmente se supõe. Obedecia a uma política certa do rei, que tão bem serviu em tantos pontos a causa do seu país. Basta lembrar a lei das *Sesmarias* e a criação da *bôlsa* ou *caixa* de seguros para mareantes. Também a figura

Digitized by Google

de D. Leonor Teles carece de ser examinada dentro do seu tempo. Ela não é a mulher diabólica que o romantismo dos nossos historiadores nos pintou retòricamente, nem tudo o que há escrito a seu respeito nos merece fidedignidade absoluta. A história pratica-se e estuda-se como história. Não é com mentalidade de agora que se apreciam e interpretam circunstâncias de ontem. Já Stendhal dizia dos tempos feudais que não ser-se morto e ter no inverno uma boa vestimenta de pele era para a maioria da gente no século décimo a felicidade suprema. Em breves palavras Stendhal resolvia o problema do feudalismo contra as declamações sentimentais dos que defrontam a questão, colocando-a em relação a si próprios centenas de anos depois. Não sucede coisa diversa com D. Leonor Teles. Primeiro, nós conhecemo-la através da opinião do partido que a venceu. Em seguida, ninguém a julga em harmonia com a corrente política de que ela foi portadora na sua ambição desensofrida.

O drama ensangüentado que se soluciona com a subida da segunda dinastia ao poder só hoje é possível olhá-lo debaixo do ponto de vista nacional. A Pátria como conceito moral e social não existia ainda então definida nem na consciência nem no Estado. O que existia era o interêsse soberano do rei realizando consigo o soberano interêsse do agregado. O que existia era um estádio preliminar de nacionalismo, de que a nacionalidade consciente derivaria depois. Não é assim a indignação patrió-

Digitized by Google

tica que atira os municípios do sul e a populaça de Lisboa sôbre o invasor castelhano. É antes o eterno dualismo que nunca nos deixou amalgamar com o povo vizinho tomando relêvo e fôlego com fogosa violência. Na atitude dos concelhos transtaganos manifestava-se igualmente a *razão local*, que é a base e a fôrça de tôda a nossa história. Quem meditar um pouco o Cronista verá que as alterações de 1384 traduzem até um sôpro formidável de anarquia, que os limites tradicionais da Religião e da Realeza unificaram através do pensamento de Nun'Álvares e do Mestre para um desígnio que só em poucos tomava sentido e direcção. As convulsões de 1384 são os sinais do individualismo desordenado da Renascença que na crise orgânica da nacionalidade servirão para a libertar, por mercê daquelas duas formidáveis disciplinas, desviados para o exterior. Tanto é como pensamos que Basílio Teles chega a encarar a vitória do Mestre de Aviz como a sobreposição das províncias do Sul, erráticas, semitas, desenraïzadas, ao Norte agrário, prêso à terra e à conformação hereditária da raça.

Não me é fácil inutilizar aqui a tese do ilustre publicista. Salientamo-la ùnicamente para mostrar que não cabe o nome de «traidores» aos partidários de D. Leonor e de sua filha a rainha D. Beatriz. A Pátria, repito, não existia então moralmente, èticamente. Ia concretizar-se mais tarde em Quatrocentos na expressão da assombrosa reciproci-

Digitized by Google

dade colectiva que Nuno Gonçalves fixou para sempre nas suas tábuas imortais. O que estava então em presença era, dum lado, o tumulto das vilas, com um fundamento de diferenciação histórica para com o castelhano e com um fundamento de diferenciação social para com a nobreza detentora da autoridade e da terra, — e do outro lado a mesma nobreza, vivendo a sua educação medieval no culto da *honra* e obrigada pelo juramento aos direitos de D. Beatriz, que representava, com efeito, a *legitimidade*. Eis o único critério que nos entrega a compreensão dêsse conflito mais trágico do que nós imaginamos e a que só a missão admirável de Nun'Álvares, — a missão dum herói, mandado por Deus — conseguiu encontrar a solução necessária.

Saído da nobreza, D. Nuno tira dela as virtudes precisas para acudir à crise de que depende a sorte do Portugal futuro e aproveita o vento incendiário da rebelião que nos parece devorar para assentar sòlidamente a independência da nossa terra. Tal é a vocação dêsse herói extraordinário, que, como Joana d'Arc, é um verdadeiro enviado providencial.

Portugal rompia, dêste modo, do seu *nacionalismo* instintivo para a categoria já estável duma *nacionalidade*, graças à acção iluminada do Condestabre. Os juristas conferem-lhe depois os atributos reais do Direito, assinalando-lhe um princípio e uma finalidade. Aljubarrota marca a passagem duma fase embrionária e latente da Pátria para a sua maiori-

Digitized by Google

dade reconhecida, de agora em diante, nos vínculos recíprocos do sangue e da terra. A *Grei* vai surgir do choque doloroso duma hora mais longa do que as longas passadas dum século. E Portugal atira-se para o caminho do engrandecimento, com o seu génio já clarificado na vocação colectiva da nacionalidade que se conhece e possui enfim.

Não é outra a lição de Aljubarrota, cuja lembrança Portugal nos manda que a meditemos, para honra nossa e louvor dos nossos Maiores. É hoje tão incerto como então o nosso destino. Mas um acto de fé naquele alto esfôrço de outrora, que dorme dentro de nós o sono do Encoberto, vivificará talvez, no sonambulismo vergonhoso em que nos estagnamos, as energias de milagre que nunca nos faltaram, sempre que para elas houve alguém que apelasse. É êsse o encargo que pertence à mocidade do nosso país mais do que a ninguém.

Não nos amedrontem os negrumes de que se carrega o dia de amanhã! A estrada a pisar-se é só uma e já Deus nos fêz a mercê de nos ensinar qual ela seja. Se os perigos, aumentando, nos procuram como ferros de espada, tanto melhor! A nossa existência encher-se-á dum sabor de virtude e de heroísmo, por onde há-de regressar à nossa terra o património esquecido da sua glória e da sua grandeza. Só assim seremos dignos da pátria que nos foi transmitida como um bem de família e que, como um bem de família, é preciso defender e conservar!

Digitized by Google

NO FORTE DA GRAÇA

Digitized by Google

Digitized by Google

NO FORTE DA GRAÇA

CONTAM os jornais que, ao dar entrada no forte da Graça, o senhor Afonso Costa exprimiu desejos de conhecer a história de Elvas. Suponho que já lhe cobrirão a estreita mesa de trabalho algumas brochuras ignoradas, onde, ligados à glória da sua pequenina pátria local, ficaram impressos para sempre dois ou três nomes amigos, que eu desde bem cedo aprendi a venerar.

Mas que dirão essas páginas a um estrangeiro da nossa tradição, que outra coisa não fêz durante uma existência perdida senão desmenti-la e espezinhá-la? Debruçado das varandas da sua cela, Afonso Costa há-de sentir que tôda a païsagem o acusa, e cresce para êle, interpretando o sentir de quantos passaram e na pedra morena da velha cidadela fronteiriça deixaram insculpido o seu gôsto heróico em serem obedientes até na sepultura. Assim, se na meia sonolência da sua sensibilidade moral, as leis supremas do sangue podem erguer ainda a voz,

Digitized by Google

Afonso Costa talvez se esteja a estas horas confessando a si próprio como réu de traição imperdoável.

*

* *

É áspero o Dezembro alentejano, com noites piores do que uma jornada sem têrmo. Excitado, na chaga do seu orgulho abatido, Afonso Costa pede ao dia seguinte que lhe traga uma promessa de esperança. E o dia vem, o dia corre, some-se em golfadas de sangue contra o mistério da charneca, abrindo de novo as portas à noite, mais densa, mais carregada. Imóveis, as brochuras aguardam. Folheia-as impaciente aquêle que foi senhor dos nossos destinos. Como letras de fogo, salta-lhe logo à vista a divisa heráldica da cidade, que lá em baixo é uma pasta negra com luzinhas pestanejando. «*Custodi nos, Domine, ut pupilla oculi!*» Chave do Reino, crispada numa ruga belicosa da raia, como um louvor perpétuo da Terra e dos Mortos, Elvas resume-se na singeleza da sua epopeia nessa legenda admirável: «*Guarda-nos, Senhor, como a menina dos olhos!*» É bem o Portugal doutros tempos, arrojado e crente, proclamando a certeza da sua fé no evangelho eterno da sua lealdade!

Volta de novo a manhã a bater às vidraças do prisioneiro. Familiarizou-se mais com a païsagem, distingue-lhe já com curiosidade os traços hostis. Além, na planície arrastada e calva, cantam rosáceas

Digitized by Google

longínquas em chão que já não é nosso. São os revérberos da Catedral de Badajoz. Cristas esfumadas apontam a nobreza romana de Mérida, com a paixão dolorida de Santa Eulália morrendo mártir na doce inocência dos seus doze anos. É sempre Castela, com povoaçõezinhas disfarçadas nas tremuras da bruma — Montijo, a distância, cheia da evocação formidável da batalha de Seiscentos, mais perto, aldeolas calmas, não esquecidas ainda da espada generosa de *Nuño-Madruga*. E o horizonte escancara-se, com o Forte pairando sôbre a névoa da encosta.

A serra de Olivença diz-nos de lá adeus. E mais inclinada para o coração da païsagem, Elvas traça na cristandade primitiva da manhã o seu abaluartado cinzento, coroado pela pinha alvíssima do casario. O olivedo fecha-se-lhe à volta como um bosque sagrado, enquanto o aqueduto, galopando dum salto rápido o vale oprimido, desaparece, airoso e severo, numa dobra escondida da muralha. Afonso Costa inquieta-se, alguma coisa se lhe rasga dentro do peito, adivinhando como que um gesto de repulsão nas árvores cobertas ainda da mantilha da geada, nos montes que se perfilam à luz embrulhada do inverno, na cidade que desperta com sinos repicando entre toques de clarins. E imóveis, sôbre a mesa, as brochuras aguardam.

«*Custodi nos, Domine, ut pupillam oculi!*» Na sua exaltação de insónia, Afonso Costa tenta adormecer sôbre essas páginas abertas. Como um pecador amar-

Digitized by Google

rado ao seu pecado, a leitura toma-lhe a vontade para lhe corporizar os sentimentos. Êle sabe já que ali tudo significa submissão, unindo os Vivos e os Mortos no mesmo pensamento comum de continuar a herança legada. Êle sabe já que Elvas entra no curso vagaroso da nossa história com um rei arrancando-a ao mouro e sendo o primeiro a atirar-se aos fossos para melhor a ganhar. Um cavaleiro expõe a sua vida para que não perigue a vida do Rei. E Afonso Costa sofre num remordimento secreto de consciência. Porque estremece Afonso Costa? Que lhe recordará a dedicação de Afonso Mendes de Sarracines? Levanta-se depois um outro rei, gritando na sua gaguez shakespereana entre os muros da sua estimada vila de Elvas, que as gentes miúdas dos concelhos não são mais vilões, são como os demais «honrados e bons cidadãos» dos seus reinos. E Afonso Costa abrange a perfídia das suas palavras de mentira. Vozeiam de seguida os longos assédios. Fala a procissão honesta dos mesteirais e dos vereadores elevando para os que viessem mais tarde a fábrica custosa do aqueduto. Come-se pão de bagaço. Há peste, há sêde e há fome. Mas a cidade não se rende, cheia de confiança em Deus e de fidelidade ao Rei. «*Custodi nos, Domine, ut pupillam oculi!*»

Até mesmo no cume, onde êle, curvado por uma acção invisível, já não pode arrancar os olhos da leitura de condenação, — até mesmo nesse cume uma ermidinha se construíu. Construíu-a a viúvez apaixo-

Digitized by Google

nada duma rapariguinha de dezóito anos, de quem seria bisneto o homem que nos levou à Índia. E as brochuras desprezadas mandam agora com soberania em quem as solicitou por simples desenfado, tocadas duma como que hipnose dominadora.

Afonso Costa obedece-lhes, na escuridão enorme do seu drama íntimo. Aprende por elas a decifrar a païsagem, mais cerrada, mais enigmática. Ao voltar para a calçada do Forte, ensinam-lhe onde os Franceses espingardearam um padre, que lhes resistiu, com dignidade, enquanto os maçãos lhes abriam o caminho. Além, em frente, contempla-o o outeiro das Linhas de Elvas com o seu padrão e a sua capela rústica. Projecta-se no seu dia de prisioneiro um esmagamento de alucinação. E na sombra do crepúsculo que avança, avança um cortejo de vultos indizíveis, mais silenciosos e mais espectrais que os da profecia de Cristo à hora do Juízo-Último.

São os Bispos da cidade que resgatavam os cativos e a defenderam do inimigo. São todos os que morreram no sinal da Cruz, confessando os seus Lares e os seus Altares, com as feridas abrindo em beiço, como rosas carnudas. São as mães que rezando e cantando deram virtude e fôrça à energia invencível da nossa raça. É a poeira dos cemitérios, — a população anónima dos túmulos, alma oculta de que se socorre e anima a grande alma de Portugal. Crescem do vago, sobem no vago, como que ao assalto da fortaleza pasmada. É a história

Digitized by Google

de Elvas que responde ao apêlo de quem a quis conhecer.

Fora da comunidade dos Vivos e dos Mortos, Afonso Costa, num terror supersticioso que o envergonha e excede, compreende enfim que uma pátria inteira, desde a raiz dos séculos, o excomunga e repele.

Só na noite que desce e se avoluma como um desfecho de tragédia, uma sombra o procura, hesitante. No castigo do seu pecado, Afonso Costa adivinha um irmão. Vagueia no mesmo silêncio de réprobo, sem que a morte lhe conceda o repouso que a vida lhe negou. É agora um companheiro para a agonia espantosa do seu julgamento. Porque o cortejo singular cavalgou já as muralhas da cidadela, numa ira calada mas inexorável. Com os pulsos molhados no suor dos moribundos, Afonso Costa ampara-se ao fantasma ignorado, e precipita-se com êle para sempre na confusão sem remédio em que tudo se perde e termina...

*

* *

Mostrou o senhor Afonso Costa desejos de conhecer a história de Elvas. Já conhecerá a esta hora a da fortaleza em que o recolheram. E então é escusado lembrar-lhe que ali morreu prisioneiro Manuel Inácio Martins Pamplona, duas vezes traidor ao seu rei, depois de ser traidor outras tantas à sua pátria.

Digitized by Google

NATAL

Digitized by Google

Digitized by Google

NATAL

VOLTOU de novo a tremeluzir sôbre a face da terra a estrelinha misteriosa do Presépio. Como há perto de dois mil anos, é essa a única promessa de claridade com que o coração do homem poderá sempre, em verdade, contar! Só ela nos fala da paz que paira acima da vida, e, porque é mais alta que as coisas do mundo, aos Anjos coube anunciá-la na noite de resgate que hoje se recorda. Cume supremo da história, a história libertou-se da escravidão original na hora em que a Deus aprouve revestir-se da nossa carne, para melhor nos salvar. Não é outro o sentido admirável do mistério da Redenção! Meditemo-lo como pensadores, antes que o adoremos nas lajes das igrejas, com as mãos erguidas para o Santuário. A dignidade humana só se reconhece nos laços que a ligam ao seu destino imortal no momento em que uma Virgem dá à luz no estábulo miserável de Belém.

De longe, por caminhos transviados, ansiosamente o mundo esperara a sua entrada na comunidade per-

Digitized by Google

dida do Senhor. Sibilas e Profetas, todos em côro, contemplavam para além das idades o reinado do Menino que nasceria dum ventre nunca violado. Mesmo através da mentira dos Deuses, a Antiguidade, tocada da primitiva revelação obscurecida, amava e procurava ao verdadeiro Deus. Êsse Menino que havia de nascer para transfiguração do mundo, até os Drúidas, à sombra dos carvalhos solenes o aguardavam, elevando altares à Virgem que o traria nos flancos intactos. «*Um Menino nos foi dado e êle nasceu para nós!*» — diz a palavra litúrgica. E porque o bafo amorável de Deus beijava a face da terra, a terra se reconciliava, purificada, na alma dos homens, enquanto os Anjos celebravam a Paz pela altura.

Hoje como ontem, que a Paz, descendo das alturas, amanheça sôbre a tragédia universal em que a lei de Cristo se despedaça e em cada peito desperta, violento, o gorila das cavernas soturnas! Se o exemplo do Infante, nascido em Belém, nos comovesse na inocência doce do seu sorriso, quem é pai uma vez e viu uma criança brincando no berço, não teria mais alento para atirar a sua acha de ferro contra o pai de outra criança, contra os pais de tantas crianças! Não é do Senhor o século em que vivemos, endurecidos na cobiça do ouro, insensibilizados pelos apetites da vaidade e da luxúria. Porque nos esquecemos que o nosso corpo representa a Jesus, com Jesus assumindo a nossa mortal condição, que Natal de tristeza e de sombras não é êste em que, no giro dos quadrantes,

Digitized by Google

os Anjos tornaram a anunciar de novo a Paz pelas alturas, entre as glórias devidas a Deus que nos resgatou?! E, no entanto, o horizonte é mais negro e, sob a gelidez da noite, não são as pègadas infantis que se adivinham. São antes poças de sangue coalhado debaixo da inquietação dolorida dos Céus. Parece até que as tábuas do Presépio se aplanam numa cruz gigantesca, abrindo os seus braços desconformes, de pólo a pólo, num Calvário enorme, — num Calvário infinito, num Calvário sem remédio!

*

* *

Natal! Natal! E não soarão pelas quebradas dêsse Portugal adiante os sinos alegres da matriz, levando às famílias em festa a sua voz portadora das costumadas venturas. Nesta noite, noite do Menino, noite do madeiro flamejando, ninguém encontrará de vigília o Portugal cristão de outras eras, o Portugal dos descantes à beira do Presépio, com figuras tôscas de barro repetindo tôscamente a legenda doce da Natividade. Se Jesus vier em camisinha, na sua estrada branca de luar e geada, achará as cozinhas apagadas, desertas as vastas chaminés, num silêncio de luto, que lhe há-de pesar no beicito surpreendido. Portugal, fora de si, deixou Portugal e meteu-se às longas jornadas sem-fim, com a saüdade repartida entre o sertão africano e as terras inóspitas da França estrangeira.

Digitized by Google

Natal! Natal! Não pensarão os bambinos na surprêsa que Jesus lhes deixará, de passagem, no sapatinho esquecido, curvados para a visão amorável dum ausente diluído a distância que êles quereriam que o Menino lhes trouxesse como um presente celeste. Também a Virgem se não sentirá contente entre as mulheres, no prazer aureolado da sua maternidade. Choram as Espôsas, soluçam as Mães. E por tôdas elas, no rosário das suas lágrimas e na amargura das suas orações, Maria antecipa a tortura sem nome das Sete-Espadas, à hora trágica da morte do Senhor. Fica o Presépio às escuras, como se o Templo ruísse, e lá dentro, na treva, fôsse como que o velatório imenso duma imensa necrópole.

Natal! Natal! Anda a tristeza de braço trocado com a miséria! E é de tristeza e de miséria o nosso Natal de sacrificados, caladas as *roncas*, mudas as cantigas ao Menino, sem os toros robustos que nem o cajado de S. Cristóvão, entoando os louvores do Lume sôbre a pedra patriarcal da lareira. Tudo emigrou, tudo se exilou, até as velhas histórias dos Judeus e de Herodes, — em roda apertada os da casa, com as mãos estendidas para o confôrto álacre das grandes chamas tutelares. No alto das tôrres o galo descura o aviso da Missa. Só há choros comprimidos na penumbra dos rostos, pedindo ao sono que os abrigue, misericordioso, nas dobras das suas asas misericordiosíssimas...

Digitized by Google

*

* *

Natal! Natal! E enquanto os Anjos cantam a Paz pelas Alturas, avistam-se cadáveres de pupilas paradas para os astros, como espelhos mágicos espreitando a marcha do Tempo. Debalde as mãos se afilam para Deus, debalde imploram por nós os Círios e as Hóstias, os Lares e os Altares. A fatalidade continua a apertar-nos no seu anel inexorável. Não se adivinha na palidez da noite a caravana alvoroçada do Menino. Só se adivinha o espectro da desolação, o lamento surdo da fome. Que, lá longe, a pátria acorde nessas pequeninas pátrias, feitas de uma fogueira acesa e de soldados em grupo amparando-se à generosidade amiga do fogo. Sejam para êles, ao menos, nesta noite todos os sonhos bons das crianças de Portugal! E como se os tocasse a virtude perdida da inocência, que a estrelinha de Belém tremeluza sôbre as suas cabeças exaustas e lhes dê a comer do pão da esperança no seu calvário de cordeiros vendidos, conduzindo ao ombro o pecado sangüinolento de uma raça.

Natal! Natal! Mas quando é que em Portugal êle tornará a sorrir outra vez?

Digitized by Google

Digitized by Google

UM VEREADOR

Digitized by Google

Digitized by Google

UM VEREADOR

SILENCIOSAMENTE, na sua obra animada da mais pura filosofia contra-revolucionária, nós temos que saüdar em António Lino Neto um dos raros cérebros construtivos do nosso país. A sua intervenção como vereador no problema momentoso das subsistências é apenas um episódio numa longa vida de trabalho, inteiramente dedicada ao amor de Portugal no que êle possui de mais firme e de mais sagrado: — a Religião e o Município. Olhemos para trás. E na mediocridade dourada em que o Constitucionalismo se subverteu, bem cedo a figura mental de António Lino Neto se nos apresenta fora de tôda a formação partidária, desde logo afirmando as tendências predilectas da sua inteligência.

É da linhagem varonil dos Le Play e dos La Tour du Pin o Dr. António Lino Neto. Êle significa até para nós, tradicionalistas, um dos esforços mais conscientes e mais aturados que anteciparam

Digitized by Google

o nosso. Amanhã, quando na história das idéias portuguesas se procurarem as raízes do nosso movimento, António Lino Neto há-de figurar na ala escolhida dos nossos mais próximos parentes espirituais. São admiráveis os intuitos nacionalistas em que a sua actividade mental se inspirou sempre. Vontade nìtidamente norteada por aquêles sólidos princípios que não sendo os do século são os de todos os séculos, António Lino Neto na *Questão agrária* e na *Questão administrativa* deixou-nos lançadas as bases da nossa futura reorganização social. Não nos surpreende por isso a superior afirmação da sua competência verdadeiramente excepcional tão depressa um ensejo se lhe ofereceu para que ela se manifestasse em todo o magnífico vigor dos seus vigorosos recursos.

Eu não escrevo o nome de António Lino Neto sem uma certa emoção. Lembra-me êle os meus começos literários num apagado liceu de província, quando com o aflorar da adolescência despertavam em mim as primeiras tentações da publicidade. Foi António Lino Neto quem então me acolheu com palavras de incitamento e de conselho, não me tendo eu ainda esquecido dessa hora em que importunamente o roubei aos seus hábitos de monge laborioso para lhe confiar o plano dum livro, — do livro com que nós sonhamos aos catorze anos e que é a miragem eterna atrás da qual corremos depois pela vida fora. Mais tarde, já de posse duma

Digitized by Google

tendência mental, o meu pensamento viria a estabilizar-se no sentido em que a obra de António Lino Neto se ilumina tôda.

É preciso que o compreendamos na sua admirável biografia moral para que a atitude de António Lino Neto na Câmara de Lisboa, apenas esboçada, se encha do relêvo que em justiça lhe é devido. Dizia eu que Lino Neto é da moldagem viva dos Le Play, dos de Mun e dos La Tour du Pin. Como tal, impregnado dos mais salutares ditames de sociologia católica, António Lino Neto não se inscreve de modo nenhum pela constituïção actual da sociedade. Quem leu e meditou as páginas elevadas de *A questão agrária*, logo adivinhou nêle, não um *conservador*, mas um *renovador*. Acentuemos bem a diferença, porque é necessário hoje mais do que nunca acentuá-la. Como *conservador*, António Lino Neto limitar-se-ia à aceitação da ordem burguesa com todo o seu exagêro capitalista, com todo o seu individualismo dissolvente e anárquico. Tal é o caso dos da maioria em Portugal, que se obstinam ainda em considerar a república como sendo *um facto da rua*, sem de longe suporem que é antes a *conclusão* dum determinado *estado-de-espírito*.

Eis porque um tradicionalista, educado com firmeza nos ensinamentos da experiência histórica, não poderá nunca enfeudar-se à classificação apática e sem finalidade de *conservador*.

Digitized by Google

Olhando mais fundo para relacionar os *efeitos* com as *causas*, nós reconhecemos que o desequilíbrio social deriva dos fermentos gerados e desenvolvidos pela Revolução-Francesa. Contra o atomismo irreparável em que pela herança de Jean-Jacques Rousseau se pulverizaram os Lares e as Oficinas, é imperioso, como as coisas que o são, que nós restauremos a ordem cristã, de natureza corporativa, em que a sociedade antiga se firmava indissolùvelmente.

Daí uma vista mais geral e mais larga do problema, que nem de leve se satisfará com uma simples reforma na organização dos poderes do Estado. Não basta uma mudança política para que o ritmo perdido volte a reger as manifestações desconexas da colectividade. Torna-se urgentíssimo o ir-se sem hesitação muito mais além, para que o mal se esconjure e a paz se conheça entre os homens.

Renovador, e não *conservador*, o Dr. António Lino Neto é assim um defensor das velhas idéias comunitárias que dão à terra e ao trabalho um lugar proeminente, conferindo à propriedade uma função de destaque social. Não é demais recordá-lo num momento em que o machado desbasta as florestas de Portugal, — piedade para as nossas árvores! —, exercitando um direito que o proprietário realmente não possui. Porque se o proprietário não é o *detentor da propriedade*, — segundo a fórmula

Digitized by Google

avariada dum avariado economista —, êle é rigorosamente o seu *conservador*. Fixemos uma passagem célebre do marquês de La Tour du Pin, recebida da bôca veneranda de seu pai: — «Preparando-me para lhe suceder no bem da família, na *terra avita*, em que eu termino os meus dias, meu pai deixou-me a seguinte lição: «Lembra-te sempre que perante Deus tu não serás mais que o administrador desta terra, para interêsse dos seus habitantes». E o grande Charles Maurras acrescenta: — «Diante de Deus, — isto é, em filosofia positiva, conforme à ordem e ao progresso humano —, é uma bela verdade segundo a qual «a propriedade constitui uma função social». Os legistas da decadência romana, debaixo de tôda a espécie de influências perniciosas, tinham-no olvidado; mas tôda a sábia antiguidade romana e helénica, no seu período de fôrça, professou semelhante verdade. Por ela se regulou tôda a sociedade próspera. O proprietário da casa dos antepassados era um administrador, um usufrutuário e um funcionário: a falar verdade, não funcionário do Estado, mas mais profundamente da sociedade e da natureza».

Não é outro o conceito comunitarista de António Lino Neto. Ainda na admirável definição de Charles Maurras, êle é bem um *socialista* naquele sentido em que *«a idéia de propriedade é penetrada pela idéia de sociedade»*. Meditemos um pouco no seu exemplo e veremos que a Universidade o repeliu

Digitized by Google

e o Parlamento nunca o encontrou entre os seus. Escutam-no, porém, quantos em Portugal, fora dos limites da ciência oficial e das fáceis canonizações partidárias, se debruçam com ansiosa interrogação para os destinos duvidosos que nos esperam. Bem lhe podemos chamar, e sem favor, um «preparador de energia nacional». Se a sua *Questão agrária* fôsse estudada e sentida como breviário das aspirações seculares da nacionalidade, em outro grau de amplitude e de fervor patriótico se acharia decerto em Portugal a consciência colectiva!

Desde a renovação das pequenas indústrias locais até ao regresso à terra, fundamentado com medidas rigorosas contra o absenteísmo, e ao reconhecimento da necessidade duma nobreza rural, António Lino Neto é o fiador de muitas reivindicações incluídas no património doutrinário do *Integralismo*. Na sua acção como vereador, é *Integralismo* ainda que António Lino Neto realiza, inspirado nos preceitos altos da sociologia cristã, que, — mais uma vez o repetimos —, nos manda ser *renovadores* e não *conservadores*. Deve ser portanto fictício o aplauso de que os políticos rodeiam a extraordinária iniciativa do ilustre professor. Não a sentem nem a entendem, empenhados todos na discussão bizantina do voto obrigatório, com ou sem bilhete de eleitor. Mas sentiram-na e entenderam-na logo os que nasceram para abrir a Portugal uma nova era de esplendor e ventura. Connosco, como nosso

Digitized by Google

mestre aclamado, é que António Lino Neto se quererá. Campeão dos mais decididos do nosso municipalismo, ali, na Câmara de Lisboa, êle reabilitou a dignidade perdida das antigas magistraturas concelhias. Há, enfim, em Portugal um *vereador!* E porque sei que outro título de consagração pública não ambicionaria o nobre espírito de António Lino Neto, é nesse que eu resumo tôda a minha admiração, por uma obra que é uma vida e por uma vida que é um exemplo. Absolvo-me assim daquela hora já distante em que o fui roubar aos seus hábitos de monge trabalhador, com o plano dum livro ardendo-me na cabeça e os mil alvoroços da adolescência prometendo-me a glória para o dia seguinte.

Digitized by Google

Digitized by Google

MGR. RAGONESI

Digitized by Google

Digitized by Google

MGR. RAGONESI

QUANDO Mgr. Ragonesi atravessou a fronteira em Marvão, quási oito séculos de história puderam mais nesse momento que quási oito anos de república. Não era só um prelado ilustre que vinha honrar-nos com a sua visita inesperada. Como nos tempos em que a comunidade da Fé valia pela comunidade da Civilização, dir-se-ia que a claridade augustíssima de Roma entrava de novo na terra desamparada de Portugal, que ao bafo da Igreja nascera e sob a sua asa inspiradora se fêz tão grande e gloriosa.

A figura de Mgr. Ragonesi enche-se assim dum largo e forte simbolismo, em que eu quero ver, como nas horas distantes em que o grémio de Cristo marcava os limites da sociedade internacional, o legado apostólico levantando aos povos com o beijo da Paz o interdito que os manchava como uma lepra vil e ruim. Leproso roído da pior das gafas, Portugal sentiu remoçar-se, seguramente, como nas águas

Digitized by Google

dum segundo baptismo, mal o perfume da Igreja o tocou de perto, no gesto grave dum núncio que entrava. Lá longe, sôbre a linha da raia, até a ossada heróica de Marvão estremeceria num apêlo alvoroçado para a vida. É que não há pedra nenhuma em Portugal, ou seja encôsto de lareira, repouso de altar ou tampa de sepultura, que não assinale o milagre supremo da Cruz, em que os alicerces da nacionalidade se consagraram para a duração infinita dos séculos. Saltariam de contentamento os outeiros, — as fontes seriam coros de alegria, como na letra exaltada do Salmista, cantando os louvores enternecidos do Senhor. A Igreja passava. E com a Igreja passava a epopeia da Reconquista, o esfôrço sem igual da Navegação, — a alma inquieta e generosa duma raça que bem mereceu ser chamada a mais fiel de tôda a Cristandade.

Não é outra a fôrça de Roma na doce espiritualidade do seu poder invencível. Ela é a Cidade Eterna em que as gentes mais disparadas do mundo se congregam e amam comovidamente. Ela é a palavra ungida que reúne e congraça, dando-nos no sentido do que é indissolúvel a compreensão do que é imortal. Olhemos à roda, no desabar lutuoso que cobre de ruínas a Europa inteira. Só a barca de Pedro se mantém, como outrora em Tiberíade, diante da fúria rija da tormenta. Se há uma sociedade das nações, só na Igreja ela existe, porque só a Igreja dispõe dum princípio universal que manda

Digitized by Google

a todos os homens que se abracem e estimem como irmãos.

Dêsse princípio foi portador Mgr. Ragonesi. Mais uma vez a Igreja se impôs no triunfo sereno da sua fraqueza desarmada. Uma pausa se abre na loucura sangrenta da Pátria. Será duradoira? Não o creio. Mas o que é notável é a rara coragem política que convidou Mgr. Ragonesi a visitar Portugal. No desejo sincero de se incorporar na aspiração da nacionalidade, procura a república aproximar-se de Roma. Registemos o facto com as homenagens que em boa justiça lhe são devidas. Mas reparemos que verdadeiramente não é o regime. É antes, e apenas, a intervenção decidida do chefe do Estado.

Com o aplauso incondicional que neste ponto nos merece, observemos, porém, que numa democracia o poder é electivo. Quem virá depois do senhor doutor Sidónio Pais? A sua política religiosa não é da essência do regime, é sòmente filha da sua vontade enérgica e sensata. O que sucederá por isso no instante próximo ou remoto, mas em todo o caso certo, em que o senhor doutor Sidónio Pais sair de Belém? As repúblicas europeias são de formação maçónica e revolucionária. Mais que anti-monárquicas, são anti-católicas. A Revolução combateu a Monarquia quando se convenceu que a não podia separar da Igreja. Luís XVI não foi só um rei decapitado, foi também um mártir da sua fé. Não nos admiremos, pois, que o reatamento de relações

Digitized by Google

com Roma não seja entre nós mais que uma efeméride breve enquanto o país se encontrar órfão dos seus chefes naturais e legítimos.

Um pensador francês escreveu do Império que, se êle corrigia os efeitos, deixava, no entanto, ficar de pé as causas. Ora, nas suas modestas proporções, é o que em Portugal acontece. Pode o senhor doutor Sidónio Pais atenuar as conseqüências da república, que é orgânicamente a desordem, pela sua deliberada acção pessoal. No entanto, à base do regime, lá está sempre o seu vício incurável, o seu defeito original. Cedo ou tarde aflorará à superfície. E então, na sua vesânia destruïdora, o radicalismo há-de ser de novo senhor, como forma natural que é das democracias.

Assim no-lo ensina a história. E pelo que respeita às suas lições sôbre a política religiosa das repúblicas, convém notar que no fundo dos clubes secretos talvez se não enferrujasse ainda a arma que prostrou Garcia Moreno, nos degraus da catedral de Quito...

Garcia Moreno é, na verdade, o exemplo terrível que o sectarismo jacobino nos põe diante da vista. A luta, no fundo, não é entre a Monarquia e a República, e sim entre a Igreja e a Maçonaria. Observar-me-ão que República é o Brasil, que República são os Estados-Unidos. São-no, com efeito. Mas a observação depressa se despe do seu aparente valor, se nos recordarmos que a república signi-

Digitized by Google

ficou ali a quebra do laço colonial em regiões desprovidas de passado histórico e diferenciação social. No Brasil, até a queda do Império se explica pela diferença entre o seu estado atrasado e a superioridade das suas instituïções. Pelo menos, é um escritor ilustre, Eduardo Prado, quem o afirma e com singular exactidão. De sorte que, onde o radicalismo constitui a estrutura do sistema de govêrno, a descatolização surge logo como sintoma evidente.

Não conheceu a França, pelo menos, concretamente nos últimos tempos uma tragédia igual à de Quito. Contudo, o predomínio crescente da alma religiosa da nação durante o presidencialato de Félix Faure, viu-se imediatamente sucedido pelo sectarismo frio de Combes, não falando já do mistério em que o fim do próprio Félix Faure persiste em continuar envolvido. Não nos iludamos. Ragonesi em Portugal é uma bênção lançada sôbre os destinos da nossa pobre terra. A pouco mais se irá e êsse pouco mesmo seria tão passageiro como as rosas passageiras de Malherbe. E isto, porque só a Monarquia, pelas virtudes da sua índole, será aliada permanente da Igreja. Não é que a Igreja dependa da Monarquia. Mas é porque a Monarquia só na Igreja encontra as garantias sólidas da sua conservação.

Regalista foi Pombal, febronista José de Áustria, galicano Luís XIV. Todavia, a razão de ser da Realeza prevaleceu sôbre a sua transitória política religiosa. É o caso do Constitucionalismo. Espoliador

Digitized by Google

das ordens religiosas, não o vemos nós mais tarde abraçar os princípios repelidos, facilitando a aclimatação das congregações que expulsara?

Maurras disse uma vez que a metade de Joana d'Arc é a sagração de Reims, a outra metade é a sua piedade, a sua vocação mística. Neste símbolo admirável reside o consórcio da Coroa com a Tiara, do Trono com o Altar. Henrique IV, introduzido na comunidade católica, preparou-se imediatamente para restaurar a «republica-christiana». É de Luís XIV, seu neto, a declaração oficial: — «Por tôda a parte onde se implantam as flores de lis, implanta-se ao mesmo tempo o estandarte da religião». Eis uma divisa que apenas à Monarquia pertence. Eis uma divisa que debalde um presidente de república procuraria arvorar.

Deus salve Portugal para que a inscreva novamente nos seus armoriais! E seja Mgr. Ragonesi, atravessando protocolarmente a fronteira de Marvão, o primeiro anúncio de que não vem já longe a hora gloriosa em que retomaremos o curso interrompido das nossas gloriosas tradições.

Digitized by Google

NO PARLAMENTO

Digitized by Google

Digitized by Google

NO PARLAMENTO

DEPOIS de quási oito anos de emigração na sua própria terra, vão os monárquicos ter os seus representantes no Parlamento. A poucas horas da abertura do Congresso, é bom que assinalemos o significado dêsse facto, que não é de modo nenhum o dum simples acontecimento político. A Causa Monárquica, consubstanciando em si o princípio que fêz a nacionalidade e que lhe garantiu uma vida tantas vezes secular, não pode ser por isso mesmo considerada como uma causa de partido. É antes, e sobretudo, um princípio sem a inviabilidade do qual o país não conhecerá a ordem estável e fecunda, necessária à sua tranqüilidade e ao seu desenvolvimento. Assim lho impõe o seu condicionalismo histórico. Assim o determina o jôgo daquelas leis naturais que são a fôrça e o segrêdo da resistência social.

Em face, pois, desta certeza que cada vez mais lhes fortifica o espírito e lhes encaminha a convicção, os deputados realistas não vão ao Parlamento como delegados dum partido, e sim como os intérpretes

Digitized by Google

duma verdadeira aspiração nacional. Por falsa que seja a origem e a estrutura da representação parlamentar, ela atenua-se nas actuais circunstâncias políticas do país que as últimas eleições procuraram mais ou menos assumir. Situação confusa e delicada, era preciso que na pessoa dum homem a segurança saísse garantida sem que fôsse prejudicado ou diminuído o direito histórico da nacionalidade à sua independência, de que o Rei, e só o Rei, é o fiel depositário.

Vítimas da situação difícil em que se encontravam, os monárquicos foram até ao máximo dos sacrifícios, não abandonando todavia a bandeira que mais de que nunca carece de estar firme nas suas mãos. Se as exigências imediatas de salvação pública lhes prescreviam um sacrifício temporário, êsse sacrifício praticou-se com a mais bela das abnegações e o maior dos desinterêsses. A sua atitude continua no mesmo pé de lealdade e nela continuará até ao ponto que não importar uma abdicação.

Eu bem sei que, consagrando o poder pessoal dum homem, o país, sem inquirir de formas governamentais, consagrou a razão instintiva da sua formação monárquica. Mais se não pode pedir aos seus representantes em Côrtes senão que prossigam nas indicações expressas do sentir colectivo no dia já memorável de 28 de Abril passado. Não se trata, dêste modo, de consolidar a república, fornecendo-lhe meios legais de estabilização. O que é imperioso e indeclinável é que a nossa aliança se

Digitized by Google

mantenha, não com o chefe do Estado, encarnação dum regime que nos é adverso, mas com a posição por êle criada e por nós amparada em benefício de todos quantos somos portugueses e temos o encargo duma pátria a defender e a transmitir.

Mas se um tão melindroso dever nos cabe, cabe-nos também um outro, de não menos transcendência e talvez de maior responsabilidade. A ordem não é um homem, a ordem não nasce espontânea na sociedade. A ordem é palpàvelmente um princípio. «No dia em que assisti à queda dêsse grande colosso que foi o Império, — escreve Berryer, — eu compreendi bem que o poder dum homem, por maior que seja o seu génio, é insuficiente para manter a ordem e a segurança do Estado. Desde então eu reconheci que é necessário à sociedade um princípio que a proteja».

E Berryer acrescenta noutra parte, — num artigo seu da *Gazette de France:* — «A vontade nacional pode tudo, menos mudar a natureza das coisas e a ordem imutável do universo. Ela pode fazer triunfar o princípio revolucionário, declarando abolida a hereditariedade, declarando, que dada a insurreição vitoriosa, dará leis à França. Ela pode fazer com que o poder ditatorial saído duma revolução se chame república, que êsse poder prenda, deporte ou guilhotine os seus contraditores... mas ela não consegue que êsse poder imprima à sociedade a ordem, a liberdade, a paz, a segurança e a riqueza!» E porquê?

Digitized by Google

Porque só na forma natural em que se gerou e desenvolveu, a sociedade encontrará as virtudes perdidas da sua perdida harmonia.

Perdeu-as também Portugal. Ciência experimental, eminentemente positiva, a política tem na história o seu campo de acção, o largo domínio das suas verificações. Sabe-se por isso que os povos, anarquizados pelo abandono das suas instituïções tradicionais, oscilam invariàvelmente entre a demagogia mais brava e o mais cerrado dos cesarismos. País de costumes brandos, o nosso país, desintegrado dos seus justos moldes sociais, confirma e aplica a si mesmo essa lei invariável de sociologia. Depois da demagogia, veio o cesarismo. Se a demagogia não foi das mais bravas, o cesarismo que a suplantou também não é dos mais cerrados. Nestas condições o equívoco se desenha e toma corpo.

Todos sentem que a ordem entre nós é provisória, que não passa dum interinato, que é bem precário o título em que se fundamenta e legitima. Mas, apesar de tudo, é a ordem. Ninguém inquire se a ordem é só a ordem das ruas, se a ordem das ruas é apenas a repressão a tempo. Como do Império alguém disse que suprimia as conseqüências mas deixava intactas as causas, o mesmo poderemos nós dizer da situação presente em Portugal. Eis aqui o ponto em que é preciso insistir. Eis aqui o ponto que, em bom exame de consciência, os deputados monárquicos carecem de meditar demoradamente.

Digitized by Google

Se não nos é lícito comprometer pelo nosso procedimento na Câmara a presente situação, também, para evitar confusões perigosas, não me parece que nos seja permitido engrossar o equívoco, dando-lhe por nossa conta facilidades de larga duração. Porque identificaram o problema da conservação imediata da sociedade com o problema da organização do Estado, por duas vezes os monárquicos em França impossibilitaram o regresso do chefe natural do seu país. Foi em 48, pela segunda república. Foi mais tarde, na assembléia nacional de Bordeus, trasladada em seguida para Versalhes.

Em 48, liberais e tradicionalistas votaram para a presidência em Luís Bonaparte como uma transição. Transição foi que deu o Segundo Império e o desastre de 70. Em 71, a representação às Constituintes recaíu sensìvelmente nos elementos monárquicos mais em destaque. O êrro repetiu-se, colaborando-se numa república, que ingènuamente supuseram destinada a desaparecer.

Sirva-nos a França de ensinamento! Convocados para uma Câmara com poderes de revisão constitucional, nós, monárquicos, nada temos que colaborar na constituïção da república. Só nos cumpre acompanhar a discussão, denunciando os vícios orgânicos de que fatalmente enfermará e pondo a tôda a hora em ressalva os princípios que formam a herança gloriosa da Monarquia em Portugal. Há a questão da propriedade, há a questão da família, há a questão da

Digitized by Google

igreja. Que a nossa influência se concretize na orientação a imprimir nos debates, mas sempre com a abstenção dos nossos votos. Governar fora do poder, pela *monarquia* da nossa competência e da nossa conformidade de vistas, deve ser o nosso constante objectivo. O país assim verá que só nós é que somos ordem, — a ordem sem condições, a ordem viabilizada e eternizada numa instituïção que a produz e preserva por obra das próprias leis naturais, se não quisermos dizer divinas.

É sobretudo a nossa aptidão governativa que se torna imperioso demonstrar. Só se demonstra, não nos imiscuindo nas querelas intestinas do regime — que nos importa que a república se chame parlamentarista ou presidencialista, se é sempre a república? —, mas atestando contìnuamente, a cada instante, que na nossa capacidade, traduzida tanto na ausência dos obstrucionismos bulhentos, como na apresentação quotidiana de trabalhos que nos acreditem como a única possibilidade efectiva da salvação da Pátria, é que se encontra a condição essencial dessa existência desafogada e pacífica que o país procura há quási oito anos e que só a monarquia lhe pode trazer desde que seja uma *Monarquia*.

Tais são as reflexões que a abertura do Parlamento me sugere. Não me parece ser outro o significado nacional da ida dos monárquicos à Câmara.

Digitized by Google

E AGORA?

Digitized by Google

Digitized by Google

E AGORA?

QUANDO me atinge o grau elevado de febre que se apossou da sociedade portuguesa nos últimos dias, lembro-me sempre daquelas grandes palavras de Le Play, ao definir o seu país como uma liquidação em estado permanente. Na mesma babilónia confusa ficámos nós, depois que uma bala prostrou em plena auréola de glória a figura de Sidónio Pais, já além desfeita nas incertezas do túmulo. Transviados da nossa velha experiência histórica, sem finalidade colectiva nem consciência nacional, não passamos, na verdade, no solo da pátria, duma poeira revolta de indivíduos, que os ventos do caminho manobram ao seu belo prazer. O romantismo político cortou-nos as raízes morais e sentimentais, que nos prendiam, através da continuïdade das gerações, à essência eterna de Portugal. Tôdas as vaidades nos tentaram, — tal como um rebanho de mestiços, a turbulência tornou-se a nossa lei natural. E assim não admira que, ao esboçar-se

Digitized by Google

entre nós, pelas próprias exigências da vida, um desejo indicativo de harmonia e de estabilidade, a ordem nos aparecesse, como nos aparece nas comunidades primitivas, não como um princípio, não como a resultante da sinergia social, mas como o mero atributo dum homem, mas como um benefício saído do aço das espadas, por mercê dum herói salvador.

Ora a Ordem não é a repressão. E, porque não nasce espontâneamente dos factos em si, decerto que bem precária ela será se a sua existência andar ligada à existência sempre frágil de quem quer que seja o seu mantenedor. Não o digo apenas eu, cada vez mais confirmado num doutrinarismo que, pelo seu carácter eminentemente positivo, de momento para momento se enche de razões triunfantes. Dizem-no-lo os exemplos de tôda a hora, tanto os do adormecido mundo clássico, se lá os formos buscar, como na actualidade, sem falarmos na Revolução Francesa e no advento de Bonaparte, as largas lições que há a recolher dos sucessos russos, desde que baldadamente Kerensky pretendeu substituir à ordem antiga, — à ordem que derivava, não das vontades, mas das instituições, uma ordem sua, uma ordem baseada sòmente no esfôrço e prestígio pessoal.

Bastantes vezes, elucidado pelos ensinamentos da história, nós mostrámos à ilusão de tôda a gente que a ordem, gerada pelo movimento de 8 de Dezembro, não passava duma ordem condicional e

Digitized by Google

insubsistente, porque o seu eixo assentava ùnicamente na energia, embora robusta, dum homem. Atrás de si tivera Napoleão uma epopeia militar que o coroava irmão de Alexandre e de Aníbal, senão maior, — e Napoleão tombou, porque a sua obra era êle só, não fundamentava os seus alicerces no consórcio duma dinastia com a marcha larga dos séculos. De resto, Napoleão adivinhava-o bem, se é verdadeira a frase que lhe atribuem num minuto de desabafo: — «*Ah, não ser eu neto de mim mesmo!*»

Apelando assim para essa admirável hereditariedade moral que torna legítimo o poder e o associa indissolùvelmente aos destinos dum povo, a frase de Napoleão envolvia consigo o reconhecimento preciso do que é a Monarquia como penhor da ordem, mas da ordem natural, da ordem que não sai das baionetas, mas que dimana, pronta e contínua, da boa reciprocidade entre todos os órgãos sociais. Parece ser esta a altura para que, a propósito de Napoleão, eu me insurja contra um êrro corrente. É êle o que confunde, na sua assustadora leviandade de inteligência, o Império com a Monarquia. Nada mais contraditório, nada mais antagónico! Porque a democracia, pela sua índole dispersiva e atomística, tende irremediàvelmente para a dissolução fatal da sociedade, nós vemos sempre surgir dela o cesarismo como seu filho dilecto e único. O cesarismo, de bastão ou de cetro, é sempre por isso a organização — se eu me explico bem — da democracia. Foi-o com César em

Digitized by Google

Roma, fôra-o já num ciclo anterior com os tiranos gregos. A Revolução Francesa, mais tarde, persistiria nas suas diversas heresias políticas se Bonaparte não lhe imprimisse consistência com o seu pulso de ferro e a fama irresistível das suas tantas vitórias.

Em ponto minúsculo, eis o que sucedeu entre nós com o Presidente Sidónio Pais. A democracia de Lisboa afundava-se vítima do demagogismo, seu cancro estrutural. Encarnando na sua dura necessidade esta lei fatal da história, Sidónio Pais representou a ditadura inevitável em todo o regime sem coesão nem disciplina. Mais do que nenhum, a república é-o por pecado original. Exactamente porque o é, o cesarismo anda-lhe a tremer nos flancos. Mas se César é ditador, não é, porém, Monarca. «O Império é uma reacção contra a Anarquia, — observa algures Octávio Tauxier, um dos modernos publicistas da Contra-Revolução, — mas não é de modo nenhum uma reacção contra as causas da Anarquia». Não são outros os motivos por que a ordem napoleónica, como tôda e qualquer ordem cesarista, não é a Ordem, mas *uma ordem.*

Inerente à razão pessoal que a determinou e manteve, também a ordem criada em Portugal pelo 8 de Dezembro não era a Ordem. Usando dos têrmos com que Tauxier caracteriza o Império, se ela suprimira os efeitos da anarquia, deixava, no entanto, intactas as suas causas. A prova temo-la à vista na

Digitized by Google

afloração imediata dos fermentos destrutivos que o Presidente Sidónio Pais conseguiu reter e subjugar, mas que não extirpou, porque lho não permitiu nunca a sua própria mentalidade de republicano. Daí a contradição em que se degladiava constantemente a sua interessante psicologia de autoritário com as predilecções românticas que, em relação ao problema político, lhe perturbavam por completo a visão esclarecida.

Montou Sidónio Pais um dia a cavalo e, ràpidamente, ei-lo transitando duma penumbra mais que discreta para os destaques ruïdosos da notoriedade. Logo um equívoco lamentável se estabeleceu e êsse equívoco levou Sidónio Pais à sepultura. Ansioso de ordem, o país aclamava nêle a atitude rasgada que lhe garantira, — ai de nós! —, não a ordem, mas *uma ordem* — repito. Batendo-se pela quimera gentil dos seus vinte anos, o Presidente sorria por entre as aclamações do país à sua miragem duma república generosa, se não ideal, como a de Platão, pelo menos, tão habitável como êle, Sidónio Pais, a quisera e sonhara. Equívoco duplo, não tardou a revelar-se em tôda a extensão das suas conseqüências gravíssimas. Enganava-se Sidónio Pais, quando, em face da missão para que o destino o chamara, se julgava apenas com o encargo de consolidar e depurar a república. Enganava-se Portugal em pêso, quando supunha, esquecido da tutela doce dos seus Reis, que a Ordem

Digitized by Google

é uma série ininterrupta de golpes *à poigne* e que só por si é bastante um homem para a assegurar. E agora? — pregunto eu, lògicamente, sem recriminações nem vanglórias, a quantos ainda há um mês reputavam como resolvida a questão portuguesa. E agora? — é a sua resposta perplexa, atónita, com Sidónio Pais nos Jerónimos e o país à beira duma convulsão, cuja amplitude eu me recuso a considerar devidamente.

Agora? Agora, como sempre, a Monarquia ou a morte! «Só o poder legítimo e tradicional pode ser autoritário sem ser violento ou despótico», — declarava em 1900 o duque de Orléans numa carta célebre a Paulo Bourget.

Não é o poder que rompe do acaso, engendrado, como um cão, no encontro dum sabre com os favores da rua. Êsse poder, ou é Afonso Costa ou é Sidónio Pais. Oligarquia jacobina, ou magistratura consular, se uma atenua os efeitos da outra, não os remedeia, porém. A tara da República é o demagogismo e a República não se melhora, senão destruindo-se. Tentou melhorá-la Sidónio Pais. Com isso não fêz mais do que armar o braço que o abateu. Até na sua morte Sidónio Pais morreu como republicano. O direito de César é a sua popularidade. Na hora em que Napoleão foi vencido, na mesma hora caíu. Na hora em que a Sidónio Pais faltassem os aplausos do *Forum*, nessa hora o seu direito haveria caducado. E assim, para o

Digitized by Google

povo o prorrogar indefinidamente, num regime de opinião em que tudo é surprêsa e interinidade, Sidónio Pais caminhou sem hesitação para as balas do seu assassino, entregue apenas às fôrças cegas duma estrêla, depressa eclipsada.

Com diversa noção do interêsse nacional, difícilmente um rei jogaria a sua vida com tão soberano desprendimento. Oferecê-la-ia pela Pátria, se a Pátria lha exigisse. Mas nunca a trocaria pela temeridade admirável dum admirável gesto de bravura porque acima das apoteoses passageiras da praça pública existiam as responsabilidades indeclináveis da sua dinastia. Individualista como republicano, a morte de Sidónio Pais foi a consagração suprema do individualismo. Morreu como um varão da Antiguidade, — morreu como um personagem máximo de d'Annunzio, na concepção naturalista dos heróis de Carlyle. Mas da sua acção o que ficou? O que ficou da sua coragem estóica? O que ficou do seu filantropismo cismador? Sòmente a memória do seu nome e com ela, na bôca de todos, esta pregunta tremenda: — «E agora?»

Digitized by Google

Digitized by Google

SINAL DA RAÇA

Digitized by Google

Digitized by Google

SINAL DA RAÇA

DIANTE da exaltação magnífica do tenente Teófilo Duarte em Santa Maria de Belém, reconheçamos que se não mirrou de todo em Portugal a nobre e sagrada flor da Cavalaria! Numa sociedade como a nossa, levada pelos piores ventos de desagregação, talvez que fique sem sentido o admirável impulso dum rapaz que já fêz da sua espada o mais galhardo e perigoso dos usos. Áspero e deserto como uma charneca, não compreenderá o tempo presente o gesto alucinado do moço oficial. Mas para quem se não perca nas frivolidades quotidianas da vida e goste de alevantar os seus olhos para o alto, que inesperado movimento de tragédia se não desprende da figura de Teófilo Duarte, erguendo-se, patética, na nave gloriosa que viu o regresso triunfante dos Navegadores, sem esperar que se visse ainda teatro duma criação inverosímil de Shakespeare!

Modelado pela rijeza duma velha gesta carolíngia, o rasgo de Teófilo Duarte é já agora um símbolo,

Digitized by Google

mobilizando os recursos morais duma geração que entrou na sua vigília de armas. Num vivo abraçado a um morto, passou mais que o episódio comovedor que a nossa sensibilidade fixou para sempre. Passou a comunhão de todos os Vivos com todos os Mortos, passou a unidade plena da História, reatando os anéis esparsos da herança tradicional abandonada, numa pátria que perdeu inteiramente o significado eterno da sua vocação. É onde Teófilo Duarte deixou de pertencer aos nossos dias.

Ali, mesmo no templo manuelino, Teófilo Duarte seria um anacronismo, uma espécie de sobrevivência curiosa, para o depoïmento vacilante dos círios, até para a ourivesaria brincada das pedras, dormindo o sono dos séculos. A Renascença falara debaixo daquelas abóbadas solenes. E a Renascença, na orgia do seu individualismo máximo, como Leonardo o sonhou e quis, só exprimiria indiferença soberana pela humildade cristã do herói que trocava o amor antigo da Glória pela virtude mais humana e mais doce de servir, — e servir com fidelidade.

Os loiros romanos não se ajeitavam decerto à beleza primitiva, sem atitude nem linha, do lance dramático que perturbou por momentos a majestade suspensa da Igreja. Alexandre e Trajano permaneceram impassíveis, nas reminiscências clássicas dos colunelos quinhentistas, ao voar, desfeito, pela nave, o tampão de cristal duma urna funerária. Não vinha da luminosidade latina, cheia de medida

Digitized by Google

e de ritmo, o golpe rijo que soara pelo templo. Mais gótico, mais mediévico, se tinha companheiros, na *Távola-Redonda* os acharia Teófilo Duarte, repetindo à meia luz dos vitrais, sôbre as lájeas dos Jerónimos, o encontro em Toledo de Martim de Freitas com o cadáver do seu Rei.

Apenas, de entre o silêncio dos altares, o fantasma errante do Encoberto poderia acolher, como sua, a angústia desesperada de Teófilo Duarte. Um estreito parentesco o ligaria a êle, beijando com soluços fortes a mão do chefe inanimado, ao outro, ao D. Sebastião da visita à Batalha, virado para a comitiva atónita, em face da ossada do *Príncipe Perfeito*: — «*Êste, sim! Êste é que foi o melhor oficial do seu ofício!*»

Último cavaleiro duma raça que não tardaria a arrastar o signo pesado dos sonâmbulos, D. Sebastião acordaria logo do seu pó enregelado, tinindo com o montante, como se houvéssemos atingido a hora de se cumprirem as profecias. Porque o cetro é seu de direito e o *Desejado* é quem reina em Portugal, — país da Esperança, à beira do Cabo-Poente, — bem merecia que elegesse para seu Condestável o moço oficial que, na palidez duma gente sem crenças nem rumo, mais parece um fidalgo saído da criação da sua casa, do que uma energia automática de soldado caminhando ao acaso pelas avenidas dum mundo já próximo do fim. Mas por cima de tanta geração transviada, os seus braços apertam-se. Não esteve

Digitized by Google

Teófilo Duarte em Alcácer, ao lado de Luís de Brito, para ouvir da bôca do Rei, empinado no seu corcel contra a moirama que crescia e ululava: — «*Abracemo-nos à bandeira e morramos sôbre ela!*» Continua a moirama a crescer e a bandeira ei-la de rôjo. Que Teófilo Duarte a levante e assim terá obedecido ao último cavaleiro duma raça, em quem, por milagre de Deus, a nobre e antiga flor da Cavalaria vai renascer na próxima manhã, como uma rosa mística abrindo devagar.

«Homem duro e forte; e escolhido para sofrer grandes mêdos e trabalhos e lazeiras por prol do bem comum...» — é como nas *Ordenações Afonsinas* se define o Cavaleiro. O Cavaleiro é a justiça armada, é a imagem terrena de S. Miguel-Arcanjo, de capacete e lança. O herói pagão, reproduzindo para os espectáculos da História o exemplo amoral de César, não é o Cavaleiro, que faz dos votos uma lei e da fraqueza uma fôrça. Carlyle emudece perante o Cavaleiro e debalde nos varões de Plutarco se procura um tipo superior de humanidade, que de perto se lhe assemelhe. Se Roma nos oferece o precursor do Cavaleiro, é nos mártires, — legionários aguerridos da fé, com S. Sebastião trocando as suas insígnias militares pela palma sempre verde do martírio.

Na cadeia infinita dos valores psíquicos é que reside o segrêdo misterioso do heroísmo. O heroísmo, depurado e santificado pela Igreja, gerou a Cavalaria, — novo sacramento, com cerimonial larguíssimo

Digitized by Google

no *Pontificale-Romanum*. A essência cristã do martírio manteve-a a Igreja na idéia de sacrifício que o grau da Cavalaria importa consigo. O Cavaleiro é o *miles pacificus strenuus fidelis et Deo devotus* da oração litúrgica. Soldado pacífico e forte, êle é o escudo da paz e o castigo de todo o poder violento. «Senhor Santo, Pai Omnipotente, Eterno Deus, — reza a voz inspirada da Igreja — Tu que és o Único que ordenas tôdas as coisas e as dispões rectamente, por tua salutar disposição permitiste aos homens o uso da espada sôbre a terra e quiseste instituir a Ordem Militar para protecção do povo».

Instituída a Cavalaria para protecção do povo, é para protecção do povo que existe o Exército, seu descendente legítimo.

Desde Ernesto Psichari, — o centurião convertido, até Guynemer, — o estranho cavaleiro do Ar, trouxe-nos a Guerra uma revivescência assombrosa do espírito da Cavalaria. O sacrifício penetrou na carne dos moços, e Deus de novo se reconheceu entre o estridor das batalhas como o verdadeiro Senhor dos Exércitos. A vocação militar, olvidada e diminuída pelos erros grosseiros da filosofia do século, recuperou esplêndidamente a sua dignidade sacramental. Aborrecem-na aquêles que, na frase de Rabelais, — e são a maioria, — não passaram nunca de sacos por onde entra e sai a comida. Mas quem sinta dentro de si a labareda inquieta da Religião e da Pátria, não esquece que foi Longuinhos, — um soldado —, o

Digitized by Google

primeiro que confessou a Cristo no cimo do Calvário.

Não há Pátria sem Exército, como não há Exército sem grandeza, sem *sublime*. O *sublime* do Exército é o espírito da Cavalaria. Que o espírito da Cavalaria voltou a visitar-nos, di-lo a cena espantosa de Belém. No mistério do seu sangue, Teófilo Duarte é para o eclipse demorado da nacionalidade Portugal inteiro que se baptiza outra vez. Nascido à raiz do Hermínio augusto, quem sabe se no ardor do seu atavismo não ressuscita algum avô recuado que a si próprio se imolasse junto à pira fumegante de Viriato?! Quem sabe se não acorda em Teófilo Duarte a afamada *celtiberica fides* dos guerreiros peninsulares, que voluntàriamente os prendia entre si, obrigando-os a seguirem o chefe na morte?!

Adoçou a Cruz a fereza bárbara dos antigos costumes. Mas quando em Santiago de Coimbra o Regente e o Conde de Abranches juravam pela Hóstia e pelo Cálix não sobreviverem um ao outro, não era a *celtiberica fides* que refloria no seu juramento, como o sinal invencível da Raça?

Foi o sinal invencível da Raça que, em presença dos muros espectrais dos Jerónimos, o tenente Teófilo Duarte testemunhou à face de Deus e dos homens nestes dias amargos da Decadência. «*Miles pacificus et strenuus*», — a *celtiberica fides* do seu tronco lusitano humanizou-se pelo conceito imposto por Cristo ao sacrifício. Na dureza dos cultos primi-

Digitized by Google

tivos o sacrifício entendia-se, cruento, porque só a hecatombe libertava e redimia. Sem forçar com motivos literários a significação dum acto que não é já de Teófilo Duarte, mas de tôda a sua geração, a *celtiberica fides*, renovada e ungida pelo espírito da Cavalaria, não é seguir os chefes na morte, mas servir-lhes a obra na vida. Não é outro o sacrifício, como Cristo pregado na Cruz no-lo ensina, — como no-lo ensina a solidariedade que os netos devem ao pensamento dos Antepassados.

Subvertido o país na insânia romântica do individualismo, quebrou-se o elo que encadeava os vivos aos mortos. Abraçado a um morto, aprendamos nós a lição de Teófilo Duarte em Santa Maria de Belém, restaurando na nossa história a *celtiberica fides* dos Avós, pelo regresso consciente e deliberado aos laços tradicionais interrompidos. E, senhor dos beijos do sol, que é o claro amigo dos heróis, não deixe nunca Teófilo Duarte de se recordar que Deus permitiu aos homens o uso da espada sôbre a terra para que a Ordem Militar se instituísse e com ela o povo tivesse protecção.

Digitized by Google

Digitized by Google

A MORAL DA DERROTA

Digitized by Google

Digitized by Google

A MORAL DA DERROTA

QUANDO Fr. Luís de León voltou à sua cátedra de Salamanca, depois duma ausência demorada nos cárceres do Santo-Ofício, a turba rumorosa dos escolares enchia a sala acanhada, para ouvir de novo essa abelha divina, interpretando, na linguagem dos poetas e dos místicos, a letra sagrada das Escrituras. A cidade saïra a recebê-lo na pompa só destinada aos seus grandes doutores. E comprimida agora na aula modesta e ao longo do claustro suspenso na suspensão das próprias respirações, conta-se que Fr. Luís singelamente, contra a expectativa do seu auditório, deu começo à lição com as palavras do costume: — «*Como iamos dizendo no último dia...*».

Fundamentando-se em razões mais ou menos plausíveis, parece haver hoje quem conteste a veracidade do facto, que, todavia, uma tradição ininterrupta de séculos acreditou como autêntico. Mas tivesse, ou não, o glorioso escritor pronunciado a

Digitized by Google

frase que se lhe atribui, a serenidade de espírito que ela vigorosamente nos comunica não lhe pertence em património absoluto. Pertence, como um sinal de consciência, a quantos, capazes de sofrerem paixão e morte pela obra de resgate que Deus lhes apontou para sua vocação social, não ignoram nunca que os homens passam depressa com o seu tropel de ódios, com o seu cortejo de violências, mas que não passa jamais tôda a afirmação que é feita com amor e servida com sinceridade. Enquanto o ouro se funde e desaparece imediatamente na provação a que por experiência o sujeitem, nós vemos sempre a verdade renascer mais bela e mais forte, à flor dos seus eclipses, como se das emboscadas e das deserções que lhe obstrucionam o caminho tirasse uma energia inesperada e fecunda.

Acusado e cuspido na fé que a sua inteligência abraçava e o seu pensamento defendia, Fr. Luís de León, regressando triunfante à cátedra da sua amada Salamanca é um símbolo expressivo que gostosamente se depara à minha pena para fixar a comovida alegria com que nós regressamos também ao nosso pôsto, que é ao mesmo tempo cátedra e trincheira. Não nos desperdiçaremos a invectivar os crimes que à roda do nosso silêncio se desenrolaram. E para as omissões imperdoáveis de direcção que nos poderiam ter atirado para uma catástrofe sem remédio, só buscaremos uma esponja em que se absorvam depressa. Responsabilidades

Digitized by Google

não as sentimos, felizmente, pesar sôbre nós. O que sentimos é a nossa hoste mais grossa e mais unida, talvez, porque a sua bandeira não é uma *pessoa*, mas sim um *princípio!*

Há quatro anos que nas colunas duma revista de parca tiragem o *Integralismo Lusitano* lançava ao país os enunciados basilares da verdadeira ressurreição nacional. Não recapitulo as jornadas já percorridas, nem tão-pouco aludo à glória recente dos nossos companheiros, demonstrando como ninguém a adesão total das suas existências à causa que, sendo da Pátria, é soberana nos domínios da nossa vontade e das nossas aspirações. Santificada por heróis nos campos da guerra europeia, na expiação colectiva de Monsanto, tão rica dum oculto sentido espiritual, coube-lhe uma parte que orgulhosamente reclamamos para nós: — a parte do soldado, a parte da obediência, a parte do sacrifício.

O Pelicano deixou de ser assim um alto emblema heráldico, estilizando a sua agonia contente sôbre a cruz sangrenta de Cristo, para se tornar, em perpétua transubstanciação connosco, numa espécie de eucaristia nova, que é carne com a nossa carne e alma com a nossa alma. Não é outra a moral da derrota, — regra certíssima de conduta nos trabalhos futuros, aprendizado permanente de disciplina e de renúncia, por onde a vitória há-de surgir, reparadora e linda, quando sejamos dignos de repousar debaixo da vibração das suas grandes asas diáfanas!

Digitized by Google

Ainda agora, ou condenados a penas extremas ou arrastando os seus passos no exílio «sobre los rios que vam em Babylonia», os nossos amigos, — e nós chamamos nossos amigos, não só aos que professaram na comunhão integralista, mas a todos os que, num admirável desprendimento à antiga, trouxeram às aras da Pátria a semente invencível do seu holocausto e da sua fidelidade —, ainda agora os nossos amigos, ou presos, ou emigrados, são o penhor imorredoiro de que se acha de pé o trono dos Reis de Portugal. O que é imperioso como o mais imperioso dos deveres é que nunca mais nos atiremos para os acasos duma luta suïcida, levando lealdade, abnegação, heroísmo, mas não levando a *idéia política*, não levando uma *mística*, não levando a noção *monárquica* da Monarquia. «Os homens pensam primeiro — observa algures Jacques Bainville no seu elucidativo breviário, *Histoire de trois générations*. — Em seguida se determinam segundo a sua maneira de pensar. Eis porque importa pensar bem. Os erros dos governos e dos povos são sempre os erros da sua inteligência». Era o que, por seu lado, já entendia Pascal, ao aconselhar-nos que, como base de acção, nos esforçássemos sobretudo em «*bien penser*».

Tais são os motivos por que se impõe, antes de mais nada, aos que persistem em se confessar monárquicos, não por uma estreita pertinácia de *partido*, mas por decisão deliberada da sua honestidade patrió-

Digitized by Google

tica, o ingresso pronto nas fileiras do *Integralismo Lusitano*, para que o nosso movimento encontre em terreno mais amplo as garantias de que carece para restaurar Portugal pela Monarquia. Não lho ordena sòmente o ponto agudo que o problema português atingiu.

Ordena-lho a própria defesa da sociedade, ameaçada de morte nos seus alicerces mais fundos pela loucura sinistra que parece subverter o mundo inteiro.

Materialista tanto na sua essência como nas suas formas variadas, a civilização moderna está em crise. Em crise estão as democracias nossas contemporâneas, — ou se revistam com hipocrisia de manto e coroa, ou se apresentem pitorescamente de sobrecasaca e chapéu alto. Obrigadas pelo bolchevismo à conclusão legítima dos seus sofismas, já nada se segura no declive rápido por onde se despenharam. Capitalismo, parlamentarismo, plutocracia e burocracia, individualismo económico e individualismo social, não tardarão a descer como larvas às trevas inferiores do sepulcro. Até o próprio Clemenceau, alarmado, abertamente o proclama, reconhecendo a incapacidade da burguesia para evitar ou atrasar a sua falência miserável.

Que resta, pois? Ou a ditadura de Lenine, que, na expressão vigorosa de Vasquez de Mella, faz os ricos pobres, sem fazer os pobres ricos; ou a unidade forte do Poder, restituindo o equilíbrio à velha

Digitized by Google

Europa pela sua volta à ordem tradicional bruscamente quebrada.

Escrevo dum país, onde o Estado entrou em franca decomposição, porque é o Estado democrático de tôda a parte, com o acompanhamento inevitável das suas clientelas insaciáveis e corruptoras. Mas aqui a nação resolve-se a retomar os seus direitos contra as oligarquias preponderantes. E não demorará muito que a *outra Espanha*, — a Espanha que trabalha e quere viver, se sobreponha à Espanha que politiqueia e que não é hoje mais do que um abcesso, já próximo da sua extirpação.

«A necessidade de *varrer*, e *varrer bem* — o sublinhado não é nosso, — há-de satisfazer-se no momento oportuno», — prevenia *La Correspondencia Militar* logo depois da queda *voluntária* de Maura. Ora o momento oportuno desenha-se perto, se é que não desceu já para cá do horizonte. Apela para êle a «*outra Espanha*», — a Espanha da política sábia da neutralidade, que lhe trouxe ouro e lhe poupou sangue, — a Espanha da actividade milagrosa dos sindicatos católico-agrários, — a Espanha que se consagrou ao Coração de Jesus e que pela bôca do seu Rei, perante uma assembléia de engenheiros, pedindo ao Monarca os elementos imprescindíveis para um largo plano de alevantamento pátrio, não se acobardou em declarar que a Realeza é a tutela paternal dessas «nobrezas espirituais — virtude, talênto e valor, em que se resumem os frutos excelsos duma raça».

Digitized by Google

A hora é da Espanha, — da Espanha caluniada, da Espanha da *«legenda negra»*, mas que, sempre fiel a uma formidável estrutura histórica, descobriu nas suas reservas hereditárias o segrêdo dum ressurgimento, em que ninguém sonhava, vendo-a caída e inerme, como uma mulher de luto, quando os Estados-Unidos lhe arrebataram as derradeiras colónias no ano trágico de 98. E aonde, para se salvar, irá a «outra Espanha» pedir apoio, senão às qualidades esquecidas das suas instituïções monárquicas, — senão à unidade forte do Poder pela dissolução completa do tipo napoleónico do Estado, que a estrangula, mutila e enfraquece? Eu creio que da Península se levanta um vento novo, como se acordássemos outra vez para a Cruzada. Já se estende para além dos Pirenéus. E a regência dum arquiduque, devolvendo à Hungria, com o assentimento dos Aliados, a tranqüilidade perdida é o primeiro indício da grande mudança que se dará no curso dos acontecimentos.

Assim se compreende que eu insista, e insista com urgência, para que os monárquicos portugueses se acolham a uma bandeira, que é de todos, porque é da Pátria. As nossas doutrinas, nascidas da experiência dos séculos, obtêm uma confirmação consoladora nas angustiosas circunstâncias actuais. Só elas guardam com o princípio que criou Portugal os quadros precisos para que a sindicalização inevitável da sociedade se realize dentro do molde cristão e corporativo. Renovadores que somos, sorriam-se de

Digitized by Google

nós compassivamente os espíritos «progressivos» da nossa terra. Pois, como exemplo, as soluções apresentadas por Pequito Rebêlo, numa campanha seguida de dois anos para a resolução da nossa questão agrária, foram, dum modo geral, também as soluções apresentadas em Espanha pelo ilustre ministro do Fomento no ministério transacto de Maura, Sr. Ossório y Gallardo, para a resolução do problema rural na Andaluzia.

Eis porque, — «como íamos dizendo no último dia», — só na Monarquia Orgânica, tradicional e anti-parlamentarista reside a salvação da nossa Pátria. Monarquia descentralizadora tanto no administrativo como no económico, é a monarquia sempre moça dos Concelhos e da Casa dos Vinte-e-Quatro. Só ela dispõe de recursos de fôrça e de flexibilidade para que haja governos estáveis e contínuos, sustentados e prestigiados pelo Rei na consecução do interêsse nacional, que é o interêsse da sua dinastia. Sem governos estáveis e contínuos, actuando fora da *política* e recrutados pelo critério técnico da competência nas classes devidamente organizadas, a valorização de Portugal não é possível. No entanto, a riqueza nacional é incalculável, embora, por desconhecida e inaproveitada, se considere o nosso país como um país à beira da insolvência e da ruína.

A Nação reconstituída pelo Município e pela Província, a Família unificada e enraïzada pela indissolubilidade do matrimónio e pela vinculação da terra,

Digitized by Google

a Produção dignificada e emancipada pelo estatuto colectivo do Trabalho, com o Rei velando ao alto sôbre o tecido robusto dos lares e das oficinas, pela coordenação interna da Pátria e pela manutenção do seu valimento externo, — era o que dizíamos no último dia, é o que continuamos dizendo sempre na flama ardente da nossa ardente fé nacionalista!

A mim mesmo o repito, como numa oração recolhida, com a lua de Agôsto entrando-me pela janela aberta, e, vizinha vigilante e morena, a tôrre plateresca da catedral de Badajoz marcando com os seus sinos a marcha lenta das minhas vigílias de exilado. E porque Deus, poupando-me a golpes mais rudes, não quis que o meu sangue corresse, que nunca a ausência me sirva de desculpa para que, lá longe, o meu lugar permaneça deserto! Chamaram por mim, debruçado para a melancolia do Guadiana na tristeza desta païsagem só feita para a meditação das grandes tristezas. E confessando a Raça com o meu ardor de lusitano, — os olhos pregados na colina santa de Elvas e dentro de alma, forte como nunca, a minha confiança nos destinos eternos da Pátria, que a resposta seja repetir singelamente como Fr. Luís de León, de regresso à cátedra da sua amada Salamanca:

— «Ora, como íamos dizendo no último dia...»

Digitized by Google

Digitized by Google

NOCTURNO DE S. SILVESTRE

Digitized by Google

Digitized by Google

NOCTURNO DE S. SILVESTRE

Digitized by Google

Não se revolta o meu egoísmo por ser de guerra e não de podre quietação a era trágica que atravessamos. E na humildade da minha inteligência eu confesso com orgulho êste destino áspero que me associa ao grande drama da nossa época e me torna a mim, — pobre indivíduo dum momento, um valor incorporado na marcha da história para a realização dos seus desígnios imortais. Como nunca, a dignidade da Existência me visita na tristeza dos meus dias e como nunca a tristeza dos meus dias é uma tristeza forte, uma tristeza que alimenta e que transfigura! Meditação da noite última do ano... Não me curvo, vencido, nem de longe duvido do triunfo que já de além desdobra as suas enormes asas vingadoras. Só os meus olhos se umedecem um pouco, na demanda de visões serenas, de rostos amigos, onde se repousarem.

E, entretanto, os minutos avançam, como a fatalidade avança tecendo com mãos ligeiras a teia espêssa do irreparável. Desdobro-me, — amplio-me na onda misteriosa e palpitante que sobe por mim acima. Meditação de S. Silvestre, — meditação da noite última do ano... E o espectro do Ano-Mil, — o espectro do Milenário, espavorido diante das portas abertas do futuro, dir-se-ia que ressuscita de novo, ao limiar de 1920. Traçando, então, o sinal da Cruz afasto de mim a garra diabólica da negação. Creio no Espírito sôbre tôdas as coisas criadas e incriadas, — creio no Verbo feito Carne para nos

Digitized by Google

remir e salvar. E o Espírito reinará com a vinda do Senhor nascido para a sorte dura dos homens sôbre as palhinhas miseráveis de Belém.

Como na letra admirável do Salmo, os meus ossos humilhados estremecem de júbilo. Eu creio!

Eu creio! É um cântico de libertação o cântico que eu entôo, como Davide, diante da Arca, à orla do ano que não tardará a romper, — à cabeceira do outro que já resvala para a confusão primitiva das origens. E, solene, o relógio entrou a falar do alto da catedral.

Na comemoração dos vivos e dos mortos recolho-me à cadeia interminável da geração de que provenho. Era uma vez... Era uma vez, uma vila clara, com muralhas caídas, um lar honrado de lavradores, onde o arado alternava com a espada. Com o suor sagrado dos velhos construtores de antigamente, essa família se enraïzava e durava. Foi árvore frondosa, bracejando devagar, mas bracejando com vigor. Se lhe buscarem bem as ramadas, tanto as acharão devolvidas à terra, de que haviam surgido obscuras e sem nome, como estilizadas já, a tintas heráldicas, nos armoriais luzidíssimos do Reino.

Pois na jornada larga dos séculos, o lar que nos séculos se cimentava pela virtude e pelo trabalho, viu apagar-se o lume tutelar e sumirem-se no vago as expressões serenas dos avós. Às vésperas de 1820, precisamente há cem anos. Levado pelo mal da

Digitized by Google

França um moço fugira de casa, madrugada funda, ardendo todo na inquietação do vento novo. Acolheram-no no exército que, batendo as tropas de Napoleão, recebia delas a bebedeira nefasta que nos prostraria depois.

Atrás do moço que fugira, ficava ao abandono a herdade paterna, meio esquecida na melancolia nobre do montado, — o fumo doméstico espiralando debalde para o céu, nas arcas de vistosa pregaria amarela, com a farda agaloada das ordenanças, os títulos venerandos do vínculo, repousando-se ao lado das colchas bordadas dos grandes dias. E o fogo no lar tornou-se cinza, e a cinza a pouco e pouco se desfez e perdeu. Às vésperas de 1820, há cem anos precisamente.

Mas o ciclo funesto encerra-se decerto com o neto expiando no exílio o pecado ingénuo do Antepassado. O pecado que eu expio é o pecado que expia uma nação inteira, pecado de entusiasmo, pecado de sensibilidade. Inclinemos a cabeça, perante a lição formidável do Eterno! O indivíduo nada vale senão pela regra que serve. Como o moço que fugiu na madrugada funda, também Portugal se rebelou contra a disciplina doce que formava e garantia o segrêdo da sua bela alma intransmissível. E na lareira imensa da nacionalidade a cinza se desfez e perdeu, como se desfez e perdeu, a meio do montado alentejano, na casa abandonada em que tantos do meu sangue viveram e morreram...

Digitized by Google

Meditação de S. Silvestre, primeira vigília do Ano. Eu me persigno confessando ao Deus de meus Pais, que é Pai de todos os Homens, Criador de coisas criadas e incriadas. A névoa lá fora adelgaçou-se, como que deixando transluzir uma poeira finíssima de luar. A escada de Jacob revela-se na noite escura, para os que sabem elevar o pensamento bem alto. Encosto-me aos seus degraus, e encontro com que embalar a minha amargura. E se o pecado do moço que fugiu se der por expiado na minha expiação, que eu possa ainda um dia reacender o lume, desfeito em cinza perdida, lá longe, na casa abandonada, a meio do escampado alentejano!

Digitized by Google

Digitized by Google

NOTA FINAL

Digitized by Google

Digitized by Google

NOTA FINAL

Por encargo de piedoso afecto, coube-nos o destino triste de inventariar e ordenar o abundante espólio literário de António Sardinha.

As páginas que formam o presente volume, são os artigos escritos pelo nosso querido amigo morto, ao acaso dos acontecimentos, muitas vezes sôbre a sua mesa de redactor da *Monarquia,* no período político que vai de Fevereiro de 1917 a Dezembro de 1919, correspondente à mais intensa propaganda do Integralismo Lusitano.

Elas representam, portanto, caracterizadamente, a obra jornalística de António Sardinha, na sua expressão mais sincera e impetuosa, no fulgor espontâneo da crítica e do comentário doutrinal.

Lendo-se êste livro, que tem um pouco a natureza de diário, bem se compreende a distância que vai de um homem de pensamento a um escrevedor, de um doutrinário a um pedante ou literato de indústria.

Por estas palavras que à nossa saüdade parecem ainda quentes da sua alma, ficam definidas em sincera projecção, as duas faces mais salientes da sua figura de pensador e de evangelista da Esperança.

Uns capítulos valem como depoimentos sôbre os homens e as coisas do nosso tempo, outros transmudaram-se em profecias em que se contraprova a verdade da nossa doutrina na sua objectivação, muitos também acusam nêle o analista-vidente que tantas vezes ilumina de intuïção factos e aspectos que a melhor crítica deixara obscuros ou inexplicados.

Na grande fragmentação destas páginas, subsiste a estrutura interna de um tratado de bem servir a nossa Terra, escrito com

Digitized by Google

o ardor de uma apologia, flama sempre acesa em altos clarões de fé e de verdade.

Com elas, grava-se uma inscrição nova no cipo glorioso da sua passagem por êste mundo, que lêem através de lágrimas os seus companheiros de ontem e os numerosos discípulos de hoje.

Desaparecido Êle, mortos os ressentimentos, dispersos os rumores que latejavam aos seus golpes, a figura mental do nosso amigo engrandece-se cada vez mais, e, sem atropelos nem violências, na serena justiça da morte, António Sardinha sobe ao primeiro lugar no protesto da inteligência e da fé nacionalista contra os tendeiros do pensamento, contra a superstição das idéias-feitas, contra os falsos grandes-homens de Portugal.

A sua vida, todos o sabem hoje, passou-se num anseio permanente de elevação espiritual, a preço daquela luta áspera que tantas vezes faz sangrar o coração e que só terminou com o último alento da sua agonia.

Mas, como se a sua missão terrena não pudesse medir-se com os passos da sua curta vida, ainda de além da morte êle continua a erguer o mais ardente facho do nosso pensamento de resgate.

Ao leitor atento das obras de António Sardinha, não escaparão decerto afirmações e atitudes que foram modificadas em diverso sentido em artigos ou livros posteriores. Em mais de um passo dos seus escritos, êle se rectifica a si mesmo, com a nobreza de quem, só buscando a verdade, abandona de boamente o caminho andado em vão, e com a humildade do cristão que confessa humanamente o seu êrro, sem pecado de vaidade.

Até nestas reconsiderações, a sua vida foi um exemplo de coragem moral e de aprumada dignidade que sempre será oportuno recordar.

*

* *

O presente livro estava organizado e prefaciado, quando António Sardinha morreu.

Digitized by Google

Só agora pode ser publicado e cremos que em condições materiais que não causarão desagrado aos leitores devotos do seu nome, como são motivo de contentamento para nós no dever de honrar a sua memória por êste encargo de testamentaria espiritual.

Ao contrário dos que hão-de seguir-se, só havia que vigiar o trabalho da impressão dêste volume, embora o fizéssemos com a mágoa irremediável de que o último retoque da mão do Autor não o deixasse ainda mais perfeito.

Os livros que até ao presente pudemos ordenar, reünindo estudos e ensaios dispersos, agrupando e seleccionando poesias, irão sendo publicados, alguns dêles conforme o plano e os títulos revelados ainda pelo Autor.

São os seguintes:

POESIA:

Era uma vez um menino... (elegias);
Roubo de Europa (poema);
«Pequena Casa Lusitana» (sonetos);
Procissão de Cinzas & Outros Poemas.

PROSA:

À sombra dos Pórticos (novos ensaios);
Durante a Fogueira (páginas da guerra);
De Vita et Moribus (casos e almas);
Purgatório das Idéias;
A prol do comum;
Da hera nas colunas;
O Processo dum Rei;
À Lareira de Castela (estudos peninsulares).

Lisboa, Outubro de 1926.

RODRIGUES CAVALHEIRO.
HIPÓLITO RAPOSO.

Digitized by Google

Digitized by Google

ÍNDICE

Digitized by Google

Digitized by Google

ÍNDICE

Digitized by Google

Digitized by Google

ÍNDICE

	Pág.
Inscrição	*VII*
Dedicatória	*IX*
Eu, pecador, me confesso...	*XI*
Alva da Páscoa	1
Do valor da Tradição	9
Monsieur Homais em Patmos	17
Jornada duma idéia	25
A «Lenda Negra»	33
O velho Teófilo	41
A voz dos Bispos	49
A nova Rússia	57
Na morte do Senhor	63
O espírito universitário	71
A «Carta»	81
O Brasil	91
Os Jesuítas e as Letras	99
Évora-Monte	107
Santo António	115
Pátria e Monarquia	123
24 de Julho	133
O «milagre» de Ourique	143
As «Linhas de Elvas»	153
Nun'Álvares	163
Juxta Crucem	171

Digitized by Google

94

Pág.

Os Judeus e os Descobrimentos 179
Com João Coutinho 189
Ciência e Democracia 199
A estátua do Marquês 209
Aljubarrota 219
No Forte da Graça 229
Natal 237
Um Vereador 245
Mgr. Ragonesi 255
No Parlamento 263
E agora? 271
Sinal da Raça 281
A moral da derrota 291
Nocturno de S. Silvestre 303

Nota final 311

88
69 104 AA A 30
Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

UNIVERSITY OF MICHIGAN
3 9015 03588 1963

Digitized by Google

Digitized by Google